

Alguns pais, ao que parece, reclamaram. Até aí tudo bem: a democracia é uma delícia, diria Ciro. Toda escola que se preze tem pais reclamando na porta. Esquisito mesmo foi o diretor cancelar a prova por causa disso. Pelo que entendi, é um novo conceito de “colégio à la carte”, onde os pais escolhem o que o filho vai ouvir lá dentro.

“Oi, eu queria que a prova do meu filho viesse sem darwinismo, pode ser?”

“Claro, senhor. Vou servir um criacionismo bem passado.”

“Obrigado, é que lá em casa a gente é alérgico à teoria da evolução.”

A justificativa conseguiu tornar ridículo o que era só bizarro. Segundo o diretor, a crônica falava do governo Bolsonaro e “mostrava apenas um lado”. E continuou: “Teria que ter um texto do outro lado e não tinha”. Talvez esperasse, ao lado da minha crônica, a de um bolsonarista. Pra começar, não vai ser fácil encontrá-lo. Não me ocorre nenhum cronista que defenda este governo.

E além disso: fiquei curioso pra entender esse método de ensino simétrico. Imagino que, pra cada texto do abolicionista Joaquim Nabuco, a escola contraponha o texto de um escravista —pra que o aluno possa escolher um lado. Pra cada romance do comunista Jorge Amado, a escola há de contrapor um livro do integralista Plínio Salgado. Imagino que a escola estude tanto as canções de protesto do período militar quanto a biografia de Brilhante Ustra — afinal, não se pode ser parcial e tudo na vida tem dois lados.

A verdade é que não acho que o diretor esteja sendo sincero em sua conciliação com o outro lado. “Há quem alimente os crocodilos na esperança de ser comida por último”, dizia Winston Churchill em 1940, sobre aqueles que queriam negociar com o nazismo. Todos os ambientes, hoje, estão cheios de supostos conciliadores: pessoas que fingem buscar a ponderação, mas só estão com medo de perder a cabeça.

Esquecem que não se negocia com um jacaré faminto. Quando o outro lado é o fascismo ecocida, quando o outro lado aplaude a tortura e nega a mudança climática, quando o outro lado é abertamente miliciano, genocida e autocrático, a simetria com o outro lado não se chama conciliação. Chama covardia mesmo.

Gregorio

É ator e escritor. Também é um dos criadores do portal de humor Porta dos Fundos

Duvivier

**15. Professora Bebel alerta: Fim da lei do Fundeb
será o desmonte de toda a educação básica no
Brasil**

Fórum em defesa do FUNDEB permanente quer evitar desmonte da educação básica no Brasil

Da Assessoria de Imprensa da deputada Professora Bebel

Com o objetivo de ampliar o enfrentamento contra o eventual fim da lei do FUNDEB, garantida somente até dezembro de 2020, acontece nesta sexta (4), das 10h às 17h, no auditório Franco Montoro da Assembleia Legislativa de São Paulo, o lançamento do Fórum Permanente em defesa do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e pela vinculação dos recursos para a educação.

Trata-se de uma iniciativa da deputada estadual e presidenta da Apeoesp, Professora Bebel.

Segundo ela, o tema merece um amplo debate, já que o término desse financiamento significaria o fim de novas creches, a falta de recursos para os ensinos fundamental, médio, profissionalizante e para educação de jovens e adultos.

“A possibilidade de o FUNDEB acabar é preocupante, porque seria o desmonte de toda a educação básica”, afirma Bebel.

No começo de setembro, a deputada se reuniu na Assembleia Legislativa com representantes de várias entidades civis para planejar ações em favor da continuidade do FUNDEB, que conta com propostas parlamentares que tramitam no Congresso Nacional, como é o caso da PEC 15/2015, cuja relatora é a deputada federal Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

“É importante que essa PEC seja aprovada porque a proposta defende pontos que sustentam a educação básica, como o caráter permanente do Fundo e a

ampliação, de 10% para 40%, dos recursos repassados pela União para os municípios”, explica Bebel.

Para a deputada, deixar de investir na educação e, sobretudo, na educação básica é abrir mão de um projeto de país.

Ela acredita que a sociedade, sendo alertada que o fim do FUNDEB representa a perda da escola pública, com certeza também vai se envolver nessa luta.

“Por isso, vamos promover audiências públicas por todo o estado com o propósito de debater o tema e ampliar o enfrentamento contra o eventual fim da lei do FUNDEB”, conclui Bebel.

Programação

Na parte da manhã, das 10h às 13h, acontecerá a mesa de abertura “Salvar a Educação é assegurar o futuro da Nação”.

À tarde, a partir das 14h, o debate será sobre “Financiamento da Educação e Reforma Tributária”.

Entre os convidados, confirmaram presença os deputados federais Idilvan Alencar (Presidente da Comissão Especial da PEC 15/2015, que propõe a continuidade do FUNDEB e ampliação de recursos), e Alencar Santana (membro da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados), além dos ex-ministros da Educação José Goldemberg e Aloizio Mercadante, assim como a vereadora de Sorocaba e ex-deputada federal relatora do FUNDEB, Iara Bernardi.

Da lista ainda constam Nilcea Fleury, presidenta da Federação Estadual dos Trabalhadores em Educação-SP; o ex-secretário municipal de Educação de São Paulo, César Calegari; o promotor do Grupo Especial de Educação do Ministério Público Estadual, João Faustini; a vice-presidenta da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Lélia Hartmann Torres; Caio Youji, presidente da União Estadual dos Estudantes União Paulista dos Estudantes Secundaristas, Leandro Oliveira, coordenador do Fórum Estadual

de Educação; Gilda Portugal, da “bancada da educação”; o defensor público geral do Estado, Davi Depiné; e Fátima Antônio, presidenta do Conselho Municipal de Educação de São Paulo, além de representantes da OAB e do Tribunal de Justiça de São Paulo.

MP DA ESPIONAGEM A ESTUDANTES E PROFESSORES ESTÁ EM TRÂMITE NO CONGRESSO NACIONAL:

O deputado federal Elvino Bohn Gass (PT/RS) apresentou oito emendas à MP 895 do governo Bolsonaro que, como já confessou o próprio presidente, tem o como objetivo acabar com a receita das duas principais entidades estudantis do país – União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES).

Para isso, o governo retira dessas entidades o protagonismo da confecção da identidade estudantil, a famosa “carteirinha de estudante”.

As emendas de Bohn Gass buscam devolver à UNE e UBES essa prerrogativa e, ainda, impedir que o governo se aproprie de dados pessoais da comunidade estudantil.

“Bolsonaro já chamou os estudantes de idiotas úteis. Agora, promove o maior ataque de um governo civil ao movimento estudantil brasileiro. A juventude está na vanguarda de muitos protestos contra Bolsonaro que, covarde, age para sufocar financeiramente as entidades e, ainda, tenta montar um esquema de espionagem” diz Bohn Gass.

O parlamentar chama a atenção para o que considera o “custo da vingança” de Bolsonaro, já que o governo poderá gastar cerca de R\$ 5 milhões para implementação de um novo sistema de confecções de carteiras e, ainda, mais R\$ 10 milhões anuais para a sua operacionalização.

“É estranhíssimo que um governo que defende a privatização de tudo, decida estatizar logo a carteira de estudante. E é falso o argumento de que, feita pelo governo, a carteira seria de graça, porque o dinheiro para sua confecção será público”, afirma o deputado.

Bohn Gass lembra, ainda, que a população de baixa renda já conta com o ID Jovem, implementado em 2015, e que já garantiu mais de 20 mil carteiras gratuitas a estudantes pobres.

ESPIONAGEM – Bohn Gass avalia que a criação do tal Sistema Educacional Brasileiro mencionado na MP, não passa de uma tentativa de organizar um serviço de espionagem.

Tal sistema, segundo a MP, seria alimentado com informações pessoais de professores e estudantes, com matrícula, frequência e histórico. Mas, para ter a carteira, o estudante teria de autorizar a inclusão de seus dados pessoais nesse cadastro.

“De que dados pessoais estamos falando? Dados de origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, informações referentes à saúde ou à vida sexual das pessoas.

Fica evidente aí a armadilha que a MP prepara para o movimento estudantil,” analisa o deputado.

Para corrigir todas essas distorções, Bohn Gass apresentou as oito emendas à MP 895. Confira:

http://www.bohngass.com.br/bohngass/noticias/item?item_id=2824858

Vote NÃO à “MP da Espionagem” do Governo Bolsonaro:

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=138578&voto=contra>

16. **Ciro Gomes cava sua cova política**

<https://marceloauler.com.br/ciro-gomes-cava-sua-cova->

politica/?fbclid=IwAR22ceAhOcrfXy6Q_CMP1PgHzHGYt1UKT0hd5A9Nm82VfH0wApGCfNyfck

Publicado por Marcelo Auler em 14 de outubro de 2019

Alardeando sempre sua condição de professor de Direito, o eterno presidenciável **Ciro Gomes**, hoje no PDT, atropelou – e de forma politicamente incorreta – o Código Penal Brasileiro.

Sem esconder sua mágoa com os petistas, mas deixando sem explicações o fato de o eleitorado o ter abandonado no último pleito presidencial onde só conseguiu ganhar no seu estado natal (Ceará), **Ciro** destila ódio para todos os lados. Acaba mostrando que já não se pode confiar no que diz.

As contundentes críticas ao PT e aos erros dos petistas, que todos reconhecem existir, embora com variações diversas, parecem não levar em

conta o apoio que o partido de Lula teve no pleito, apesar de toda à campanha contra que sofreu. Inclusive por parte do próprio Ciro.

Afinal, mesmo atacando-os, o new pedetista, como mostra o quadro abaixo, não conseguiu superá-los em nenhuma das regiões do país. Pior ainda, no seu Nordeste, onde cresceu e galgou sua trajetória política até com excelentes resultados, ele foi obrigado a verificar mais do que a supremacia petista. Amargou um terceiro lugar, atrás até mesmo de Jair Bolsonaro. Muito provavelmente por conta das campanhas de Fake News que ninguém mais tem dúvida de que manipularam o resultado eleitoral em 2018.



Ciro critica o PT, mas não explica os motivos que o levaram a ser jeitado em todo o país. Só conseguiu votos no seu Ceará ,
Ciro não se conforma de o PT não ter aberto mão da disputa, dispensando seu eleitorado cativo bem superior ao dele. Mas não revela que, chamado a somar forças, ainda no primeiro turno, abriu mão de formar uma chapa com Lula, o que poderia ter lhe levado à cabeça de chapa quando da confirmação do impedimento ilegal do líder petista, no golpe judicial perpetrado.

No lugar de aliar-se e esperar a oportunidade de ser cabeça da chapa, apostou que poderia ganhar sozinho, buscando apoio ao centro na vã tentativa de se beneficiar do antipetismo. Errou feio.

Voltou a errar quando, após o primeiro turno, omitiu-se por completo, fugindo para as férias em Paris e deixando de se manifestar sobre o segundo turno da eleição.

Talvez soubesse que seu apoio poderia significar pouco. Ainda assim, deveria ter ao menos dissimulado e se posicionado como o democrata que diz ser, consciente da necessidade de evitar o pior para o Brasil.

Tem, portanto, sua parcela de culpa na vitória do bolsonarismo e, conseqüentemente, na tormenta que se abate hoje sobre todos os brasileiros.

Região	PT	PSDB	PSOL	PSB	PPS	PR	PRB	PROS	PMDB	DEM	PMN
Brasil	3.182.038	4.338.888	1.423.509	52.898	422.472	21.998	53.212.252	23.538	2.423.139	21.388	
	40,2%	52,8%	18,2%	0,7%	5,2%	0,3%	66,7%	3,0%	30,2%	0,3%	
Candidatos	Moreira	Moreira	Centro-Oeste	Sudeste	Sul						

Resultado do Primeiro Turno Eleição Presidencial 2018

Na eleição presidencial, Ciro amargou terceiro lugar em todas as regiões. Ainda assim queria que o PT abrisse mão de participar.

Se a soberba o levou ao erro de avaliação política, hoje o ódio e a mágoa que o dominam lhe fazem, apesar do título de professor em Direito, atropelar feio o Código Penal.

Até por conta do que ainda nos resta de democracia, aquela que está a cada dia mais ameaçada por esse governo de treva que a omissão de Ciro ajudou a eleger, a ele é dado o direito constitucional de criticar quem quer que seja.

Portanto, nenhum problema quando não gosta e reclama do que jornalistas escrevem a seu respeito.

O que ele deveria saber e respeitar na condição não apenas de professor de Direito, mas também de político experiente é que críticas políticas se rebate politicamente. Com argumentos, ideias. Não com aleivosias. Calúnias. Inverdades.

No momento em que, provavelmente por falta de argumentos políticos, Ciro recorre a acusações gratuitas e inverídicas, ele simplesmente perde a razão e incorre em crime.

Foi o que fez com os jornalistas Paulo Moreira Leite, do *Brasil247*, e Kiko Nogueira, do *Diário do Centro do Mundo*.



Na entrevista dada ao UOL/Folha de S.Paulo, Ciro, a pretexto de criticas jornalistas, cometeu crime acusando-os sem provas.

Pior, ao atingi-los, acabou atingindo também todos nós seus colegas que como os dois lutam para sobreviver com seus Blogs e sites. Os mesmos que Ciro consideram ser *“tudo picareta, fazendo a prática corrupta”*.

Agora, após acusações infundadas, certamente terá dificuldades de prova-las judicialmente em qualquer ação que lhe venha a ser proposta, na defesa da honra dos atingidos.

Como acusou levemente, demonstrando total falta de conhecimento da vida profissional daqueles que acusou de “picareta” e “corrupto”, o eterno presidenciável não terá como provar judicialmente as acusações.

Mas a possível condenação a futuras indenizações talvez não lhe seja a pior consequência da desastrada entrevista ao *UOL/Folha de S.Paulo*. Até porque, com a Justiça brasileira do jeito em que se encontra, ela deverá demorar. Quando acontecer, muitos já terão esquecido do fato em si. Ciro poderá nem ter o peso político que ainda tem, uma vez que nada faz para cultivá-lo.

Mais grave é que ao fazer falsas acusações, Ciro coloca em risco sua própria credibilidade. Afinal, se é capaz de acusar sem conhecer a história das pessoas, quem garantirá que todo o resto que falou é calçado na realidade? Em fatos concretos? Em análises embasadas?

Não bastasse colocar em risco sua credibilidade, Ciro, com a sua metralhadora giratória sem mira e sem controle, acaba ainda afastando-se mais dos poucos grupos progressistas – e nem se fale aqui apenas na esquerda – que ainda mantinham algum respeito pela vida política que já apresentou.

A cada dia ele consegue destruir mais pontes que o ligavam a estes grupos. A entrevista foi apenas uma nova demonstração do seu despreparo para lidar com as críticas de possíveis aliados. Ou seja, lamentavelmente, demonstra seu despreparo para conviver com a prática democrática. Uma prática que até hoje, no voto, o vem rejeitando há muito tempo para o cargo que almeja

Ao que tudo indica, ele cava sua própria cova. Afinal, queira ou não, como demonstra Aroeira em sua charge, no fundo Ciro Gomes faz o mesmo jogo dos bolsominos. Mas, deles, certamente não terá apoio.



Colaborações para cobrir as despesas e manutenção do Blog

Depósito bancário para:

M. Auler Comunicação e Eventos Ltda.
CNPJ 05.217.326/0001-99

 **Agência: 0288-7**
C/C : 119025-3

Aos leitores e seguidores do Blog – Com a eleição da nova diretoria na Associação Brasileira de Imprensa – ABI, o editor do Blog tornou-se seu diretor de jornalismo, o que tem provocado sua ausência neste Blog nos últimos meses, deixando de atualizar as postagens. Por isso esperamos a compreensão dos leitores e seguidores com as limitações de nossas postagens que aos poucos estamos retornando. Desde já renovamos os agradecimentos àqueles que, mesmo com nossa ausência, não deixaram de contribuir para a

nossa sobrevivência. Para contribuir com o Blog e nosso trabalho, utilize a conta bancária exposta no quadro ao lado.

O Blog aderiu ao *Jornalistas Pela Democracia*. [Entenda o que é e como funciona](#).

Nas entrelinhas: O amanhã

<http://blogs.correiobraziliense.com.br/.../nas-entrelinhas-o.../>

Publicado em 13/10/2019 - 10:39 Luiz Carlos Azedo

“A incerteza está na economia. Apesar da iminente aprovação da reforma da Previdência e de um robusto programa de concessões e privatizações, ainda não reagiu como deveria”

O conhecido samba-enredo da União da Ilha do Governador, campeão do carnaval carioca de 1978, que intitula a coluna, é de autoria de Paulo Amargoso e João Sérgio, nome desconhecido até da maioria dos sambistas, pois, na verdade, se trata do falecido procurador da República Gustavo Adolfo de Carvalho Baeta Neves, o Didi, também fundador da escola e autor de outros sambas antológicos. Não há carnaval em que suas músicas não sejam cantadas por foliões de todo o país. Naquele ano, na voz de Aroldo Melodia, O Amanhã empolgou as arquibancadas na Marquês de Sapucaí: A cigana leu o meu destino/ Eu sonhei/ Bola de cristal, jogo de búzios, cartomante/ Eu sempre perguntei/ O que será o amanhã?/ Como vai ser o meu destino?”

Era o primeiro desfile de regras rigorosas, o que gerou protestos do compositor mangueirense Angenor do Nascimento, o famoso Cartola: “Isso não é carnaval, é parada de militar”. Mas foi um desfile memorável, principalmente para a União da Ilha, cuja carnavalesca Maria Augusta não imaginava que o samba seria eternizado pelo gosto popular: “Já desfolhei o malmequer/ Primeiro amor de um menino/ E vai chegando o amanhecer/ Leio a mensagem zodiacal/ E o realejo diz/ Que eu serei feliz”. O refrão todo mundo canta até hoje: “Como será o amanhã/ Responda quem puder (bis)/ O que irá me acontecer/ O meu destino será como Deus quiser.”

Nem só de letra e melodia vive uma samba antológico, o contexto é fundamental para que o povo se identifique com a canção. O país vivia uma transição lenta e gradual, o projeto de Brasil potência dos militares havia naufragado. O general Ernesto Geisel amargava o fim do milagre econômico e muita insatisfação popular. A crise do petróleo e a recessão mundial interferiam fortemente na economia brasileira, os créditos e empréstimos internacionais minguavam. Nas eleições de 1974, o MDB havia conquistado 59% dos votos para o Senado, 48% da Câmara dos Deputados e a maioria das prefeituras das grandes cidades. Não havia eleição de prefeitos nas capitais.

Era um ambiente de incertezas. Logo depois do carnaval, eclodiram as greves operárias do ABC. No ano em que União da Ilha do Governador foi campeã, a oposição voltou a vencer as eleições, Geisel acabou com o AI-5, restaurou o habeas-corpus e abriu caminho para a volta da democracia, num processo de retirada em ordem dos militares da política que foi muito bem-sucedido. Era um momento de muitas incertezas e também de esperança. Mais ou menos como

estamos vivendo agora, com sinal trocado, pois os militares voltaram ao poder com a eleição do presidente Jair Bolsonaro.

Embora o atual governo mal tenha completado 9 meses, ninguém sabe o que vai acontecer. Há uma tensão permanente entre as instituições. O presidente Bolsonaro protagoniza a radicalização política com uma retórica ultraconservadora. Entretanto, há um calendário e regras eleitorais claras, tudo vai desaguar nas eleições municipais do próximo ano e, depois, em 2022, quando teremos novas eleições gerais. Esse é o leito do processo político democrático. A incerteza maior está na economia. Apesar da iminente aprovação da reforma da Previdência e de um robusto programa de concessões e privatizações, a economia ainda não reagiu como deveria

Estagnação

A receita liberal do ministro da Economia, Paulo Guedes, até agora, resultou num cenário de estagnação, com desindustrialização, altas taxas de desemprego e baixa atividade econômica, apesar da inflação baixíssima e da queda dos juros, que devem baixar ainda mais, para 4,5%, segundo previsões do mercado. A especificidade da economia brasileira não foi bem-equacionada pela equipe de Guedes, formada por especialistas financeiros e técnicos que conhecem bem as finanças públicas, mas não dão conta das relações do governo com o setor produtivo e têm ojeriza à política industrial.

No momento, o governo prepara uma emenda constitucional, chamada PEC Emergencial, com uma lista de medidas duras para serem adotadas por um prazo de dois anos. Não deve mexer no teto de gastos (que limita as despesas à inflação) e deve fazer um ajuste na chamada regra de ouro, mecanismo que impede que o governo faça dívidas para pagar despesas correntes, como salários. O governo também pretende, no próximo ano, aprovar outras mudanças, que chama de PEC DDD: desvincular (retirar os “carimbos”), desindexar (remover a necessidade de conceder automaticamente reajustes) e desobrigar o pagamento de despesas.

Muitos economistas têm dúvidas quanto ao êxito de Guedes, mas nem por isso o presidente Jair Bolsonaro tem um plano B para economia. Ele já disse que vai continuar com o Posto Ipiranga. É uma situação meio inédita, com o real desvalorizado frente ao dólar e a economia quase em deflação. Há sinais de que o modelo liberal clássico não dá conta do recado nesses novos tempos de globalização e revolução tecnológica, assim como havia fracassado o modelo desenvolvimentista social-democrata. No fundo, ao lado do rentismo, o não-trabalho e o não-emprego na nova economia aprofundam as desigualdades, reduzem nosso mercado interno e ampliam as demandas sociais, sem que o governo tenha recursos para cuidar dos mais pobres, investir na educação e modernizar a infra-estrutura. No atual modelo, além do empreendedorismo, só o capital estrangeiro salva, mas ele ainda prefere outros destinos.

Sobre este site

BLOGS.CORREIOBRAZILIENSE.COM.BR

Nas entrelinhas: O amanhã - Luiz Carlos Azedo

17. Exclusivo: Igrejas evangélicas pentecostais tiveram boom de crescimento nos governos Lula e Dilma

08 DE OUTUBRO DE 2019, - https://revistaforum.com.br/blogs/dadoscope/exclusivo-igrejas-evangelicas-pentecostais-tiveram-boom-de-crescimento-nos-governos-lula-e-dilma/?fbclid=IwAR2keiRr3MI-HIA36RXLNVk_hGdhX-YqsK34HWjzWpag850OsfslZZ_F14

Uma matéria de jornalismo de dados dos cientistas do Dadoscope, realizada com exclusividade para a Revista Fórum, revela que de janeiro de 1960 a dezembro de 2018 foram criadas mais de 150 mil igrejas evangélicas no Brasil, a grande maioria nos governos Lula e Dilma. E que o Rio de Janeiro, berço do bolsonarismo, tem números impressionantes não só na capital, mas também na Baixada Fluminense e interior.

Foto: Divulgação

Por Dadoscope

Em uma fria manhã gaúcha de 12 de agosto de 2019, em um seminário promovido pelo PT de Porto Alegre, o economista, ex-diretor do IPEA e atual presidente da Fundação Perseu Abramo, Marcio Pochmann, afirmou:

“Hoje, cerca de 80 milhões de brasileiros frequentam semanalmente assembleias, as assembleias de Deus. Por volta de 2032, os evangélicos já serão maioria no Brasil. A lógica que rege esse fenômeno está mais ligada à subjetividade das pessoas do que à racionalidade. Essas igrejas são espaços de sociabilidade onde as pessoas podem falar sobre seus desejos e anseios. Lá elas encontram laços de fraternidade e solidariedade. Temos que ter a humildade de reconhecer a nossa defasagem de compreensão dessa realidade”.

O crescimento de adeptos das igrejas evangélicas não é uma novidade. Em 2016, os dados já indicavam que “três em cada dez (29%) brasileiros com 16 anos ou mais atualmente são evangélicos”. Não é difícil percebermos que, desde a década de 80, a paisagem das periferias passou a estar ligada à

presença de igrejas evangélicas, com seus grandes cultos, conversões e testemunhos. Parte deles transmitidos ao vivo pela TV. [Por fim, na última eleição de 2018, o voto religioso foi fundamental para a vitória do atual presidente Jair Bolsonaro.](#)

Anos antes, em um texto póstumo do sociólogo Antônio Flávio Pierucci, falecido em 2012, percebemos com clareza profética um dos traços fundamentais destas igrejas onde a “lógica da esfera econômica colonizou a lógica da esfera religiosa”:

Lá na frente, os agentes da religião não passam de agentes econômicos, e as igrejas, de empresas. São, agora, também políticos, uma vez que tudo isso acarreta uma crescente necessidade, por parte das igrejas competitivas de se fazerem representar no Parlamento, às vezes com partido próprio, de onde podem defender seus interesses com a segurança jurídica e econômica costurada na lei que ajudam a criar ou a rejeitar.

Diante deste cenário, o cientista de dados se pergunta: seria possível termos uma dimensão do crescimento das igrejas evangélicas no Brasil? Existiriam dados abertos que poderiam nos dar suporte a pelo menos uma tentativa de resposta? Se sim, como acessar e analisar tais dados? Vejamos como podemos responder a estas perguntas.

Igrejas como empresas

Sabemos que as transformações na sociedade não são como pegadas na areia que se apagam aos movimentos das marés. Elas costumam deixar marcas duráveis e nítidas que podem permitir a recuperação do trajeto. A conversão religiosa, por exemplo, — elemento fundamental para o crescimento das igrejas — mais que uma escolha individual, está ligada a um conjunto de aspectos psicológicos, sociais e econômicos.

Além disso, para o crescimento do mercado da fé, é preciso que existam templos em cada esquina, com seus exércitos de pastores, obreiros e eventos. Esses templos, por sua vez, precisam de água, luz, banheiros, bancos de madeira, aparelhos de som e microfones. Os pastores precisam de ternos, os obreiros de fardas, lanches e ônibus para os convescotes religiosos etc. Em último caso, a própria Bíblia, a materialização da palavra de Deus, é uma mercadoria que precisa ser adquirida — ou seja, comprada — para ser devidamente experimentada. Parafraseando o velho Karl Marx, para fazermos “religião” é preciso beber, comer e vestir.

Qual é o ponto principal de tudo isto: se as igrejas se comportam cada vez mais como empresas e a “salvação” se torna uma mercadoria, talvez esta seja uma pista para entendermos o imenso crescimento destas instituições “econômico-religiosas”.

“Dados com bugalhos”

No Brasil, todas as empresas são obrigadas a se registrarem através do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ou mais conhecido pela sua sigla CNPJ. Nós utilizamos um script que baixa todos os dados de sócios das empresas brasileiras [disponíveis no site da Receita Federal](#) e exporta — como afirma ironicamente o seu criador — para um “formato legível por humanos”. ([clique para ver os dados](#), [clique para ver o script](#)). De posse da imensa tabela com mais de 50 milhões de linhas com informações detalhadas de todas as empresas do Brasil os nossos problemas só estavam começando.

As empresas listadas estão organizadas pela “Classificação Nacional de Atividades Econômicas” ou CNAE. O CNAE para organizações religiosas é “94.91–0–00 — Atividades de organizações religiosas ou filosóficas”. Isto nos lembrou a afirmação do escritor argentino Jorge Luis Borges de que “sabidamente não há classificação do universo que não seja arbitrária e

conjectural” ([Borges JL. El idioma analítico de John Wilkins. In: Borges JL, editor. Obras completas 1923–1972. Buenos Aires: Emecé Editores; 1974, p.708](#)). Imaginem a confusão que é reunir, em uma mesma classificação, institutos de psicanálise, terreiros de umbanda, agremiações filosóficas, paróquias católicas e, obviamente, igrejas evangélicas. O desafio que estava colocado era conseguirmos selecionar apenas as igrejas evangélicas listadas na base de dados sem levarmos meses — e talvez anos — fazendo isto manualmente.

Mergulhando nos dados com ajuda de um polvo

Se o leitor chegou até aqui ele deve estar pensando: esses cientistas de dados gostam de ser engraçadinhos! Infelizmente este não foi o caso. O título desta seção é praticamente literal. Para tentarmos realizar a classificação das 150 mil igrejas evangélicas de maneira semi-supervisionada nós usamos Snorkel, uma biblioteca escrita em Python ([página do Github](#), [introdução ao Snorkel](#), [texto do medium com um apresentação bem legal do Snorkel](#)) cujo símbolo paradoxal é um polvo com máscara e tubo de mergulho (que, em inglês, chama-se “snorkel”).

Para isto, foi preciso treinar um algoritmo de classificação usando uma amostra dos dados. De forma sucinta, os dados são separados em amostras que são usadas para treino, teste e validação da classificação. Para classificar os mais de 150 mil nomes únicos presentes na amostra de treino, criamos funções que classificam de forma grosseira as igrejas (e.g., se a palavra “assembleia” estiver presente, classificar a igreja como “evangélica”). Depois de escrever dezenas dessas funções, comparamos sua acurácia com uma amostra de teste de 5% dos nomes únicos, manualmente classificados por dois pesquisadores. Feito isso, usamos uma rede neural que combina em camadas estas funções e *voilà*: 91.8% de acurácia. Sabemos que este resultado não é perfeito, mas

ele torna o trabalho de classificação viável. O notebook com o processo está disponível [aqui](#).

Era Lula-Dilma: ascensão exponencial de igrejas evangélicas

No total, o algoritmo treinado classificou mais de 150 mil igrejas evangélicas criadas entre janeiro de 1960 e dezembro de 2018. A figura 1 nos mostra a série histórica de igrejas criadas no Brasil por mês nesse período. A figura 2 mostra a tendência de crescimento dessa série histórica. É evidente como o crescimento se acentua a partir da primeira década deste século, apresentando saltos de crescimento no final da primeira década e início da segunda década, coincidindo com o segundo governo de Lula e o primeiro governo de Dilma.



Figura 1 . Série histórica da criação de igrejas evangélicas no Brasil por mês/ano, entre Janeiro de 1960 e Dezembro de 2018

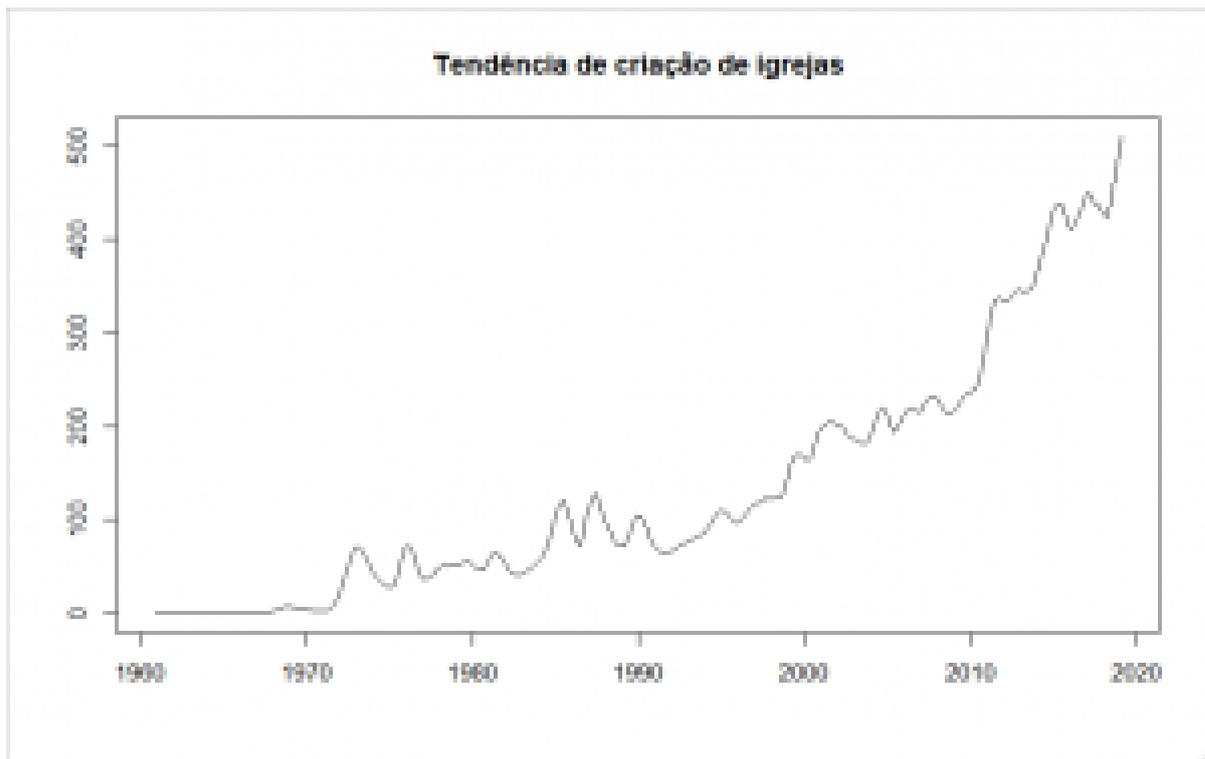


Figura 2 . Curva de tendência observada na série histórica da criação de igrejas evangélicas no Brasil por mês/ano, entre Janeiro de 1960 e Dezembro de 2018

A Figura 3 mostra as cidades onde mais igrejas evangélicas foram criadas entre janeiro de 1960 e dezembro de 2018. É intuitivo observar que São Paulo e Rio de Janeiro, por serem as cidades mais populosas, são também as cidades onde mais igrejas foram criadas. O Rio de Janeiro apresenta ao redor de 5 mil igrejas e São Paulo apresenta ao redor de 7.500 igrejas, 25% a mais. O que não é intuitivo é que essa diferença seja tão pequena, já que São Paulo tem praticamente o dobro da população do Rio de Janeiro, segundo [estimativa do IBGE](#). Ainda segundo a estimativa do IBGE, Brasília, Salvador, Belo Horizonte e Fortaleza completam o grupo das seis cidades mais populosas do Brasil, e isso justifica que estejam entre as cidades com mais igrejas evangélicas. O que, novamente, não parece justificável é que cidades com aproximadamente 1/3 da população de Salvador, como Duque de Caxias, São Gonçalo e Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, tenham aproximadamente o mesmo número de igrejas evangélicas que a capital

baiana. Curiosamente, estes números aparentemente desproporcionais de igrejas evangélicas foram observados nas cidades mais populosas do Rio de Janeiro, berço político do bolsonarismo.



Figura 3. Cidades com maior número de igrejas evangélicas criadas entre Janeiro de 1960 e Dezembro de 2018.

Conclusão

Aqui usamos métodos de inteligência artificial para identificar, com acurácia de mais de 90%, igrejas evangélicas presentes no cadastro de CNPJ disponibilizado pela Receita. Entre as mais de 50 milhões de empresas ali descritas, foi possível identificar mais de 150 mil igrejas evangélicas criadas no Brasil entre 1960 e 2018. Analisando os dados, observamos dois padrões interessantes que nos fazem levantar algumas hipóteses.

Padrão temporal: o crescimento desproporcional de igrejas evangélicas nos governos Lula e Dilma pode ser devido à desmobilização dos sindicatos durante aquele período, o que fez com que as igrejas se tornassem os [espaços de sociabilidade onde as pessoas podem falar sobre seus desejos e anseios](#), como especulado por Marcio Pochmann.

Padrão espacial: uma consequência do número desproporcional de igrejas nas maiores cidades do estado do Rio de Janeiro pode ser justamente o nascimento do bolsonarismo.

Sobre os autores

[Charles Novaes de Santana](#): Cientista da computação, mestre e doutor em mudanças climáticas, com experiência no uso de técnicas de inteligência artificial e de aprendizado estatístico para responder perguntas interdisciplinares. É co-fundador de [DataSCOUT](#), apaixonado por fractais, redes complexas, e por identificar padrões escondidos em amontoados de dados.

[Tarsio Barreto](#): Estudante de doutorado do Programa de Engenharia Industrial da Universidade Federal da Bahia. Dedicar o seu tempo ao aprendizado de máquina com particular interesse na interpretabilidade de modelos black box e qualquer desafio que lhe tire o sono!

[Fernando Barbalho](#) — Doutor em Administração pela UnB (2014). É cientista de dados no Tesouro Nacional. Pesquisa e implementa produtos para transparência no setor público brasileiro. Usa R nos finais de semana para investigar perguntas que fogem às finanças públicas.

[Leonardo F. Nascimento](#) — Doutor em sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos — IESP/UERJ (2013). Pesquisa temas relacionados à sociologia digital e aos métodos digitais de pesquisa. Atualmente é professor do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação da UFBA.

[Tomás Barcellos](#) — Economista formado na UFSC (2014). Trabalha no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento desde 2015, atuando hoje como Coordenador de Inovação. É mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos da UnB.

[Henrique Gomide](#) — Professor na Universidade Federal de Viçosa. Mestre e doutor em Psicologia. Trabalhou como cientista de dados na área de saúde suplementar. Tem como principais interesses a aplicação de técnicas quantitativas e inovação nas áreas de saúde e educação.

18. América Latina está no epicentro da luta popular contra o neoliberalismo

<https://www.mst.org.br/2019/10/09/america-latina-esta-no-epicentro-da-luta-popular-contra-o->

[neoliberalismo.html?fbclid=IwAR1vik4BE-fH77fBRvtwb5qWTKPi56Dh3-RMWhHdcb3IUC_dEY5YWB_ZDEk](https://www.mst.org.br/2019/10/09/america-latina-esta-no-epicentro-da-luta-popular-contra-o-neoliberalismo.html?fbclid=IwAR1vik4BE-fH77fBRvtwb5qWTKPi56Dh3-RMWhHdcb3IUC_dEY5YWB_ZDEk)

"Contradições do sistema capitalista estão provocando uma onda de explosão social" reflete Joaquín Piñero 9 de outubro de 2019 15h41

- Movimentos haitianos realizam conferência para propor unidade contra governo de Moïse 29 de agosto de 2019 14h37
- Notas para debater a crise da Venezuela, por João Pedro Stedile 22 de fevereiro de 2019 10h32
- Ato em apoio ao povo venezuelano mobiliza capital gaúcho 6 de fevereiro de 2019 11h41

Por Joaquín Piñero - Do Brasil de Fato

Edição: Vivian Virissimo/ Brasil de Fato

Depois da celebrada e pomposa lua de mel do neoliberalismo com a burguesia local aliada do capital financeiro internacional aqui no continente americano, recentemente começamos a perceber sérios problemas para esse casamento se consolidar. As contradições inerentes ao sistema capitalista, sua crise sistêmica e a incapacidade desse modelo de resolver os problemas do povo são ingrediente que estão provocando uma onda de explosão social principalmente nos países da América Latina e Caribe.

A chegada ao poder de governantes de direita e extrema direita, seja pela via do voto ou através de golpes de estado ou parlamentares, que anunciaram aos quatro ventos que a saída para resolver os graves problemas sociais que assolam os países da região era a aplicação de um conjunto de medidas neoliberais, aliadas à uma aproximação estratégica quase carnal com os Estados Unidos (EUA), mais uma vez se mostrou ineficaz para aqueles que ainda acreditavam nesse conto.

Com exceção de Cuba, Venezuela e Bolívia, que resistem bravamente aos ataques imperialista orquestrados pelos EUA, e o México que depois de algum tempo, ressurgiu com políticas de cunho mais progressistas, os demais países desse continente vêm a cada dia, aumentando as mobilizações populares nas ruas e seus governantes perdendo apoios importantes e muitos deles em vias de serem expurgados de seus cargos antes do tempo, como é o caso do presidente do Equador, Lenin Moreno.

Assim como no final dos anos 90 e início dos anos 2000, a fome, a pobreza, o desemprego, as desigualdades sociais regadas a banhos de sangue da violência do estado contra os povos e lideranças dos movimentos populares que culminaram com a organização da resistência popular e a derrubada de governos, hoje a história parece se encaminhar para esse mesmo desfecho.

O povo na rua, mobilizado e consciente de sua luta em defesa de seus direitos é a expressão mais contundente de que a luta de classes é a chama que não se apaga e se anuncia como um novo ciclo nesse continente rebelde.

À

luta!

19. Para biólogos, Nordeste levará décadas para repor danos do óleo derramado

As manchas de óleo chegaram à Bahia nesta sexta-feira (4) e já atingiram todos os estados do Nordeste brasileiro. Imagem: Divulgação/Adema Aliny Gama Colaboração para o UOL, em Maceió 09/10/2019 10h44 RESUMO DA NOTÍCIA Há um mês, manchas negras chegam ao litoral do Nordeste. Material é petróleo cru, segundo análises. Biólogos estimam que natureza precisará de décadas para se recuperar. Além do prejuízo ambiental, economia, turismo e alimentação devem ser afetados. O derramamento de petróleo cru no Nordeste preocupa autoridades e ambientalistas, que ainda não conseguem medir o impacto do desastre ambiental, mas... –

Veja mais em https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/10/09/para-especialistas-ne-levara-decadas-para-repor-danos-do-oleo-derramado.htm?fbclid=IwAR3YgyISYfEGCNU_fqEHQV3fiM5eL7LHiAz4g6tS5HaCEy2uVanZ26H9IC0&cmpid=copiaecola

20. Estagnação secular no Brasil?

https://jlcoureiro.wordpress.com/2019/10/10/estagnacao-secular-no-brasil/?fbclid=IwAR3SiLVdQdA_8Xt4vhuKzQUYO83rdvv8YzH5wuCpPGNwDxlZxu0aAUuq-TE

10quinta-feira OUT 2019 – JOSE LUIZ OREIRO

POSTED BY JLCOREIRO IN ERROS DE PAULO GUEDES, ESTAGNAÇÃO SECULAR NO BRASIL



Hoje (09 de outubro) foram divulgados os dados da inflação de setembro. Tivemos uma deflação de 0,04% no mês passado, o que levou o IPCA acumulado em 12 meses a 2,89%, ligeiramente acima do piso do regime de metas de inflação para 2019 que é de 2,75%, mas muito baixo do centro da meta de inflação para 2019 que é 4,25%.

Ao que tudo indica estamos caminhando para o terceiro ano consecutivo no qual a inflação irá ficar ABAIXO do centro da meta inflacionária definida pelo Conselho Monetário Nacional. Ainda mais preocupante é o fato de que a média das 7 medidas de núcleo de inflação do IPCA acumulado em 12 meses (que excluem os itens mais sensíveis a choques de oferta como combustíveis e câmbio) está apenas ligeiramente acima do piso do regime de metas: 2,82% contra 2,75% do piso.

O Brasil está flertando perigosamente com a deflação. A insistência numa política econômica liquidacionista aos moldes do realizado pela dupla Hoover-Mellon nos EUA no início dos anos 1930 (<https://jlcoureiro.wordpress.com/2019/06/05/paralelos-entre-hoover-mellon-e-bolsonaro-guedes/>) está empurrando o Brasil para uma espiral deflacionária

cujo desfecho será uma crise econômica sem precedentes na história da República. Ainda há tempo para mudarmos esse desfecho. O governo Bolsonaro precisa rever seus conceitos econômicos e se *aggiornar* as boas práticas de política econômica que estão sendo adotadas atualmente na Europa e dos EUA para evitar o pior. E, mais importante, o Banco Central do Brasil precisa abandonar seu conservadorismo irracional e promover um choque de taxa de juros, reduzindo a Selic para 0% em termos reais, o que significa uma Selic nominal de, no máximo, 3% a.a.

Que o bom senso, não uma ideologia ultrapassada desprovida de comprovação científica, possa prevalecer no debate econômico brasileiro. Oremos.

21. Os cabeças de planilha e a celebração do conhecimento irrelevante, por Luis Nassif

E a opinião pública tem que testemunhar a supina arrogância de alguns economistas, por dominar a planilha do orçamento e identificar algum erro metodológico na planilha do adversário.

Luis Nassif 07/10/2019



Segundo os manuais, lógica é o estudo normativo, filosófico do raciocínio válido.

Trata-se de um componente essencial na economia. É muito mais profundo, e muito menos complexo, do que as altas teorias matemáticas, estatísticas dos cabeças de planilha. Com a lógica, identifica-se o componente central de qualquer teoria, e demonstra-se se é verdadeiro ou falso.

No GGN, escrevi sobre o livro “O Universo NeoLiberal do Desencanto”, do economista José Carlos de Assis e do matemático Francisco Antonio Dória, descrevendo a maneira como três especialistas brasileiros, o matemático Dória, o lógico Newton da Costa e o economista Marcelo Tsuji, refutaram as teses do neoliberalismo, em cima de um enunciado lógico.

Foi um lógico – John Nash, um dos gênios matemáticos do século 20, personagem principal do filme “Uma mente brilhante” – que desenvolveu o princípio lógico que serviu de base para a teoria do equilíbrio dos mercados competitivos. Em uma tese de apenas 29 páginas – que lhe rendeu o Nobel – ele mostrou que casos de jogos não-colaborativos (como em um mercado) a solução aceitável de cada jogador correspondia ao equilíbrio dos mercados

competitivos. Ou seja, quando todos os jogadores estavam satisfeitos com sua posição, significava que o mercado estava em equilíbrio.

Nos anos 80 surgiu o “outro Nash”, Alain Lewis, um gênio matemático, negro, mistura de Harry Belafonte e Denzel Washington, criado nos guetos de Washington, depois estudante em Harvard, onde conquistou o respeito até de referências como Paul Samuelson. Está vivo e provavelmente internado em alguma clínica. Ele avançou na lógica do equilíbrio de Nash

Em um conjunto de obras, a partir de 1985, Lewis demonstrou que as noções fundamentais da teoria econômica não são “eficazes” – isto é, não explicam todos os fenômenos econômicos – e, portanto, devem ser descartadas. Comprovou sua tese para um número específico de casos. Seu grande parceiro, na troca de ideias, era o matemático brasileiro Antonio Dória Junior.

Nos anos 90, provocado por seu aluno, o jovem economista Marcelo Tsuji, o matemático Dória e o lógico Newton da Costa, criaram um novo modelo lógico, em que demonstravam que o “equilíbrio de Nash” ocorria, de fato, com os mercados chegando aos preços de equilíbrio. Mas era impossível calcular o momento em que se chegava aos tais preços de equilíbrio. Logo, a teoria não tinha como ser aplicada.

Leia também: [O projeto nacional e as indústrias de bem estar, por Luis Nassif](#)

Os cabeças de planilha

Dou essa imensa volta para comentar a momentosa discussão entre economistas sobre o peso das despesas e receitas no aumento da dívida líquida. Grandes estatísticos, grandes planilheiros, envolvidos na discussão acesa sobre o peso dos gastos, da receita e dos juros no crescimento da dívida bruta. Esbanjando conhecimentos de planilha, da metodologia para separar o peso dos juros da rolagem da dívida. E exibindo seu conhecimento como verdadeiros deuses ex-machina.

E aí me dou conta da ausência absoluta de exercício de lógica para checar os temas efetivamente relevantes da economia aplicada. São jogadores que ficam no meio campo fazendo embaixadas, exibindo a habilidade com números, em cima de temas teoricamente irrelevantes e incapazes de arrostar – com a lógica e com os números – inúmeros dogmas econômicos, passando ao largo de qualquer tema nos quais é impossível definir relações de causalidade previstas na teoria.

Por exemplo:

1. Metas inflacionárias.

Parte-se do pressuposto que aumento de juros básicos leva a uma redução da demanda, contendo a alta de preços. Têm-se uma estrutura de crédito totalmente distorcida, sem nenhuma correspondência com as taxas Selic.

Qual o estudo demonstrando estatisticamente o percentual de empresas afetadas (ou não) pelo aumento da Selic na ponta do crédito?

Mais que isso. Uma constatação empírica simples é que taxa básica impacta muito mais o custo do investimento do que o custo do crédito. Logo afeta negativamente a oferta e não interfere na demanda. Quais os efeitos, de longo prazo, do aumento da Selic sobre a estrutura de oferta e demanda?

Em todo o período de utilização das metas inflacionárias, percebia-se que o único impacto sobre os preços se dava através da apreciação cambial – mais dólares entrando para operações de arbitragem. Definitivamente, metas inflacionárias não foi uma teoria desenvolvida com o objetivo de utilizar mecanismos cambiais para controle de preços.

Tinha-se, então, os seguintes impactos:

- Apreciação cambial, impactando exportações e importações.
- Aumento do custo de rolagem da dívida pública.
- Redução dos investimentos públicos, impactando o nível de atividade econômica.

- Redução dos investimentos privados, pelo encarecimento e pela [perda de competitividade frente os importados.
- Desestímulo à políticas de inovação das empresas, pela incapacidade de competir com o produto importado.

Quem desenvolveu a síntese lógica capaz de englobar todos esses aspectos? Ninguém. E a opinião pública tem que testemunhar a supina arrogância de alguns economistas, por dominar a planilha do orçamento e identificar algum erro metodológico na planilha do adversário. São grandes campeões intelectuais por saber separar rolagem de acréscimo da dívida. Vão ganhar o prêmio Contador do Ano.

2. Externalidades positivas

Anos atrás, o aumento do salário mínimo permitiu que 54% das famílias com aposentados e pensionistas, eles se constituíssem no arrimo da família, com os seguintes impactos sobre os gastos públicos:

- Educação: mais tempo para as crianças se dedicaram ao estudo, aumentando a eficácia dos gastos educacionais.
- Saúde: acesso a alimentação e remédios, reduzindo os custos futuros com saúde.
- Segurança: crianças menos expostas à cooptação pelo tráfico e pelas milícias.

Todo esse conjunto de fatores é deixado de lado, para que o cabeção possa mostrar sua excepcional acuidade estatística, analisando exclusivamente o peso direto do aumento do salário mínimo nos gastos públicos.

Do mesmo modo, os financiamentos do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social) geram as seguintes externalidades positivas:

- Viabilizam novas empresas, novos empregos e novas receitas fiscais.
- Tem impacto no entorno da empresa instalada.

No entanto, os gênios da planilha se limitam a estimar o impacto dos empréstimos ao BNDES sobre as contas do Tesouro.

3. Mercado de trabalho

Desmontaram as leis trabalhistas, alegando ser herança getulista. Era filha direta de Roberto Campos. A legislação trabalhista tinha as seguintes funções:

- Garantia estabilidade ao empregado. A estabilidade permitia acesso ao consumo e ao crédito.
- Com o desconto em folha, tinha-se uma arrecadação previsível de Imposto de Renda.
- Financiava a Previdência Social.
- Financiava os investimentos em infraestrutura através do FGTS.

Qual o impacto do desmonte no mercado de consumo, no financiamento da Previdência, no financiamento da infraestrutura?

O custo Brasil mais pesado tem dois fatores nítidos: a superficialidade, a visão monotemática dos economistas de mercado (os mais ouvidos); a visão superficial da mídia, incapaz de desenvolver reportagens mais complexas sobre os diversos ângulos de cada decisão de política pública.

Você pode fazer o Jornal GGN ser cada vez melhor

Assine e faça parte desta caminhada para que ele se torne um veículo cada vez mais respeitado e forte.

22. Por que a eleição para o conselho tutelar ganhou destaque

https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/10/07/Por-que-a-elei%C3%A7%C3%A3o-para-o-conselho-tutelar-ganhou-destaque?utm_source=socialbttns&utm_medium=article_share&utm_campaign=self&fbclid=IwAR1ONMY5z7zYPOSTXEn3_Pifpl_v4E58L7Tap6ZLEh_-F3NdU-ckKCg9Lo

Matheus Pimentel 07 Out 2019 (atualizado 09/Out 14h16)

Escolha de conselheiros que cuidam dos direitos de crianças e adolescentes é aberta ao público. Em 2019, mobilização nas redes sociais e maior comparecimento chamaram atenção FOTO: PREFEITURA DE OLINDA/REPRODUÇÃO/FLICKR - 27.09.2017

PALESTRA NO CONSELHO TUTELAR EM OLINDA, EM PERNAMBUCO

Eleitores em todo o Brasil foram às urnas no domingo (6) para escolher os novos integrantes dos conselhos tutelares, órgãos públicos que defendem os direitos das crianças e dos adolescentes. A eleição recebeu grande atenção pelo país, com mobilização nas redes sociais e um comparecimento maior às urnas em várias capitais na comparação com a disputa anterior, de 2015. Ao contrário das demais eleições do país, no caso dos conselhos tutelares o voto é facultativo e há pouca divulgação sobre quem são os postulantes. A votação é aberta para qualquer cidadão que tenha título eleitoral. Os conselhos funcionam no âmbito municipal. Nas grandes cidades, existem vários conselhos tutelares, que cuidam de determinada região ou distrito definidos.

O que fazem os conselhos

Os conselhos tutelares foram criados com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), uma lei federal que está em vigor desde 1990. O estatuto estabeleceu que cada município do Brasil deve ter pelo menos um conselho, com cinco conselheiros titulares em cada. Com mandatos de quatro anos, a atividade é remunerada e requer dedicação exclusiva. O valor dos salários e de outros recursos destinados ao funcionamento dos conselhos são atribuições de cada prefeitura. O ECA garante, porém, que os conselhos têm autonomia de atuação, sem se submeter às gestões municipais. O conselho tutelar tem um poder limitado para lidar com situações como maus-tratos ou baixo desempenho escolar. O órgão não pode julgar casos ou aplicar medidas judiciais, por exemplo. Ele age como interlocutor e fiscalizador com o intuito de que o poder público interfira, por exemplo repassando informações coletadas ao Ministério Público ou à Justiça. Principais funções

FREQUÊNCIA ESCOLAR Junto a escolas, garantir a matrícula e a frequência de jovens e orientar dirigentes de estabelecimentos de ensino para que cumpram a obrigação de comunicar maus-tratos, faltas injustificadas ou repetições consecutivas de ano.

FISCALIZAÇÃO Fiscalizar entidades, do governo ou fora do governo, que atendam a crianças e adolescentes e aplicar advertências em casos de violação. Quando houver reincidência, conselheiros podem acessar o Ministério Público ou a Justiça.

NOTIFICAÇÃO Notificar os responsáveis que deixam de cumprir seus deveres em relação a crianças e adolescentes e, se necessário, convocá-los à sede do conselho tutelar para assinar um termo de responsabilidade.

INFRAÇÕES Encaminhar ao Ministério Público informações sobre infrações administrativas ou penais contra os direitos da criança ou do adolescente. Por exemplo, quando pais e mães deixam de prover seus filhos, não garantem sua educação ou quando jovens mendigam.

GUARDA Em casos graves, encaminhar uma representação a um promotor da Infância e da Juventude, apresentando provas e pedindo providências. Entre elas está a suspensão da guarda da criança ou do adolescente.

ASSISTÊNCIA Acompanhar, orientar e apoiar jovens com a ajuda de serviços de assistência social, complementando a ação dos pais ou responsáveis quando necessário.

INFORMAR Indicar às autoridades municipais quais são as deficiências de serviços públicos voltados a crianças e adolescentes. No Brasil, crianças são as pessoas até 12 anos de idade, e adolescentes, os que têm de 12 até 18 anos. Em linhas gerais, o ECA estabeleceu que essa população tem o direito de receber cuidados especiais e prioritários

do poder público. A disputa pelos conselhos Historicamente, as vagas em conselhos tutelares são disputadas por pessoas que representam ou são apoiadas por diferentes entidades, como igrejas evangélicas, a Igreja Católica, partidos políticos de distintas orientações, movimentos sociais, ONGs, entre outras. A eleição de 2019 foi marcada por um aumento da presença de candidatos ligados a igrejas evangélicas e outras entidades religiosas, o que gerou uma reação de setores da sociedade para mobilizar eleitores em torno de candidatos de outros campos, como os de esquerda.

Foi comum ver pessoas e entidades divulgando nas redes sociais, nas vésperas e no dia da votação, listas de candidatos que defendiam determinadas pautas no campo da infância e adolescência. Conseguir eleger nomes para os conselhos significa obter um cargo remunerado, com poder de decisão sobre uma área sensível das políticas públicas do país: os temas de infância e adolescência. Os conselheiros também ganham visibilidade local na comunidade, o que pode lhes render influência política.

As eleições são organizadas por cada município, mas com apoio dos Tribunais Regionais Eleitorais, inclusive com uso da urna eletrônica. Houve cidades com votação anulada, por conta de casos de erro entre os nomes e números dos candidatos ou suspeita de compra de votos. Os conselheiros eleitos agora tomarão posse em janeiro de 2020 e ficarão no posto até janeiro de 2024. A participação na eleição em 2019

Até a tarde desta segunda-feira (7), não havia dados consolidados sobre o comparecimento de eleitores de boa parte das grandes cidades brasileiras. Desse modo, ainda não é possível atestar se a maior atenção da opinião pública sobre o tema, comum para o período próximo da votação, de fato resultou em mais participação de uma forma generalizada pelo país em 2019. Há sinais, porém, de que o comparecimento cresceu e foi um fenômeno distribuído pelo Brasil.

Algumas capitais que divulgaram seus resultados indicaram um crescimento considerável do número de votos, por exemplo:

em Salvador, cerca de 35 mil votaram (aumento de 50% em relação a 2015)

em Belo Horizonte, foram 46 mil votos (aumento de 46% em relação a 2015)

em Porto Alegre, cerca de 43 mil eleitores compareceram (mais do que o dobro em relação a 2015)

em João Pessoa, 38 mil pessoas participaram (mais do que o triplo em relação a 2015)

em Aracaju, cerca de 26 mil votaram (aumento de 58% em relação a 2015)

Dois análises sobre a eleição

As taxas de comparecimento em alta sugerem um envolvimento maior da sociedade com as vagas para conselhos tutelares no Brasil. O Nexu ouviu dois professores a respeito das razões para esse comportamento em 2019. São eles: Marco Antonio Teixeira, cientista político da FGV Marta Ferreira Santos Farah, socióloga e docente de políticas públicas da FGV Por que esta eleição ao conselho tutelar mobilizou tanto a opinião pública?

MARCO ANTONIO TEIXEIRA Os conselhos tutelares lidam com um tema que divide. É uma divisão ainda mais evidente no contexto da polarização política. Os conselhos tutelares, que lidam com o ECA, colocam em geral de um lado setores progressistas que defendem a aplicação do ECA e medidas socioeducativas, e de outro lado segmentos mais conservadores, que defendem medidas mais punitivas e até a redução da maioria penal. Toda a atenção dada à eleição de conselhos tutelares em 2019 foi um reflexo da polarização política instalada no Brasil há alguns anos e intensificada com a eleição de Jair Bolsonaro. Os temas de infância e a adolescência já são disputados há bastante tempo.

Agora, os projetos de sociedade estão mais em evidência. O atual governo tem medidas concretas tentando mudar regras, com uma visão de sociedade mais punitiva, e o ECA é um obstáculo para implementar essa visão. O governo Bolsonaro defende várias propostas de mudar a legislação para endurecer leis e punições. Grande parte da base de apoio do governo faz críticas ferrenhas ao ECA. Os conselheiros tutelares têm um papel fundamental nesse processo, pois eles são encarregados de repassar informações para a Justiça, fiscalizar as políticas públicas e ajudar na sua implementação na esfera municipal. É uma espécie de tema de fronteira: tem a ver com segurança pública, com valores morais e com uma visão de projeto de futuro para o Brasil.

MARTA FERREIRA SANTOS FARAH As igrejas evangélicas e a Igreja Católica começaram a se mobilizar, uma em relação a outra, para a eleição de conselhos tutelares. Houve essa movimentação forte de grupos religiosos para obter vagas nos conselhos e para esses órgãos serem ocupados por pessoas que defendem valores e visões conservadoras em relação às crianças — com centralidade no valor tradicional da família, e com visão crítica a alguns aspectos da educação formal, como a discussão de gênero. Houve uma grande polarização diante da preocupação sobre quem, na sociedade civil, vai receber uma delegação e se tornar autoridade na área de proteção de crianças e adolescentes. Se essa área for ocupada por instituições religiosas, com perspectivas conservadoras, podem ser afetados direitos das crianças e adolescentes determinados no ECA. Essas disputas não são inéditas. Mas estamos numa conjuntura em que a sociedade está polarizada, parte da população está vendo recuos em setores como cultura, educação, ciência e tecnologia, políticas para mulheres, meio ambiente. Podemos ver o conjunto desses recuos como uma ação na área de costumes. Isso não quer dizer que não se reconheça o direito de todo segmento da sociedade estar representado, inclusive as igrejas. Setores progressistas parecem ter visto a situação como uma possibilidade de novos conselheiros ocuparem esse espaço de modo puramente religioso. Então esses setores reagiram e também se mobilizaram bastante. A disputa se alastrou também pelas redes sociais, tanto de lados conservadores como de lados progressistas. A atenção especial a essa eleição para conselhos tutelares de certa forma gera o dever de a sociedade olhar mais para esses órgãos, porque há muito problema de capacitação, de efetividade de atuação, de relação com os governos municipais. Há dificuldades, eles não estão atuando do modo como foram previstos. EXPLICADO Estatuto da Criança e do Adolescente: um avanço legal a ser descoberto

Link para matéria: https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/10/07/Por-que-a-elei%C3%A7%C3%A3o-para-o-conselho-tutelar-ganhou-destaque?utm_source=socialbttns&utm_medium=article_share&utm_campaign=self&fbclid=IwAR1ONMY5z7zYP0STXEn3_Pifpfl_v4E58L7TAp6ZLEh_-F3NdU-ckKCg9Lo

© 2019 | Todos os direitos deste material são reservados ao NEXO JORNAL LTDA., conforme a Lei nº 9.610/98. A sua publicação, redistribuição, transmissão e reescrita sem autorização prévia é proibida.

23. Por lei, o Fundeb acaba em 2020. Você sabe o que está em jogo?

<https://www.cartacapital.com.br/educacao/por-lei-o-fundeb-acaba-em-2020-voce-sabe-o-que-esta-em-jogo/?fbclid=IwAR0QJOIdlh8wkYiLAbLakKdJuZhX17jhR0lbMHhXqmmmbWLUk08mcQBI2lgg>

Propostas que tramitam na Câmara e no Senado defendem a permanência do Fundo, mas divergem sobre o patamar de complementação da União

Por lei, o **Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)** tem validade até 31 de dezembro de 2020. Por esta razão, tramitam propostas parlamentares na Câmara e no Senado que pactuam pela permanência do fundo, mas ainda divergem sobre a sua composição orçamentária e o repasse da União, que atualmente é de 10% do valor total dos fundos nos estados e municípios. A expectativa é de que se estabeleça um pacto entre as propostas para acelerar a tramitação e chegar a uma aprovação do novo modelo.

PUBLICIDADE

No Senado, tramitam as propostas de emenda constitucional PEC 65/2019 e PEC 33/2019, e na Câmara dos Deputados, a PEC 15-A/2015. Ambas preveem a renovação do fundo e a necessidade de torná-lo permanente na Constituição (sem data de validade como prevê a lei atual), mas apontam diferentes caminhos para o aumento da contribuição da União. A PEC 65/19 fala em ampliar dos atuais 10% para 40% a complementação da União em 11 anos; a PEC 33/2019, aponta uma complementação de 30% em três anos; já a PEC 15/15 prevê um salto inicial da complementação para 15% e uma progressão até chegar a 30%, em dez anos.

Por que aumentar a receita do Fundeb?

O aumento da contribuição da União ao fundo é um dos pontos sensíveis da tramitação acerca do novo modelo e fundamental para alicerçar uma das principais demandas do novo modelo: ampliar o número de novas matrículas nas redes estadual e municipal do País, prevendo a universalização do atendimento escolar nas diversas etapas da educação – na etapa obrigatória dos 4 aos 17 anos, além de creche, pré-escola e EJA. Atualmente, o Fundeb subsidia mais de 40 milhões de matrículas das redes estaduais e municipais de ensino, com um total investido de 156,4 bilhões de reais. Especialistas apontam que, nesse modelo, não cabe a expansão das redes.

► *Leia também:*

- **[CartaExplica: Entenda o que é o Fundeb](#)**
-

A questão é uma das defendidas em uma nota técnica lançada pelo comitê diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. O objetivo do documento é colaborar com a tramitação do Fundo “e estabelecer um consenso acerca do inegociável direito à educação”, defende Daniel Cara, coordenador da campanha e um dos especialistas a contribuir com a publicação.

Cara dá a dimensão dos desafios relacionados à criação de novas vagas. “Só para cumprirmos as metas do Plano Nacional de Educação [as metas 1, 2 e 3 tratam da universalização do atendimento escolar] precisamos criar 1,5 milhão de matrículas nas creches, e cerca de 500 mil em cada uma das demais etapas, pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio”, diz.

O especialista explica que a entrada dos estudantes que hoje estão fora da escola, aliado a uma padrão de qualidade mínimo para as vagas já existentes, demandaria uma contribuição da União da ordem de 47%, mas que o percentual, ideal tecnicamente, está fora de cogitação por questões políticas.

► **Leia também:**

- **Quanto custa a educação pública de qualidade no Brasil?**
- **"Políticas educacionais não podem ser objeto de rinha partidária"**

“Na Câmara, a professora Dorinha (DEM-TO), relatora do tema na comissão especial, e o deputado João Carlos Bacelar (Podemos-BA), presidente da comissão especial na Câmara que analisa a proposta de emenda à Constituição (PEC 15/15), estão trabalhando para alcançar 30%. O Senado aponta 40%. Do que eu tenho como experiência, o ponto de consenso deve ficar em torno de 20%”, aposta Daniel Cara.

A proposta do governo federal, no entanto, é mais reduzida. A orientação do MEC, em alinhamento com o Ministério da Economia, é que o repasse da União ao Fundeb chegue aos 15%, em uma escala progressiva de um ponto percentual ao ano, até atingir a marca, em cinco anos. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, declarou que um aumento superior ao índice só pode ser discutido mais para frente, condicionando a hipótese à melhora fiscal do país.

Daniel Cara critica a proposta: “O governo defende esse percentual porque quando se olha a execução orçamentária fica claro que o movimento é de tirar orçamento dos programas para colocar no Fundeb. Por isso que aceita aumentar para 15%, porque tira mais e coloca menos, está na verdade desinvestindo em educação”, avalia o especialista.

A tentativa, no entanto, é por um consenso entre deputados federais, senadores e governo para que haja uma única proposta. Isso evitaria um pingue-pongue que faria com que a matéria da Câmara tivesse que ainda ser analisada pelo Senado e reavaliada em caso de mudança, o que só atrasaria a tramitação e a aprovação. Segundo Bacelar, a ideia é que a Comissão especial da Câmara aprove a proposta até o início do segundo semestre.

A questão da qualidade

Outro ponto sensível da tramitação é o entendimento de como o Fundeb pode garantir um padrão de qualidade mínimo para as vagas ofertadas nas redes educacionais. Para a campanha Nacional pelo Direito à Educação e os demais signatários da nota técnica, para além do repasse da União ao Fundo, segundo o texto melhor referendado na PEC 65/19, o instrumento deve ser capaz de garantir a valorização dos profissionais de educação, e corrigir as distorções orçamentárias ainda existentes.

Hoje, quase 80% do que é gasto em educação básica sai dos cofres de municípios e estados. A ideia de aumentar a complementação da União corrigiria isso. No ano passado, o Fundeb distribuiu 148,3 bilhões de reais. Mas o valor investido por aluno no ano, considerando todas as fontes, varia quase sete vezes no país, entre o município que tem mais recursos e o município que tem menos. Das 5.570 cidades do país, 62% (3.199) têm disponíveis menos de 400 por mês por aluno.

► **Leia também:**

- **Educação é a área com maior desaprovação no governo Bolsonaro**
- **Em defesa de qual educação?**

A nota técnica defende dois novos fatores de ponderação ao Fundeb, um primeiro para distribuir recursos a redes municipais e estaduais prejudicadas pela baixa arrecadação e um segundo para beneficiar redes públicas dirigidas por entes federados com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Outra aposta nesse sentido é garantir o CAQi (Custo-Aluno-Qualidade-inicial), que de acordo, com o **PNE**, deveria ter sido implementado até junho de 2016. O mecanismo calcula um custo por aluno de qualidade anual a partir de vários fatores, como etapa escolar, modalidade de ensino, número de estudantes por turma e jornada semanal dos estudantes.

A recomendação feita pela nota técnica é que os recursos do Fundeb sejam dirigidos exclusivamente às escolas públicas e a uma política de Estado comprometida com a expansão das vagas no segmento público. O entendimento faz com que o comitê diretivo da Campanha Nacional refute não só as ideias ventiladas por Weintraub, como outras propostas de emenda constitucional.

O ministro já declarou que acredita em um maior repasse do Fundeb a Estados que cumprirem suas metas educacionais nas avaliações de larga escala, caminho trilhado por parlamentares como a deputada Tábata Amaral (PDT-SP). O deputado Tiago Mitraud (Novo – MG) defende que os recursos do Fundeb possam ser utilizados para financiar o ensino em instituições privadas ou sem fins lucrativos, os chamados “vouchers”. Daniel Cara refuta as propostas e as entende dentro de um caráter “gerencialista” da educação, com aspectos inconstitucionais, e que não só não garantiriam mais qualidade educacional, como reforçariam as desigualdades educacionais que precisam ser superadas.

24. Máquina de guerra

Após estrago no meio ambiente, metralhadora ideológica mira a cultura

https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,maquina-de-guerra,70003041473?fbclid=IwAR0VyUYJpmiv2v1kNDvT8cZ_ymTzLmqIW6KbMo4usY08eeUJ8kyYoI29tHk

Eliane Cantanhêde, O Estado de S.Paulo - 08 de outubro de 2019 | 03h00

Quando surgiu a notícia de que o Ministério da Cidadania havia **demitido 19 funcionários** do Centro de Artes Cênicas da Funarte, a primeira reação foi de aplauso. Afinal, o governo afastava o diretor Roberto Alvim, que, entre outras barbaridades, **ofendeu Fernanda Montenegro** como “mentirosa” e “sórdida”.

Ledo engano. Era bom demais para ser verdade.

LEIA TAMBÉM [>Após polêmica, Janot lança livro em noite de autógrafos esvaziada em SP](#)

Logo ficou claro o contrário: foram demitidos os coordenadores, gerentes e subgerentes, menos... o chefe Alvim! Ou seja, o governo “limpou a área” para Alvim fazer o que bem entender.

Esse é apenas mais um capítulo da nova guerra ideológica do governo **Jair Bolsonaro**, com o mundo todo já espantado com sua visão e suas declarações sobre meio ambiente – aliás, o tema central do Sínodo que ocorre neste momento no Vaticano, sob a liderança do papa Francisco.

PUBLICIDADE

[inRead invented by Teads](#)

É enorme o estrago à imagem do Brasil no exterior, por desmatamento, queimadas e, agora, a gravíssima mancha de **óleo nas praias de todo o Nordeste**, mas principalmente pela nova política para o setor. Ainda enfrentando essa frente, o governo já aprofunda os ataques, investidas e ingerências na área da cultura, onde habitam velhos fantasmas do bolsonarismo, embolados no tal **“marxismo cultural”**.

A expressão, sempre presente nos escritos e nas falas do chanceler **Ernesto Araújo**, é também frequente no mundo e nas fantasias do diretor Roberto Alvim, que também vê inimigos esquerdistas e perigosos por toda a parte, prontos a implodir a “cultura judaico-cristã do Ocidente”.

Alvim, que quer transformar o Teatro Glauce Rocha em “teatro evangélico”, seja lá o que isso seja, também já vinha conclamando “profissionais

conservadores” a integrarem uma “máquina de guerra cultural” na Funarte. Ai, que medo! Imaginem só o que vai virar o Centro de Artes Cênicas. Um amontoado de críticos à nossa produção cultural, nossos diretores, nossos atores.

A Funarte, porém, é só mais um dos alvos do Planalto e do Ministério da Cidadania, que engoliu o da Cultura já na posse. A artilharia contra a cultura se expande por todas as áreas do governo, até a financeira. No mesmo dia do anúncio das demissões na Funarte, veio a notícia de que a produção cultural da Caixa Econômica Federal agora é sujeita ao crivo ideológico da presidência do órgão e da Secom do Planalto.

Isso remete ao [veto de Bolsonaro a uma peça publicitária](#) do Banco do Brasil dedicada ao público jovem, porque incluía a diversidade racial e sexual. Ou ao ataque que ele fez à Ancine, condenando seus “filmes pornográficos” e defendendo que deveriam focar os “heróis nacionais” – leia-se, os heróis do próprio Bolsonaro, como o coronel Brilhante Ustra, fartamente apontado como torturador?

Do outro lado, Chico Buarque, excelente escritor e ícone da música de várias gerações, além de não ser “herói”, é tratado como inimigo: a embaixada brasileira em Montevideu acaba de [suspender um documentário sobre o Chico](#). O Chico! É inacreditável, mas pode acreditar.

A reação já começa, com manifestações de apoio e a devida reverência à diva Fernanda Montenegro e com decisões judiciais como a de ontem, da juíza Laura Bastos de Carvalho, da 11.^a Vara do Rio, que suspendeu por liminar uma portaria do Ministério da Cidadania sobre projetos da Ancine para TVs públicas.

A juíza atendeu a um pedido do Ministério Público, que apontou na portaria, além de prejuízo ao erário, “inequívoca discriminação por orientação sexual e identidade de gênero”. O STF, diga-se, acaba de criminalizar a homofobia.

Demissões, perseguições e censura, além de asfixia financeira da cultura... Isso, sim, é muito “sórdido”.

25. Reforma tributária solidária: uma oportunidade para mudar o Brasil

[Observatório da Economia Contemporânea](#) | Brasil

O Observatório da Economia Contemporânea tem como foco a discussão da economia nas suas várias dimensões; estrutural e conjuntural, empírica e teórica, internacional e doméstica. Sua ênfase, porém, será na política econômica, com acompanhamento aprofundado da conjuntura internacional e da economia brasileira no governo Bolsonaro. Fazem parte do Observatório, economistas e cientistas sociais, professores e pesquisadores de diversas instituições, listados a seguir: Alex Wilhans, Alexandre Barbosa, André Calixtre, André Biancarelli, Angelo Del Vecchio, Antonio Correa de Lacerda, Bruno De Conti, Carolina Baltar, Claudio Amitrano, Claudio Puty, Clelio Campolina, Clemente Ganz Lúcio, Cristina Penido, Daniela Prates, David Kupfer, Denis Maracci Gimenez, Elias Jabbour, Ernani Torres, Esther Bermeguy, Esther Dweck, Fabio Terra, Fernando Sarti, Giorgio Romano, Guilherme Magacho, Guilherme Mello, Isabela Nogueira de Moraes, Ítalo Pedrosa, João Romero, Jorge Abrahão, José Celso Cardoso, José Dari Krein, Luiz Fernando de Paula, Luiz Gonzaga Belluzzo, Marcelo Manzano, Marcelo Miterhof, Marcos Costa Lima, Marta Castilho, Maryse Farhi, Nelson Barbosa, Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Barros, Ricardo Carneiro, Tânia Bacelar e William Nozaki.

https://diplomatie.org.br/reforma-tributaria-solidaria-uma-oportunidade-para-mudar-o-brasil/?fbclid=IwAR0sGKgiBASL8Fd64f_GvJT1_rMWGR410QQKxlU6YAyMkLxes-8Qj12TZ0A

por **Guilherme Mello** 27 de setembro de 2019

O ganho de arrecadação com os impostos sobre grandes rendas e grandes patrimônios deve ser usado para reduzir as alíquotas dos tributos sobre folha de pagamento e consumo, além de ajudar na formação do fundo de desenvolvimento regional. Dessa forma, teremos um sistema tributário mais justo, eficiente e alinhado com a realidade internacional, sem aumento da carga tributária. Veja análise no artigo do Observatório da Economia Contemporânea

O debate sobre a reforma tributária, atualmente em pauta no Congresso Nacional, talvez seja a maior oportunidade que teremos nos próximos anos de realmente mudar o Brasil. O sistema tributário brasileiro é injusto, complexo e retira competitividade de nossa economia. Além disso, ele se encontra totalmente desalinhado das boas práticas internacionais, com um peso excessivo de impostos sobre consumo (que afetam mais fortemente a renda dos mais pobres), pequena participação de impostos sobre as grandes rendas e patrimônios, além de nenhum incentivo relevante na direção da sustentabilidade ambiental.

A proposta em discussão na Câmara (PEC 45) tem como foco a simplificação da estrutura dos impostos sobre o consumo. A criação de um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), chamado de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) na proposta, simplificará a vida dos contribuintes, contará com poucas tarifas e exceções, garantirá maior transparência dos valores arrecadados, evitará a cumulatividade de alguns tributos (tributo cobrado sobre tributo), reduzirá a judicialização do tema tributário e tem o potencial de amenizar os conflitos federativos, como a guerra fiscal (ou seja, a concessão de benefícios fiscais para empresas se instalarem em alguns estados menos desenvolvidos).

Alguns temas presentes na proposta, no entanto, merecem revisão. A ideia de unificar tributos federais (IPI, PIS e COFINS), estaduais (ICMS) e municipais (ISS) em um único tributo retira a competência tributária de estados e municípios, além de misturar contribuições, impostos sobre mercadorias e imposto seletivo em um único IVA. Mais simples e prático seria manter a separação de competência e tipo de tributo: Uma contribuição federal sobre valor adicionado (CSVA) que unifique PIS/COFINS, de competência federal; um IVA que unifique ICMS e ISS, de competência compartilhada entre estados e municípios, com a possibilidade de consórcio entre os municípios de maior porte para cobrança de um IVA na esfera municipal; e a manutenção de impostos seletivos federais, como o próprio IPI e uma contribuição ambiental. Preserva-se assim as competências, as vinculações de recursos para seguridade, saúde e educação, ao mesmo tempo em que se avança na simplificação e eficiência, já que o CSVA e IVA terão poucas alíquotas e isenções, cobrança no destino, plena utilização dos créditos tributários e mesma base ampla de incidência.



Debate sobre a proposta de emenda à Constituição, que institui a reforma tributária, na reunião da comissão de Constituição e Justiça (CCJ) (Crédito Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil)

Desenvolvimento regional

A criação de um IBS único cria outros dois desafios: a forma de devolução de impostos para os mais pobres e a forma de restabelecimento de mecanismos de desenvolvimento regional. Atualmente, o ICMS tem sua alíquota definida para cada bem, o que causa uma imensa complexidade, mas permite a desoneração de bens essenciais consumidos pelos pobres. Com o IBS essas desonerações acabam, sendo necessário pensar em um mecanismo simples de devolução do imposto para os pobres, sob a pena de elevar a sua tributação e, conseqüentemente, a regressividade do sistema tributário.

Neste sentido, a proposta presente na PEC 45, de devolução a partir da apresentação de notas fiscais eletrônicas, não é factível na atual situação do Brasil, onde o comércio informal é relevante e o desenvolvimento tecnológico não é universalizado. Mais simples seria devolver automaticamente, de maneira graduada, o valor pago de IBS para os participantes do Cadastro Único (CADÚnico), por meio de um cálculo de seus gastos com bens básicos. Outra opção seria a desoneração da cesta básica e medicamentos essenciais até que as condições para a utilização da nota fiscal eletrônica estejam dadas.

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, a mudança no critério de cobrança do IVA para o destino (diferente do ICMS, que majoritariamente é cobrado na origem), anulará gradualmente os efeitos da guerra fiscal, em particular quando acabar a fase de transição dos velhos para os novos tributos. A guerra fiscal é comprovadamente uma forma ineficiente de política de desenvolvimento regional, no entanto é uma das poucas formas que esses estados dispõem. A formação de um fundo de desenvolvimento regional robusto, que permita aos estados mais pobres manterem incentivos e/ou investirem de outras formas os recursos, visando atrair investimentos, empresas, empregos e inovação, é uma condição fundamental para o sucesso da proposta de reforma dos tributos indiretos.

Mesmo que resolvido esses problemas, a PEC 45 segue não enfrentando a regressividade de nosso sistema tributário, tampouco contribuindo para a transição ecológica, fundamental para o futuro do Brasil e do planeta. Nesse sentido, a proposta da Reforma Tributária justa e Solidária (RTS), formulada por auditores fiscais e pesquisadores de diversos centros, contempla a preocupação com simplificação dos tributos indiretos, mas avança sobre o tema da progressividade e da transição ecológica.

Renda e patrimônio

Na proposta da RTS, não há aumento da carga tributária, mas uma mudança fundamental na composição dos tributos: o aumento da participação dos tributos sobre renda e patrimônio e a redução do peso dos impostos sobre consumo e folha na carga tributária total. Essa mudança ocorre devido as reformas no imposto de renda (IR), incidente sobre pessoas físicas e jurídicas (respectivamente IRPF e IRPJ) e na reformulação de alguns impostos sobre patrimônio. No caso do IRPF, propõe-se a reformulação da atual tabela, de modo a tornar o imposto mais progressivo, reduzindo a

tributação sobre rendas baixas e médias e aumentando para rendas muito altas.

Além disso, um tema central é a volta da tributação sobre distribuição de lucros e dividendos, atualmente isentos e que fortalecem o fenômeno da “[pejotização](#)”, ao tributar as rendas do trabalho muito mais do que as rendas do capital. No IRPJ, a proposta consiste em extinguir a modalidade de “lucro presumido”, assim como a categoria de “juros sobre capital próprio” (uma particularidade brasileira que reduz a tributação sobre o lucro das empresas), eventualmente reduzindo algumas alíquotas de tributação sobre o lucro real. A possibilidade de compensação entre os valores pagos na empresa (IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL) e na pessoa física (distribuição de lucros e dividendos) deve ser pensada, no sentido de equalizar a tributação sobre rendas do trabalho e do capital.

Fortunas e heranças

Além das mudanças na tributação sobre a renda, também estão sugeridas mudanças nos tributos sobre patrimônio, como grandes heranças, grandes fortunas, Imposto Territorial Rural (ITR) e Impostos sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Em todos os casos, as mudanças miram o patrimônio dos muito ricos, que atualmente pagam quase nada sobre seu estoque de riqueza. Para o ITR, além do mais, pensou-se em uma forma de cobrança que incentive o uso produtivo da terra e a preservação do meio ambiente, de forma a tornar o imposto um elemento da transição ecológica. No caso do IPVA, apesar de simbólico do ponto de vista da arrecadação, a tributação sobre lanchas, iates e helicópteros corrige uma injustiça tributária presente hoje no imposto.

O ganho de arrecadação com os impostos sobre grandes rendas e grandes patrimônios deve ser usado para reduzir as alíquotas dos tributos sobre folha de pagamento e consumo, além de ajudar na formação do fundo de desenvolvimento regional. Dessa forma, teremos um sistema tributário mais justo, eficiente e alinhado com a realidade internacional, sem aumento da carga tributária. A questão ambiental também será endereçada, seja mediante alterações no ITR, seja através da criação de uma contribuição ambiental sobre atividades que degradam o meio ambiente, financiando pesquisas e setores produtivos ambientalmente sustentáveis.

A estrutura tributária brasileira pouco avançou nas últimas décadas, mesmo depois de tentativas de reforma frustradas no parlamento. A recente formação de um amplo consenso acerca da necessidade de reforma da tributação no Brasil não pode ser desperdiçada focando-se apenas no tema da simplificação. É fundamental que aproveitemos essa percepção generalizada para realizar a reforma tributária que o Brasil precisa: justa, solidária e ecológica.

Guilherme Mello é doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor do Instituto de Economia da UNICAMP e diretor do Centro de Estudos de Conjuntura do IE/UNICAMP.

26. Mais de 300 personalidades lançam manifesto contra Bolsonaro

[https://claudia.abril.com.br/noticias/personalidades-manifesto-contra-](https://claudia.abril.com.br/noticias/personalidades-manifesto-contra-bolsaro/?fbclid=IwAR3XveGillGrRqhkf40XcwaL7DYVXNjFI6wbo5NADcHrCm7EyTkLXxXfxY)

[bolsaro/?fbclid=IwAR3XveGillGrRqhkf40XcwaL7DYVXNjFI6wbo5NADcHrCm7EyTkLXxXfxY](https://claudia.abril.com.br/noticias/personalidades-manifesto-contra-bolsaro/?fbclid=IwAR3XveGillGrRqhkf40XcwaL7DYVXNjFI6wbo5NADcHrCm7EyTkLXxXfxY)

O texto "Democracia Sim" é assinado por nomes como Camila Pitanga, Drauzio Varella e Gloria Kalil



(*Divulgação)

No domingo (23), um grupo de personalidades das mais diversas áreas lançou um manifesto contra a candidatura de Jair Bolsonaro, do PSL, à Presidência da República. Já no início do texto, eles deixam claro que as pessoas que o assinam não necessariamente concordam em tudo sobre política. A única unanimidade é a crença de que a eleição de Bolsonaro poderia ser um risco para a democracia brasileira.

Diz o manifesto: “Tivemos em Jânio e Collor outros pretensos heróis da pátria, aventureiros eleitos como supostos redentores da ética e da limpeza política, para nos levar ao desastre.

Conhecemos 20 anos de sombras sob a ditadura, iniciados com o respaldo de não poucos atores na sociedade (...). Nunca é demais lembrar, líderes fascistas, nazistas e diversos outros regimes autocráticos na história e no presente foram originalmente eleitos, com a promessa de resgatar a autoestima e a credibilidade de suas nações, antes de subordiná-las aos mais variados desmandos autoritários”.

Até a manhã desta segunda-feira (24), mais de 300 nomes assinavam o artigo, incluindo: a roteirista Antonia Pelegrino; o publicitário Washington Olivetto; a historiadora Lilia Schwarcz; o médico Drauzio Varella; os atores Alice Braga, Alessandra Negrini, Alexandre Nero, Camila Pitanga, Claudia Abreu, Fernanda Torres, Fernanda Lima e Wagner Moura; a socióloga Maria Alice Setubal; os músicos Caetano Veloso, Gilberto Gil e Maria Gadu; as apresentadoras Astrid Fontenelle e Fernanda Lima; a jornalista Glória Kalil e muitos outros.

Denominado “Democracia Sim”, o manifesto não recomenda o voto em nenhum candidato. *“Votamos em pessoas e partidos diversos. Defendemos causas, ideias e projetos distintos para nosso país, muitas vezes antagônicos”*, diz o texto.

Ao final do texto, é possível incluir a sua assinatura. Segundo o [site](#) do manifesto, os nomes inscritos não serão incluídos automaticamente, pois antes será feita uma checagem dos nomes e CPFs a fim de se evitar robôs e perfis falsos.

Leia abaixo a íntegra do documento:

Pela Democracia, pelo Brasil

Somos diferentes. Temos trajetórias pessoais e públicas variadas. Votamos em pessoas e partidos diversos. Defendemos causas, ideias e projetos distintos para nosso país, muitas vezes antagônicos.

Mas temos em comum o compromisso com a democracia. Com a liberdade, a convivência plural e o respeito mútuo. E acreditamos no Brasil. Um Brasil formado por todos os seus cidadãos, ético, pacífico, dinâmico, livre de intolerância, preconceito e discriminação.

Como todos os brasileiros e brasileiras sabemos da profundidade dos desafios que nos convocam nesse momento. Mais além deles, do imperativo de superar o colapso do nosso sistema político, que está na raiz das crises múltiplas que vivemos nos últimos anos e que nos trazem ao presente de frustração e descrença.

Mas sabemos também dos perigos de pretender responder a isso com concessões ao autoritarismo, à erosão das instituições democráticas ou à desconstrução da nossa herança humanista primordial.

Podemos divergir intensamente sobre os rumos das políticas econômicas, sociais ou ambientais, a qualidade deste ou daquele ator político, o acerto do nosso sistema legal nos mais variados temas e dos processos e decisões judiciais para sua aplicação. Nisso, estamos no terreno da democracia, da disputa legítima de ideias e projetos no debate público.

Quando, no entanto, nos deparamos com projetos que negam a existência de um passado autoritário no Brasil, flertam explicitamente com conceitos como a produção de nova Constituição sem delegação popular, a manipulação do número de juízes nas cortes superiores ou recurso a autogolpes presidenciais, acumulam declarações francamente xenofóbicas e discriminatórias contra setores diversos da sociedade, refutam textualmente o princípio da proteção de minorias contra o arbítrio e lamentam o fato das forças do Estado terem historicamente matado menos dissidentes do que deveriam, temos a consciência inequívoca de estarmos lidando com algo maior, e anterior a todo dissenso democrático.

Conhecemos amplamente os resultados de processos históricos assim. Tivemos em Jânio e Collor outros pretensos heróis da pátria, aventureiros eleitos como supostos redentores da ética e da limpeza política, para nos levar ao desastre. Conhecemos 20 anos de sombras sob a ditadura, iniciados com o respaldo de não poucos atores na sociedade. Testemunhamos os ecos de experiências autoritárias pelo mundo, deflagradas pela expectativa de responder a crises ou superar impasses políticos, afundando seus países no isolamento, na violência e na ruína econômica. Nunca é demais lembrar, líderes fascistas,

nazistas e diversos outros regimes autocráticos na história e no presente foram originalmente eleitos, com a promessa de resgatar a autoestima e a credibilidade de suas nações, antes de subordiná-las aos mais variados desmandos autoritários.

Em momento de crise, é preciso ter a clareza máxima da responsabilidade histórica das escolhas que fazemos.

Esta clareza nos move a esta manifestação conjunta, nesse momento do país. Para além de todas as diferenças, estivemos juntos na construção democrática no Brasil. E é preciso saber defendê-la assim agora.

É preciso dizer, mais que uma escolha política, a candidatura de Jair Bolsonaro representa uma ameaça franca ao nosso patrimônio civilizatório primordial. É preciso recusar sua normalização, e somar forças na defesa da liberdade, da tolerância e do destino coletivo entre nós.

Prezamos a democracia. A democracia que provê abertura, inclusão e prosperidade aos povos que a cultivam com solidez no mundo. Que nos trouxe nos últimos 30 anos a estabilidade econômica, o início da superação de desigualdades históricas e a expansão sem precedentes da cidadania entre nós. Não são, certamente, poucos os desafios para avançar por dentro dela, mas sabemos ser sempre o único e mais promissor caminho, sem ovos de serpente ou ilusões armadas.

Por isso, estamos preparados para estar juntos na sua defesa em qualquer situação, e nos reunimos aqui no chamado para que novas vozes possam convergir nisso. E para que possamos, na soma da nossa pluralidade e diversidade, refazer as bases da política e cidadania compartilhadas e retomar o curso da sociedade vibrante, plena e exitosa que precisamos e podemos ser.

27. Abin espiona bispos e cardeais. Heleno anuncia combate à Igreja Católica

<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/02/abin-espiona-bispos-e-cardeais-helene-anuncia-combate-a-igreja-catolica/?fbclid=IwAR10DqIHcwT55xXjp20Gqp8bJ2GxreiSV9p4b6igSroq82mZn5ZTVpQiboU>

Abin relata articulação de cardeais com o papa Francisco, considerado 'comunista' por Bolsonaro, para o Sínodo sobre Amazônia, reunião no Vaticano que governo trata como 'agenda da esquerda'

Publicado por Redação RBA 11/02/2019 08:53-FÁBIO POZZEBOM E MARCELO CAMARGO/ABR

Helene Nunes, chefe da Abin, revela que governo Bolsonaro espiona padres e bispos que se preparam para participar de encontro no Vaticano que vai debater situação da Amazônia

São Paulo – Reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, divulgada neste domingo (10), mostra que o **governo Bolsonaro** enxerga como “ameaça comunista” a atuação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de órgãos católicos associados, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e as pastorais Carcerária e da Terra. O alerta ao governo veio de informes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e dos comandos militares. O jornal aponta que a equipe do presidente considera a Igreja “uma tradicional aliada do PT” e que pretende liderar debates em conjunto com a esquerda. Os informes relatam recentes encontros de cardeais brasileiros com o papa Francisco, no Vaticano, para discutir a realização do Sínodo sobre Amazônia, que reunirá em Roma, em outubro, bispos de todos os continentes. Francisco é visto como “comunista” pelo governo Bolsonaro, eleito com grande votação de evangélicos.

O encontro do clero irá debater a realidade de índios, ribeirinhos e povos amazônicos, além de políticas de desenvolvimento da região, mudanças climáticas e conflitos agrários. A existência dessa conferência motivou preocupação do governo, que vê as pautas como “agenda da esquerda”.

A reportagem traz declarações do general Augusto Helene, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), afirmando que o governo “está preocupado” com a os preparativos para aquele encontro da igreja católica mundial. “Queremos neutralizar isso aí”, declarou o responsável pela contraofensiva.

Um militar da equipe de Bolsonaro afirmou à reportagem do Estado, em condição de anonimato, que o Sínodo vai contra toda a política de Bolsonaro para a região e deverá “recrudescer o discurso ideológico da esquerda”.

O Sínodo, batizado de “Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral”, terá como diretrizes: “Ver” o clamor dos povos amazônicos; “Discernir” o Evangelho na floresta. O grito dos índios é semelhante ao grito do povo de Deus no Egito; e “Agir” para a defesa de uma Igreja com “rosto amazônico”, e deverá ser atendido por 250 bispos.

“Se os bispos fazem crítica é querendo ajudar, não derrubar. Eles sabem onde o sapato aperta. Vão falar da situação dos povos e do bioma ameaçado. Mas não para atacar frontalmente o governo”, rebateu D. Erwin Kräutler, Bispo Emérito do Xingu (PA).

“O trabalho do governo de neutralizar impactos do encontro vai apenas fortalecer a soberania brasileira e impedir que interesses estranhos acabem prevalecendo na Amazônia. A questão vai ser objeto de estudo cuidadoso pelo GSI. Vamos entrar a fundo nisso”, declarou Helene.

Para tentar conter as possíveis denúncias da Igreja, escritórios da Abin em Manaus (AM), Belém e Marabá (PA), além de Boa Vista (RR), responsável pelo monitoramento de estrangeiros em Raposa Terra do Sol e terras ianomâmi, serão direcionados para monitorar, em paróquias e dioceses, as reuniões preparatórias para o Sínodo.

O governo solicitou também participar do Sínodo, mas lideranças católicas dizem que governos não costumam participar dessas conferências, que terão a participação do Papa Francisco

REGISTRADO EM: ABIN, CNBB, DEMOCRACIA, DITADURA, ESTADO DE EXCEÇÃO, GOVERNO

BOLSONARO, IGREJA, PAPA FRANCISCO

GOVERNO LETAL

28. Pacote anticrime de Moro é política do banguê-bangue e licença para matar

Ex-ministro dos Direitos Humanos e coordenador da Comissão da Verdade, Paulo Sérgio Pinheiro critica ex-juiz da Lava Jato e agora ministro da Justiça de Bolsonaro por propostas para a segurança pública

Publicado por Redação RBA 09/02/2019 12:38

Compartilhar:

CC0 DOMINIO PÚBLICO



São Paulo – Em artigo publicado neste sábado (9) na Folha de S.Paulo, em que avalia o chamado pacote anticrime, de autoria do ministro da Justiça, Sergio **Moro**, o ex-ministro da Secretaria de **Direitos Humanos** Paulo Sérgio Pinheiro afirma que a proposta consolida a “política do banque-banque” e compara a atuação do ex-comandante da Lava Jato à de um “elefante em loja de louças”.

Para Pinheiro, que foi coordenador da Comissão Nacional da Verdade, “não há surpresas” nas medidas apresentadas pelo ex-comandante da Lava Jato como solução para a segurança pública. “O pacote segue à risca o método pautado pela manipulação permanente do medo e pela fantasia de um Estado vingador que o sr. Moro tem personificado com maestria nos últimos anos”, escreve.

Pinheiro lembra que o duo Bolsonaro-Moro, contra todos os estudos e pesquisas acerca de violência, no Brasil e no mundo, ampliou o acesso da população a armas de fogo e que, com este pacote – em que altera 14 leis já em vigor no país –, amplia as possibilidades de as polícias justificarem seus próprios crimes, legitimando, portanto, a violência como política de governo. “Para que fundamentar cientificamente? Como perder tempo com diálogos com a sociedade civil, centros de pesquisa ou mesmo corporações? Basta o clássico *showzinho* de Power Point.”

YOUTUBE/REPRODUÇÃO



Paulo Sergio Pinheiro: 'Moro atrai para todos os lados'

O humanista alerta que Moro praticamente libera as forças policiais a cometerem homicídios contra a população. “Policiais podem ter quase como certo responder aos inquiridos em liberdade, carta branca para ameaçar testemunhas e cometer mais mortes”.

Ele encerra seu artigo apontando ainda que as justificativas dadas pelo ministro para a barbaridade – escusável medo(sic), surpresa ou violenta emoção – configuram “uma delirante exclusão de criminalidade.”

[Confira aqui a íntegra do artigo de Paulo Sergio Pinheiro](#)

REGISTRADO EM: DIREITOS HUMANOS, GOVERNO BOLSONARO, PACOTE

ANTICRIME, PAULO SÉRGIO PINHEIRO, SEGURANÇA PÚBLICA, SÉRGIO MORO

29. SE GANHEI TERRA DO REI É PORQUE ME-RE-CI!

Gregorio Duvivier - FSP OCT 02

Talvez temendo ter o mesmo destino de Santos Cruz, general degolado por cometer crime de sensatez, Mourão estava quieto nos últimos meses. Triste fim dos generais que se escondem por medo do filho de um capitão. Platão escreveu sobre militares que, escondidos num grotão, só têm acesso ao mundo através de uma fresta de luz —o mito da caserna.

Eis que o vice-presidente despiu o pijama no sábado para nos lembrar de uma efeméride que, se não fosse por ele, passaria batida. No dia 28 de setembro de 2019, completaram-se 487 anos desse puta case de sucesso que foi a criação das capitânicas hereditárias, quando, segundo o general, “o país nascia pelo empreendedorismo que o fazia um dos maiores do mundo”.

Primeiro, achei curiosa a noção de empreendedorismo do general. Empreendedor, ao que parece, é como ele chama um rico que recebe um latifúndio de presente do Estado.

Acho que Mourão teve aulas de história do Brasil com um coach. Portugal, se você parar pra pensar, funcionou como uma incubadora de startups.

Todo o mundo sabe como é difícil começar. O latifúndio presenteado aos jovens foi apenas um aporte dessa aceleradora de startups chamada Coroa Portuguesa. Ah, mas poucos ganharam terra. “Se eu sou amigo do rei é porque eu me-re-ci.”

Faltou dizer que os empreendedores administraram tão porcamente suas capitanias que o rei desistiu da ideia e tomou as terras de volta. Bom, não é a primeira vez que Mourão passa pano pra um capitão que está administrando porcamente uma terra.

Depois da grita da esquerda revoltada com o revisionismo, no dia seguinte o general fez uma ressalva e lembrou que eram vários os “shareholders” dessa startup tão bem sucedida. “Donatários, bandeirantes, senhores e mestres do açúcar, canoeiros e tropeiros, com suas mulheres e famílias, fizeram o Brasil.”

Isso em marketing se chama “rebranding”. Senhor de engenho escravagista? Não. Prefiro chamar de “mestre do açúcar”. Parece que ele está falando do vencedor do “Cake Boss”.

Quanto aos negros e aos indígenas, nem uma palavra. Empreendedores para mim foram os tupinambás que, esses sim, empreenderam um levante contra a capitania da Bahia e devoraram o donatário Francisco Pereira Coutinho na Ilha de Itaparica.

Gregorio

Duvivier

É ator e escritor. Também é um dos criadores do portal de humor Porta dos Fundos.

30. AS LIGAÇÕES DOS BOLSONARO COM AS MILÍCIAS

22 de Janeiro de 2019,- <https://theintercept.com/2019/01/22/bolsonaros-milicias/?fbclid=IwAR1aqQCFqeUJ9TRz1yXX0OEKFe3mscJ9XXaK0mVYnkSt02rxHwFetmwpFf0>

[Cecília Olliveira](#)

“**HOJE É NO AMOR!**” A [cena do miliciano](#) Major Rocha felizão em um churrasco, em que ele comemora com tiros para o alto os quatro anos do centro comunitário em “Rio das Rochas”, no filme Tropa de Elite 2, é um bom retrato da realidade das milícias no Rio de Janeiro. “É tudo nosso!”, ele grita. Mas um dia a casa cai. E foi o que aconteceu hoje, quando o Ministério Público e a Polícia Civil [anunciaram a prisão de cinco milicianos](#) acusados de grilagem de terras na zona oeste do Rio de Janeiro. Não era a intenção – mas, por tabela, a operação, batizada de Intocáveis, também esbarrou em dois suspeitos da execução de Marielle Franco e Anderson Gomes.

Um deles, preso na operação, é o major da PM Ronald Paulo Alves Pereira. Segundo a polícia, ele é grileiro nos bairros de Vargem Grande e Vargem Pequena e chefe da milícia de Muzema, no bairro do Itanhangá – de [onde o carro usado no assassinato de Marielle partiu](#). O outro é Adriano Magalhães da Nóbrega, [chefe da milícia de Rio das Pedras](#) e ex-policia! do Batalhão de Operações Especiais, o Bope, que está foragido. Expulso da PM por envolvimento com um dos principais clãs da máfia do jogo do bicho no Rio, o ex-capitão [investiu na carreira de mercenário](#), trabalhando para bicheiros, políticos e para quem mais pagasse bem.

O envolvimento do ex-caveira com o assassinato da vereadora e seu motorista [foi revelado pelo Intercept](#) na semana passada. Ao menos seis testemunhas citam o policial como o assassino. A escolha da arma, o uso de munição de uso restrito e a competência técnica na execução do crime apontaram para o Bope [ainda em maio de 2018](#).

Diga-me com quem andas e eu te direi quem és

Devido ao ótimo “perfil técnico”, em 2005 Adriano Magalhães da Nóbrega recebeu a medalha Tiradentes, a mais alta honraria do Legislativo fluminense, por [indicação do então deputado estadual](#), hoje senador eleito, Flávio Bolsonaro, do PSL, o filho 02 de Jair Bolsonaro. O ex-caveira também recebeu outras duas honrarias, de louvor e congratulações por serviços prestados à corporação, por atuar “direta e indiretamente em ações promotoras de segurança e tranquilidade para a sociedade”.

Flávio Bolsonaro também condecorou o major da PM Ronald Paulo Alves Pereira, que recebeu moção honrosa quando já era investigado como um dos autores de uma chacina de cinco jovens na antiga boate Via Show, em 2003, na Baixada Fluminense.

Quando estourou o escândalo do Coaf, Queiroz – velho amigo da família Bolsonaro – se escondeu em Rio das Pedras, reduto miliciano.

Os dois são suspeitos de integrar o “Escritório do Crime”, um grupo de extermínio apontado como responsável pelo assassinato da vereadora Marielle Franco. Quatro PMs ligados ao grupo já foram presos. [Pereira será julgado](#) em 10 de abril deste ano. O grupo é acusado ainda de extorsão de moradores e comerciantes, agiotagem e pagamento de propina.

Segundo o MP, o grupo de milicianos presos na operação Intocáveis agia na região das comunidades de Rio das Pedras, na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Foi justamente para lá que Fabrício Queiroz, o ex-PM e ex-assessor do senador eleito do PSL Flávio Bolsonaro foi se esconder depois que estourou o escândalo sobre sua movimentação financeira suspeita.

O Coaf detectou uma movimentação de R\$ 7 milhões, [incompatível com a renda do ex-assessor](#). O dinheiro era depositado por outros assessores de

Flávio Bolsonaro e de seu pai, Jair Bolsonaro. A primeira-dama Michelle Bolsonaro chegou a receber um cheque de R\$ 24 mil de Queiroz. Já Flávio Bolsonaro recebeu 48 depósitos suspeitos no valor de R\$ 2 mil cada.

Família, a sagrada base de tudo

A preocupação de Flávio Bolsonaro com a família é tocante. Além de arranjar emprego para a [esposa e filhas de Fabrício Queiroz](#) – uma delas como assessora fantasma de seu pai –, ele [empregou também a mãe e a esposa do ex-Bope](#) Adriano Nóbrega. Sim, o mesmo que é apontado como um dos assassinos de Marielle Franco.

A mãe do ex-policial, Raimunda Veras Magalhães, [também é sócia de um restaurante](#) que fica longe da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, mas em frente à do Banco Itaú [onde foram feitos 17 depósitos](#) em dinheiro vivo na conta de Queiroz. Ela é citada nas movimentações suspeitas detectadas pelo Coaf.

Flávio Bolsonaro segue a cartilha de dizer que “não sabia de nada”. Nem do que faziam seus próprios funcionários.

Assim como “certos petistas”, Flávio Bolsonaro disse em nota [que não sabia de nada](#) e que, devido às últimas notícias, se sente perseguido. “Quanto ao parentesco constatado da funcionária, que é mãe de um foragido, já condenado pela Justiça, reafirmo que é mais uma ilação irresponsável daqueles que pretendem me difamar”. O senador eleito jogou no colo do ex-assessor Queiroz a responsabilidade pelas indicações de seus assessores. Seu ex-funcionário aceitou de bom grado, enviando até uma [nota à imprensa esclarecendo](#) que, de fato, conhecia o ex-caveira Adriano e foi o responsável por indicar suas parentes para trabalhar para Bolsonaro.



Flávio ostenta no próprio Instagram sua foto com o pai, Jair Bolsonaro, e com os PMs Alan e Alex, presos na operação Quarto Elemento.

É possível que Flávio Bolsonaro também não soubesse a ficha técnica de outros dois policiais que participaram de sua campanha e [foram presos na](#)

[Operação Quarto Elemento](#), também desencadeada pelo Ministério Público, que investigava uma quadrilha de policiais especializada em extorsões. Pode ser que ele também não soubesse que, de acordo com o MP, a milícia de São Gonçalo [organizou um ato de campanha](#) em favor do Coronel Salema, seu colega de partido, eleito deputado estadual com quase 100 mil votos.

Ah, essa última é difícil de negar: além dos dois [terem feito campanha juntos](#), Flávio Bolsonaro chegou a anunciar: “mais um guerreiro ao nosso lado!”. Parece que agora está ficando claro a qual lado ele estava se referindo.

O Mecanismo

Orgulhosa de ser militarista, a dinastia Bolsonaro nunca escondeu seu apreço pela milícia, grupos de paramilitares formados por ex-policiais, PMs, bombeiros e agentes penitenciários que [torturam](#), [roubam](#), [traficam](#) e [dominam economicamente](#), grande parte do Rio de Janeiro.

Flávio Bolsonaro já propôs inclusive a legalização desses grupos paramilitares. No início de seu segundo mandato na Assembleia Legislativa do Rio, em 2007, ele votou [contra a instalação da CPI das milícias](#), que entrou em pauta após um grupo de milicianos [torturar por horas a fio](#) uma equipe de jornalistas do jornal *O Dia*. A justificativa? Milícias não eram tão ruins assim e as pessoas são muito felizes em áreas dominadas por paramilitares.

“Sempre que ouço relatos de pessoas que residem nessas comunidades, supostamente dominadas por milicianos, não raro é constatada a felicidade dessas pessoas que antes tinham que se submeter à escravidão, a uma imposição hedionda por parte dos traficantes e que agora pelo menos dispõem dessa garantia, desse direito constitucional, que é a segurança pública”, [disse à época, na Alerj](#).

Em casa a banda toca nesse ritmo. Em 27 anos de discursos como deputado na Câmara, o pai Jair Bolsonaro defendeu milicianos “do bem” e grupos de extermínio pelo menos quatro vezes. A primeira, em 2003, ao defender grupos de extermínio:

“Enquanto o Estado não tiver coragem de adotar a pena de morte, o crime de extermínio, no meu entender, será muito bem-vindo. Se não houver espaço para ele na Bahia, pode ir para o Rio de Janeiro. Se depender de mim, terão todo o meu apoio, porque no meu Estado só as pessoas inocentes são dizimadas.”

Em 2008, ao criticar o relatório final da CPI das Milícias, Bolsonaro disse que “não se pode generalizar” ao falar de milicianos. Na época, a CPI pediu o indiciamento de 266 pessoas, [entre elas sete políticos](#), suspeitas de ligação com grupos paramilitares no Rio.

“Querem atacar o miliciano, que passou a ser o símbolo da maldade e pior do que os traficantes. Existe miliciano que não tem nada a ver com ‘gatonet’,

com venda de gás. Como ele ganha 850 reais por mês, que é quanto ganha um soldado da PM ou do bombeiro, e tem a sua própria arma, ele organiza a segurança na sua comunidade. Nada a ver com milícia ou exploração de 'gatonet', venda de gás ou transporte alternativo. Então, Sr. Presidente, não podemos generalizar."

Quando foi lembrado sobre este apreço pelas milícias durante a campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro fez a egípcia e se disse desinteressado no tema. "Hoje em dia ninguém apoia milícia mais não. Mas não me interessa mais discutir isso", disse.

Jair Bolsonaro, vale lembrar, foi o único presidencialável a [não se manifestar](#) sobre a execução de Marielle Franco e Anderson Gomes. E Flávio Bolsonaro foi o único deputado [que votou contra](#) a vereadora assassinada receber a medalha Tiradentes como uma homenagem póstuma.

No fim das contas, o brasileiro parece ter eleito o Major Rocha achando que estava votando no Coronel Nascimento. Talvez seus eleitores precisem assistir à Tropa de Elite de novo.

Correção: 22 de janeiro de 2019, às 20h46
Este texto inicialmente afirmou que a mãe e a esposa do ex-PM Adriano Nóbrega fizeram depósitos na conta do Fabrício Queiroz. Na verdade, foi apenas Raimunda, a mãe do ex-policial. O texto foi atualizado para refletir a mudança.

ANTES QUE VOCÊ SAIA... Quando Jair Bolsonaro foi eleito, sabíamos que seria preciso ampliar nossa cobertura, fazer reportagens ainda mais contundentes e financiar investigações mais profundas. Essa foi a missão que abraçamos com o objetivo de enfrentar esse período marcado por constantes ameaças à liberdade de imprensa e à democracia. Para isso, fizemos um chamado aos nossos leitores e a resposta foi imediata. Se você acompanha a cobertura do TIB, sabe o que conseguimos publicar graças à incrível generosidade de mais de 11 mil apoiadores. Sem a ajuda deles não teríamos investigado o governo ou exposto a corrupção do judiciário. Quantas práticas ilegais, injustas e violentas permaneceriam ocultas sem o trabalho dos nossos jornalistas? Este é um agradecimento à comunidade do Intercept Brasil e um convite para que você se junte a ela hoje. Seu apoio é muito importante neste momento crítico. Nós precisamos fazer ainda mais e prometemos não te decepcionar. [Faça parte do TIB](#)

Idelber Avelar - Via Paulo Baía - FB29 de setembro às 11:30

Há um tema que atravessa várias colunas e matérias dos jornais de hoje: o fim da lua-de-mel do Brasil com o Ministério Público, com os procuradores, com a Lava Jato. Na Folha, Vinicius Torres Freire fala de "Napoleões de hospício". No Estadão, Eliane Cantanhêde fala do "Titanic Lava Jato".

Desde 2014, poucos brasileiros gozaram de tanto prestígio como os procuradores e juízes ligados às "operações anti-corrupção". Há várias

definições possíveis do que é a Lava Jato, mas uma delas é esta: a Lava Jato é a captura, pelo aparato jurídico e especialmente pelo MP, das demandas insurrecionais de Junho-2013 por justiça. Pouco a pouco, o Brasil foi lhes entregando carta branca. Até que veio a Vaza Jato e o colapso desta semana.

Foi, provavelmente, a pior semana da história do MP. Na quarta-feira, revelou-se que Deltan Dallagnol traficava provas ilegalmente obtidas na Suíça, contra recomendações de seus próprios colegas, como Vladimir Aras. Na quinta, revelou-se que o ex Procurador-Geral da República entrou ao STF armado com a intenção de matar um Ministro e se suicidar. Na sexta, o STF deu outra tamancada nos procuradores e restaurou um princípio óbvio de qualquer democracia: réu fala por último.

Puxa vida, o Brasil aprendeu mais uma vez que não vale a pena, é perigoso e contra-producente, erigir homens e mulheres comuns em Messias, em salvadores da pátria, em deuses infalíveis! Sejam eles políticos, juízes ou procuradores, agentes públicos devem ser fiscalizados e cobrados, não transformados em heróis. Quando vamos aprender em definitivo?

31. **Bolsonaro monta central para vigiar redes sociais**

<https://blogdadadania.com.br/2019/09/bolsonaro-monta-central-para-vigiar-redes-sociais/?fbclid=IwAR0pNOG->

[0HLpkHpItLKL5_Rbz3lCnNi3KJ0kABNltyrghXMTVkBQ8OaUQaM](https://blogdadadania.com.br/2019/09/bolsonaro-monta-central-para-vigiar-redes-sociais/?fbclid=IwAR0pNOG-0HLpkHpItLKL5_Rbz3lCnNi3KJ0kABNltyrghXMTVkBQ8OaUQaM)

30 de setembro de 2019adminTodos os posts, Últimas notícias

Isac Nóbrega/PR

O **Palácio do Planalto** montou uma central para identificar “**fake news**” nas redes sociais. Um grupo de cerca de 50 pessoas trabalha na Presidência e no Bloco A da Esplanada dos Ministérios no monitoramento do que viraliza na internet e pode atingir o governo. Sugestões de contra-ataque são repassadas para contas oficiais do palácio no **Facebook**, no **Twitter**, no **Instagram** e no **YouTube**.

A equipe formada por profissionais de comunicação “monitora” e “toma o pulso” das redes sociais durante todo o dia, mas só responde e se posiciona em temas que o Planalto considera estar sendo atacado institucionalmente. O objetivo do grupo, segundo uma fonte da área, é “dar uma resposta oficial, despida de qualquer agressividade”. A mesma fonte lembrou que o embate político-ideológico, no entanto, fica a cargo do perfil pessoal do presidente, se este assim decidir.

O carro-chefe da campanha de respostas e publicações do governo nas redes sociais é a conta @Secomvc, criada em 22 de agosto em diversas plataformas. Os “posts” funcionam como boletins institucionais, evitando confronto direto com opositoristas ao Planalto.

PUBLICIDADE

A linha de montagem das reações do governo a informações tidas como “fake news” começa com os funcionários do “QG” do Bloco A da Esplanada, passa pela chefia da Secretaria de Comunicação, no segundo andar do Planalto, e, em alguns casos, chega ao presidente **Jair Bolsonaro**, que dá o tom das respostas.

Apesar de um dos objetivos deste núcleo oficial do governo ser o combate a informações distorcidas, ele nada está vinculado ao grupo ideológico ligado ao vereador **Carlos Bolsonaro** (PSC-RJ), o filho 02, que comanda a mídias sociais pessoais do pai, e que foi batizado como “gabinete do ódio”, por causa do estilo beligerante que adota em suas postagens, muitas sob a inspiração do escritor e guru Olavo de Carvalho.

A mais ativa presença do governo é no Twitter, onde a conta @Secomvc tem número de maior de seguidores (28,8 mil) do que em outras redes. Em média, são feitos, diariamente, entre 10 e 12 posts informativos no canal, e um volume maior de pequenas interações com internautas, como comentários com “figurinhas” de um punho fechado ou da bandeira do Brasil. Ao todo, são mais de 2.460 tuítes em pouco mais de 1 mês.

Desde a criação dos canais, houve uma grande interação nas redes sociais na polêmica de desmatamento e queimadas na Amazônia, que foi abordada até por veículos internacionais.

Já no dia da sua estreia, a Secom rebateu o jogador de futebol português **Cristiano Ronaldo**, que usou uma foto de 2013 para denunciar incêndios que ocorrem na floresta amazônica. “Muita gente, inclusive famosa, está caindo em fake news! A desinformação está grande, mas estamos aqui para combatê-la. A foto é de um incêndio ocorrido no Rio Grande do Sul. Em março de 2013! Não pode ser usada pra falar da Amazônia. É fake news! Que bola fora, hein, @Cristiano”, escreveu o perfil @Secomvc. E assim se repetiu o contraponto, inclusive com resposta em francês ao presidente Emmanuel Macron.

O pessoal do gabinete do @Secomvc apenas acompanhou a polêmica causada pelo filho 03, deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), que publicou na semana passada no seu Twitter **uma foto adulterada da ativista sueca Greta Thunberg**, de 16 anos, que ganhou notoriedade mundial por seu posicionamento contra o aquecimento global, mas não fez nenhuma intervenção.

A Secretaria de Comunicação do Planalto informou que a multiplataforma SecomVC é um canal com objetivo também de estimular a interação da população com o governo por meio de sugestões, comentários e mensagens. A própria página do Twitter diz “aqui vamos manter diálogo direto e combater às fake news”.

A equipe de comunicação do Planalto aposta na página “SecomVc” para rebater o que o governo considera Fake News. Depois de lançar a campanha “#AmazôniaSemFake”, mais recentemente, a conta endossou a retórica bolsonarista na Assembleia-Geral da ONU. “O presidente @jairbolsonaro mostrou que, ao se afastar do socialismo, o Brasil possibilita um maior combate à corrupção. #BrasilnaONU”, escreveu no Twitter.

A Secom não confirma o número de pessoas que atuam nas redes sociais oficiais do governo, aí incluindo o gabinete digital e o pessoal das agências de publicidade que têm contrato com o Planalto. As agências Isobar e TV1 produzem conteúdo para mídias sociais do Planalto.

Os contratos foram firmados em 2015 e atualizados ano após ano. O governo Bolsonaro reajustou o valor que cada empresa deve receber: primeiro, de R\$ 44 milhões para R\$ 33 milhões anuais. Em abril, novo aditivo derrubou a cifra para R\$ 26 milhões.

Filhos de Bolsonaro acompanham trabalho da CPI da Fake News

Ao mesmo tempo em que uma equipe monitora a disseminação de fake news nas redes, no Congresso os filhos parlamentares de Bolsonaro acompanham o trabalho da CPI da Fake News, que reúne deputados e senadores. Desde o início, a criação da comissão foi vista com ressalvas por governistas.

No fim de semana, o deputado **Eduardo Bolsonaro** externou o que considera ser o real motivo da CPI. “Pouco importa a realidade, eles vão botar no relatório que Bolsonaro foi eleito com base em fake news e então protocolarão um pedido de impugnação de JB (Jair Bolsonaro) no TSE e de impeachment na Câmara, que ficará a cargo do presidente Maia iniciar ou não”, escreveu Eduardo na sua conta do Twitter.

O senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) pediu para fazer parte do colegiado e tem marcado presença as reuniões do grupo. No último dia 10, questionou qual seria o fato determinado para a criação da CPI. Na sua avaliação, não existe esse fato. O presidente da comissão, senador Angelo Coronel (PSD-BA), argumentou que a pauta da CPI é clara e tem como objetivo “investigar ataques cibernéticos que atentam contra a democracia”. Flávio respondeu: “Totalmente amplo, não é?”.

De ESTADÃO

32. “Bolsonarismo é uma ideologia de classe média americanizada, ressentida”

https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonarismo-e-uma-ideologia-de-classe-media-americanizada-ressentida/?utm_campaign=novo_layout_newsletter_01102019&utm_medium=email&utm_source=RD+Station&fbclid=IwAR1tBjDCaFea-aRV5KXT3q0-4T8AgREuIE_tLiEz-tFW0mdZV7ZO2UeSpdg#.XZM-bnwi3_A.facebook

Historiadora Armelle Enders comenta os ataques de Jair Bolsonaro e Paulo Guedes à primeira-dama francesa e desconstrói FHC

A historiadora francesa Armelle Enders é apaixonada pelo Brasil, país que visita e estuda há mais de 30 anos. Nesta entrevista a CartaCapital, ela comenta o episódio dos ataques grosseiros desferidos por Jair Bolsonaro e Paulo Guedes à primeira-dama francesa, Brigitte Macron. “O bolsonarismo é uma ideologia de classe média americanizada, ressentida. E tem também a personalidade do Macron, um homem culto, o que para o bolsonarismo é uma coisa que instiga a homofobia deles. Cultura é vista como uma coisa feminina, desprezível, de homossexual.”

A historiadora desconstrói ainda a personagem de Fernando Henrique Cardoso, “que goza de uma reputação de esquerda esclarecida entre franceses de sua geração, mas é, na realidade, um coronel da política brasileira que faz em Paris análises totalmente equivocadas sobre a realidade do País”.

► *Leia também:*

- [Em português, Brigitte Macron agradece aos brasileiros pelo apoio](#)
- [Imprensa francesa destaca sexismo de Bolsonaro e farpas de Weintraub contra Macron](#)

Professora titular de História Contemporânea na Universidade Paris 8 e pesquisadora do Institut d’Histoire du Temps Présent, Armelle Enders publicou, entre outros livros, A História do Rio de Janeiro (Editora Gryphus) e Histoire du Brésil (Chandeigne), que acaba de ganhar a terceira edição, atualizada com a eleição de Bolsonaro.

MACRON E BOLSONARO FOTO: FREDERICO MELLADO / ARG

CartaCapital: Em janeiro deste ano, em Paris, FHC disse que não houve golpe de Estado, as instituições no Brasil funcionavam normalmente e a eleição de Bolsonaro foi a expressão da rejeição da corrupção e da violência.

Armelle Enders: Acho que há um divórcio entre a imagem que o FHC tem na França, por causa das relações que ele tem de amizade com uma certa inteligência francesa da geração dele, e a realidade. Ele tem uma imagem de esquerda esclarecida, esquerda moderna, e na realidade é um coronel da política brasileira. Como historiadora, vejo como uma coisa típica que havia na Primeira República: políticos que tinham posições públicas progressistas e, na verdade, no reduto eleitoral de poder deles, eram muito atrasados, oligarcas

tradicionais. A análise dele é equivocada. É a versão do PSDB, surgida antes da campanha de 2014, de que o “lulopetismo era um sistema para se perpetuar no poder”. A propaganda foi massiva e espalhou-se. Pode-se contestar o PT, num contexto democrático isso faz parte da luta política. Mas, com o golpe, a situação política no País virou uma construção diabólica, de destruição do Estado.

CC: Uma construção diabólica?

AE: O PT foi acusado de se corromper para manter um projeto autoritário de poder. Foi isso o que os brasileiros teriam rejeitado. A afirmação de FHC é a consagração dessa lógica, que se desenvolveu num contexto de eleições, mas virou verdade para muita gente. Acabou por abalar as consciências. Outro argumento foi usado no pleito de 2018: o PT e Bolsonaro são dois extremos. Então, ambos devem ser rejeitados. Esses dois temas são desdobramento do contexto eleitoral, mas totalmente equivocados.



FOTO: LUIZ RAMPELOTTO/EUROPA NEWS WIRE/AFP

CC: O escritor chileno Ariel Dorfman afirmou recentemente: “O Brasil continua de costas para seu passado. A impunidade das Forças Armadas brasileiras abriu o caminho para Bolsonaro ser presidente e dizer as barbaridades que pronuncia diariamente”. Concorda?

AE: Na verdade, esse conflito nasce da correlação de forças no final da ditadura. A extrema-direita militar e civil negociou uma transição pretensamente democrática feita por cima, um acordão. O poder estava do lado dos militares, o que estava em jogo era a anistia. Foi preciso escolher: ou a ditadura persiste ou se processa os militares. O preço foi uma anistia negociada, sem punição. O problema sempre surge em função dos militares.

CC: Por que não se revogou a Lei da Anistia, como Néstor Kirchner fez na Argentina?

AE: Essa correlação de poder se manteve. A Comissão Nacional da Verdade desfez o pacto da Anistia, mas sem julgar os torturadores e responsáveis por crimes contra a humanidade.

CC: E essa série de incidentes degradantes e ridículos protagonizada por Bolsonaro, Guedes e outros em relação à França? Houve ofensas à mulher do presidente Macron que envergonham qualquer brasileiro decente.

AE: Analiso em dois níveis. Primeiro, o nível político, da relação do Brasil de Bolsonaro com o governo americano e Trump. Houve atritos entre Trump e o presidente Macron. Logo em seguida, começaram os atritos do Bolsonaro com Macron, o alinhamento era evidente. Foi também uma maneira de Bolsonaro agitar a bandeira da soberania diante das velhas potências europeias. Há ainda um componente cultural. A representação da Europa, e particularmente da França, é o contrário da ideologia dos bolsonaristas. A França é representada pela cultura, sofisticação de uma certa elite brasileira tradicional. O bolsonarismo é uma ideologia de classe média americanizada, ressentida. E tem também a personalidade do Macron, um homem culto, o que para o bolsonarismo é algo que instiga a homofobia. Cultura é vista como uma coisa feminina, desprezível, de homossexual. Macron valoriza a cultura, não é o estilo varonil do russo Vladimir Putin. O casal que ele forma com Brigitte, uma mulher culta e mais velha, representa tudo o que eles odeiam.

CC: Bolsonaro não esconde o interesse de se apropriar das terras indígenas para favorecer o agronegócio e explorar as riquezas do subsolo. Como a comunidade internacional pode ajudar a proteger a biodiversidade da Amazônia, mas também a proteger essas populações?

AE: Políticos populistas, como Trump, Netanyahu ou Putin, desrespeitam totalmente as instituições internacionais. Imagino que Bolsonaro fará a mesma coisa. As ONGs sofrem perseguição do governo brasileiro, e há ainda os consumidores do mundo. O que pode alterar a situação do Brasil da era Bolsonaro são os interesses econômicos. Mas não é fácil, porque muitas empresas multinacionais lucram com o bolsonarismo.

CC: Em artigo publicado no Le Monde, o filósofo Alain Badiou sustentou que o capitalismo é o responsável pela destruição do planeta. E propôs: “Que não exista propriedade privada do que deve ser comum, a saber a produção de tudo o que é necessário à vida”.

AE: Na verdade, a única alternativa que tivemos ao capitalismo foi a União Soviética, que em relação ao meio ambiente também não foi exemplar. É uma

crise não só do capitalismo, mas da civilização, do que era a social-democracia. Não acredito também na economia administrada ou num Estado todo-poderoso, que pode acabar sendo predador.

CC: Qual seria a solução?

AE: É uma questão de consentimento das populações. Uma grande parcela apoia a predação. É difícil resolver.

PUBLICIDADE

CC: Será resolvido somente quando todos perceberem que estamos à beira do precipício?

AE: Já estamos. Aparentemente, há uma consciência mais nítida do que muitos anos atrás. O Brasil tem uma coisa mais forte, uma tradição escravocrata, que vem da época colonial. E o Bolsonaro refere-se a isso no imaginário da conquista do Oeste. Existe a ideia de que o território do Brasil é infinito. Pode-se explorar as terras à vontade, com permissividade absoluta.

Muito obrigado por ter chegado até aqui...

... Mas não se vá ainda. Ajude-nos a manter de pé o trabalho de **CartaCapital**.

O jornalismo vigia a fronteira entre a civilização e a barbárie. Fiscaliza o poder em todas as suas dimensões. Está a serviço da democracia e da diversidade de opinião, contra a escuridão do autoritarismo do pensamento único, da ignorância e da brutalidade. Há 24 anos **CartaCapital** exercita o espírito crítico, fiel à verdade factual, atenta ao compromisso de fiscalizar o poder onde quer que ele se manifeste.

Nunca antes o jornalismo se fez tão necessário e nunca dependeu tanto da contribuição de cada um dos leitores. Seja **Sócio CartaCapital**, assine, contribua com um veículo dedicado a produzir diariamente uma informação de qualidade, profunda e analítica. A democracia agradece.

33. Reformando o passado

BELLUZZO

Ouso enfiar minha colher no debate sobre a reforma da Previdência. Desconfio que a reforma é anacrônica. Anacrônica porque desconsiderava o terremoto tecnológico e financeiro que está a abalar os “velhos” mercados de trabalho da Era Fordista.

Construídos sobre as garantias de estabilidade das relações salariais e das políticas econômicas nacionais de pleno emprego, os “velhos” mercados de trabalho sucumbiram às peripécias do Velho Capitalismo.

O Velho Capitalismo não é o capitalismo envelhecido, mas, sim, aquele reinvestido em sua natureza, revigorado nas forças da competição desenfreada entre mamutes empresariais. Empenhados em capturar mais valor dos empreendimentos já existentes, os mastodontes multiplicam as fusões e aquisições, ocupam os espaços globais, aceleram o tempo de produção, dispensam trabalhadores e achatam os salários. Nessa toada, amesquinham os espaços nacionais, onde insistem em sobreviver homens e mulheres de carne e osso.

Em sua reinvenção, o Velho Capitalismo dissipou as esperanças do capitalismo fordista dos Trinta Anos Gloriosos. O período glorioso alimentou a concepção, ao mesmo tempo solidária, generosa e ilusória da separação entre duas formas do capitalismo: 1) o capital produtivo em que homens e máquinas se combinam virtuosamente para a produção de bens e serviços; e 2) o capital “improdutivo” que não produz mercadorias, mas gera rendimentos “fictícios” para seus proprietários.

No renascimento do Velho Capitalismo, essas formas revelam que não são opostas, senão contraditórias: desenvolvem-se como dimensões do mesmo processo que subordina a produção dos meios materiais para a satisfação das necessidades ao império da acumulação de riqueza monetária. Ao derrubar as fronteiras erguidas pelas políticas intervencionistas para proteger a produção e o emprego, o Velho Capitalismo soltou o demônio monetário que carrega na alma.

No livro “Phenomenology of The End”, Franco Bifo Berardi desvenda essas transformações: “Em suas etapas mais recentes, a produção capitalista reduziu a importância da transformação física da matéria e a manufatura física de bens industriais, ao propiciar a acumulação de capital mediante a combinação entre as tecnologias de informação e a manipulação das abstrações da riqueza financeira. A informação e a manipulação da abstração financeira na esfera da produção capitalista tornam a visibilidade física do valor de uso apenas uma introdução na sagrada esfera abstrata do valor de troca”. A inteligência artificial, a internet das coisas, a robotização têm sido incansáveis em sua faina de metamorfosear a materialidade da produção na imaterialidade das formas financeiras.

Os empreendimentos de plataforma encarnam, hoje, a modalidade mais aperfeiçoada do Velho Capitalismo. Além dos gigantes numéricos, como Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft, as plataformas ocupam outros setores como finança, hotelaria, transportes, comercialização e distribuição de mercadorias, entrega de comida a domicílio. Aí estão em pleno vigor, as plataformas dos Ubers e dos iFoods da vida.

Os trabalhadores autônomos, empreendedores de si mesmos, assumem os riscos da atividade - investimento, clientela - mas estão submetidos ao controle da plataforma na fixação de preços e repartição dos resultados. Essa organização do trabalho foi predominante nos primórdios do capitalismo manufatureiro da era mercantilista, sob a forma do “putting-out system”. Os comerciantes forneciam a matéria prima para os artesãos “autônomos” que

estavam obrigados a entregar o produto manufaturado em determinado período de tempo.

No capitalismo das plataformas, a utopia do tempo livre se transmuta na ampliação das horas trabalhadas, na intensificação do trabalho, no endurecimento da concorrência, enriquecimento de poucos, na precarização e empobrecimento de muitos na bolha cada vez mais inflada dos trabalhadores por conta própria.

Em seu predomínio pós-fordista, já perscrutou Michel Foucault, o mercado, “poder enformador da sociedade”, redefiniu os indivíduos-sujeitos. Os valores da livre concorrência transformaram todos e cada um em “empreendedores de si mesmos”, proprietários, sim, do seu “capital humano”.

Na realidade real, o capital humano cultivado com os empenhos da educação e da formação profissional, sofre forte desvalorização nos mercados de trabalho contaminados pela precarização, pelo empreendedorismo das plataformas e pela continuada perda da segurança, outrora proporcionada pelos direitos sociais e econômicos.

A concentração empresarial promove a rápida expansão dos rendimentos derivados primordialmente do exercício da propriedade de ativos tangíveis e intangíveis. Isso demonstra que o avanço do patrimonialismo não é uma deformação da Nova Economia, senão a expressão necessária de suas formas de apropriação da renda e da riqueza. Como foi dito acima, o capitalismo “social” e “inter-nacional” do imediato pós-guerra transfigurou-se no capitalismo “global”, “financeirizado” e “desigual”. As desejadas reformas tributárias e dos sistemas de Previdência estão encarceradas nas enxovias da riqueza-propriedade e do mercado de trabalho frouxo e povoado por trabalhadores em tempo parcial e por conta própria.

O projeto da reforma da Previdência agarrou-se aos pingentes do passado para ignorar o futuro. Mas, para não bloquear o diálogo, prestamos uma homenagem ao consenso dominante ao considerar bem-intencionadas, porém duvidosas, as proclamações que asseguram efeitos miraculosos da reforma sobre o crescimento.

Ainda assim, o Velho Capitalismo e suas “novas” formas de trabalho dificultam, senão inviabilizam, reformas da Seguridade Social que não contemplem uma participação maior dos impostos gerais, pagos por todos, com forte viés progressivo, sobre a renda e a riqueza. Isto para não falar da péssima ideia da Carteira Verde-Amarela, uma forma de desobrigar os patrões de contribuir e, por isso, um facilitário para recontratar trabalhadores com salários rebaixados.

Escrevi impostos, para escândalo dos que restringem o debate a respeito da reforma necessária aos regimes de repartição ou advogam uma transição altamente arriscada para a capitalização. Na situação brasileira, é inadmissível, por exemplo, a isenção dos dividendos e de seu companheiro inseparável, a pejetização.

Esse artigo reproduz trechos do livro A Escassez na Abundância Capitalista (Editora Contracorrente), escrito em parceria com Gabriel Galípolo.

34. Nas entrelinhas: A reação à Lava-Jato

Publicado em 01/10/2019 - 07:26 - CORREIO BRAZILIENSE
Luiz Carlos Azedo

“O Supremo também acabou na berlinda, porque resolveu dar um freio de arrumação na Lava-Jato e garantir amplo direito de defesa aos réus, além de contingenciar as investigações”

A Operação Lava-jato foi irremediavelmente politizada, para o bem e para o mal. No primeiro caso, tornou-se um vetor decisivo da renovação dos costumes políticos do país, com forte impacto na mudança de comportamento dos partidos e gestores públicos, quando nada pelos efeitos que teve no processo eleitoral passado e, tudo indica, também terá no próximo. No segundo, pelo forte viés jacobino de seus integrantes, cujos métodos heterodoxos estão comprovados e provocaram reações do Congresso e do próprio Supremo Tribunal Federal (STF), que colocaram em xeque a legitimidade das investigações.

Todo jacobinismo tem o seu Termidor. A expressão tem origem na Revolução Francesa. Entre os anos de 1792 e 1794/95, essa foi a fase mais popular do movimento. A Assembleia, no ano de 1792, aprovou a declaração de guerra contra a Áustria, mas a burguesia e a aristocracia da Gironda, que haviam destituído o rei, traíram a revolução. Os jacobinos, liderados por Robespierre, tomaram o poder e impuseram uma nova república. Luiz XVI e Maria Antonieta foram presos e decapitados. A Constituição de 1793 garantiu o direito de voto a todos os cidadãos, a lei do máximo, a venda de bens públicos para recompor finanças, a reforma agrária, a extinção da escravidão negra nas colônias e a criação do tribunal revolucionário.

Mas esse foi também o período do Terror. Robespierre agiu como ditador e condenou todos os que eram considerados suspeitos à guilhotina. Entre junho de 1793 e julho de 1794, cerca de 16.594 pessoas foram executadas, sendo 2.639 só em Paris. A perseguição aos girondinos tornou-se uma perseguição a todos os “inimigos” da Revolução, inclusive a alguns jacobinos, como Danton. O Terror terminou com o golpe do Termidor (27/28 de julho de 1794), que desalojou Robespierre do cargo de presidente do Comitê de Salvação Pública e o executou no dia seguinte, junto com Saint-Just e mais de uma centena de líderes jacobinos.

A Reação Termidoriana, organizada pela alta burguesia financeira, pôs fim à participação popular. Um novo governo, o Diretório (1795-1799), em aliança com o exército, elaborou a nova constituição. No entanto, não era respeitado pelo povo, que acreditava na necessidade de uma espada salvadora que pudesse manter a ordem. É aí que surge Napoleão Bonaparte, general mais popular na época, que suprimiu o Diretório e instaurou o Consulado, com o golpe de 18 de brumário (9 de novembro de 1799), dando início ao período napoleônico.

Naufrágios

Esse ciclo revolucionário se repetiu em vários países e diferentes momentos da História. O norte-americano Mark Lilla, no livro intitulado *A Mente Naufragada*, destaca que muito se estudou sobre as revoluções, mas pouco se conhece sobre a reação a elas. As ideias que surgiram nesses períodos hoje alimentam a radicalização política no mundo. O reacionário, segundo Lilla, é uma espécie de naufrago nas mudanças, que sofre com a nostalgia de um passado idealizado e o medo da catástrofe.

O jacobinismo da força-tarefa da Lava-Jato provocou uma forte reação política do presidente Jair Bolsonaro, do Congresso, do Supremo Tribunal Federal e do novo procurador-geral da República, Augusto Aras. Não estão unidos num bloco monolítico; apenas convergem, apesar de alguns interesses conflitantes. Bolsonaro está mais preocupado com as investigações sobre as milícias do Rio e com o caso Queiroz, que atinge diretamente seu filho Flávio Bolsonaro (PSL), senador fluminense. O Congresso aprovou uma Lei de Abuso de Autoridade que muitos interpretam como autoproteção; outros, como intimidação de delegados, promotores e juízes. Sua constitucionalidade é controversa em vários aspectos.

O Supremo também acabou na berlinda, porque resolveu dar um freio de arrumação na Lava-Jato e garantir amplo direito de defesa aos réus, além de contingenciar as investigações, com base em dados fiscais, sem autorização judicial e impor limites às condenações. Essas tensões passam para a opinião pública a sensação de que o crime compensa e de que os políticos e a magistratura se mancomunaram para acobertar a corrupção nas altas esferas do poder. Isso tudo é muito ruim para a democracia.

Por isso mesmo, a modulação da decisão do Supremo sobre a anulação da condenação do ex-gerente da Petrobras Márcio de Almeida, porque suas alegações finais não foram apresentadas depois das dos réus colaboradores, é crucial para o futuro da Lava-Jato. Dependendo da jurisprudência, pode resultar na anulação da condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de mais de uma centena de outros réus da Lava-Jato e provocar uma grave crise política. Lula, que não é bobo, prefere continuar preso em vez de aceitar o regime semiaberto ao qual tem direito. Jura inocência e prefere ser um mártir da democracia.

35. SOBERANIA - DEMOCRACIA - SOLIDARIEDADE E REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DE RIQUEZA

Exclusivo: começam a desmoronar as redes sociais do bolsonarismo
As redes sociais bolsonaristas começam a ser desmontadas como parte do processo de ocaso da extrema-direita. O coordenador do "Zap Bolsonaro", Carlos Henrique, distribuiu um áudio à neste domingo com críticas pesadas a Bolsonaro e anunciando a desativação da rede, que

inclui um site e cerca de 100 grupos de Whatsapp. O site que congrega os grupos publicou o último post quarta passada, 25 de setembro

Comentários

- **[Paulo Timm](#) Rede pró-Bolsonaro engaja mais do que Madonna e Neymar**
<https://politica.estadao.com.br/.../eleicoes,rede-pro...>

POLITICA.ESTADAO.COM.BR

Rede pró-Bolsonaro engaja mais do que Madonna e Neymar - Política - Estadão

- **[Paulo Timm](#) A digital dos Bolsonaro no projeto que quer mudar a TV paga (e pode afetar o streaming)**
https://brasil.elpais.com/.../poli.../1568331156_959924.html

BRASIL.ELPAIS.COM

A digital dos Bolsonaro no projeto que quer mudar a TV paga (e pode afetar o...

- **[Paulo Timm](#) Rede social de ultradireita chega ao Brasil com acenos a Bolsonaro**
<http://observatoriodaimprensa.com.br/.../rede-social-de.../>
Por Ethel Rudnitzki e Felipe Sakamoto em 22/01/2019 na edição 1021...[Ver mais](#)

OBSERVATORIODAIMPRENSA.COM.BR

Rede social de ultradireita chega ao Brasil com acenos a Bolsonaro | Observatório...

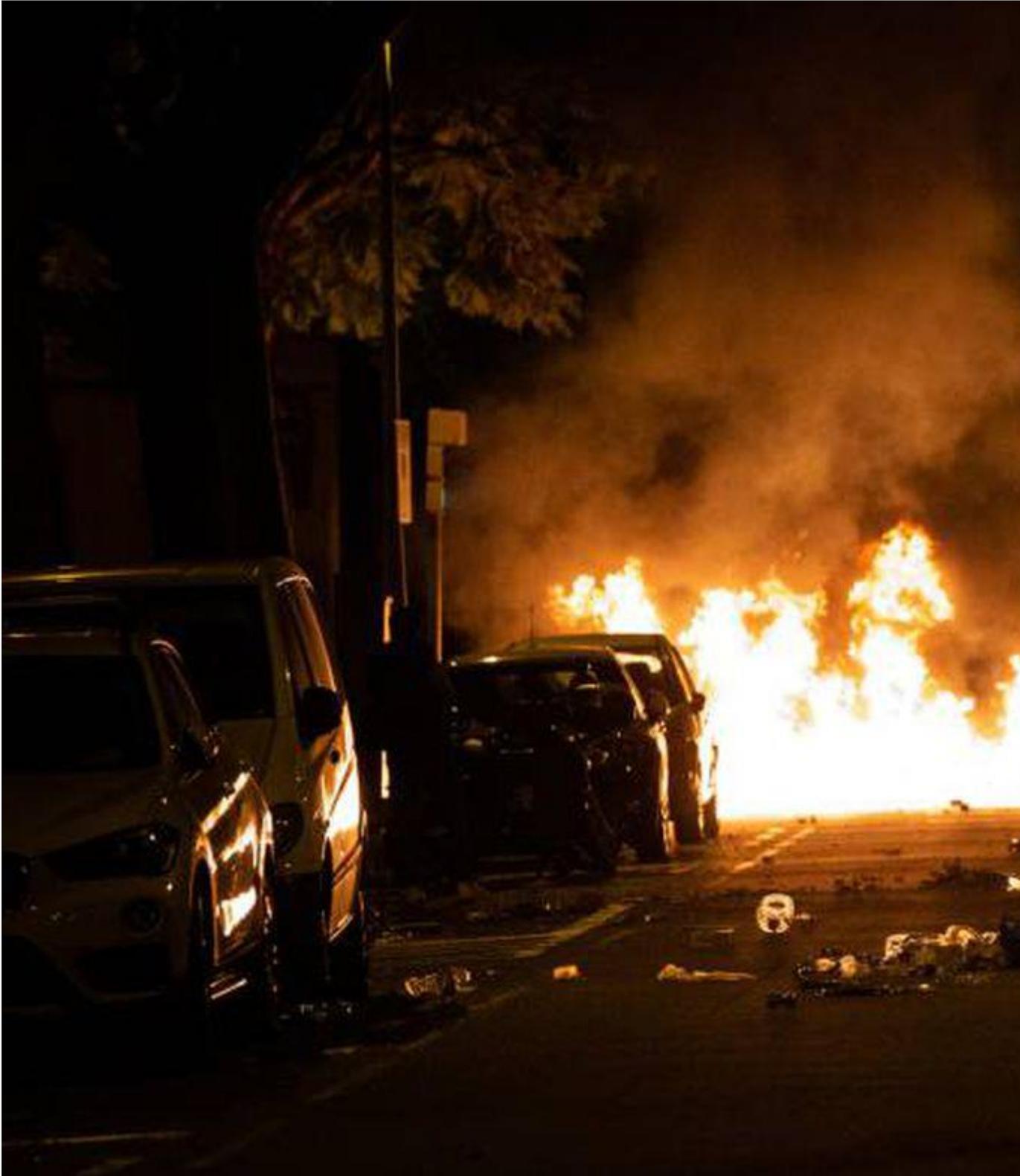
Rede social de ultradireita chega ao Brasil com acenos a Bolsonaro |

Democracias em chamadas

Observatório da Imprensa

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/19/opinion/1571517292_014318.html?ssm=FB_CC&fbclid=IwAR38ATIwt0vA0KAjg-91MyEc_OXh5znBKaqBwNmGNONn_aR-6srBQwDDOBg

Uma década depois da pior crise do capitalismo, até mesmo o Fórum de Davos admite que o resgate de 10 trilhões de dólares ao sistema econômico foi ineficiente e, agora, a desigualdade ameaça as democracias



Manifestante em frente a barricadas de fogo durante os protestos em Barcelona, em 18 de outubro de 2019. DAVID ZORRAKINO (EUROPA PRESS)

JAMIL CHADE

GENEBRA - 19 OCT 2019 - 18:27 BRT

[Quito](#), Londres, [Barcelona](#), Beirute, Hong Kong, Santiago e até mesmo [Bagdá](#) e Argel. Praticamente nada une essas cidades pelo mundo. Suas populações vivem realidades sociais radicalmente diferentes. São governadas por partidos de ideologias políticas das mais variadas e cada qual conta com uma história única.

Mas algo nas últimas semanas se aproximou de forma surpreendente: a ira de suas populações contra as autoridades.

MAIS INFORMAÇÕES



- Onda de protestos chega ao quinto dia com greve geral e manifestação unificada em Barcelona



- Chile decreta estado de emergência pelos protestos contra o aumento do metrô

Em Santiago, [foi o preço do transporte que levou os estudantes a bloquear o maior sistema de metrô](#) da América do Sul, obrigando o governo a declarar “estado de emergência”. Em Beirute, uma taxa sobre o Whatsapp transbordou o copo de uma sociedade empobrecida e com 40% de seus jovens sem trabalho.

Em Barcelona, [o movimento independentista aglutinou parte dos cidadãos enfurecidos](#) diante do colapso da ilusão de crescimento e do sentimento de traição de um acordo de autonomia cuidadosamente negociado.

Em Londres, neste sábado, [milhares protestaram pela cidade por conta da indefinição sobre o destino do país e do Brexit](#). Ao tentar sair do prédio do Parlamento mais tradicional da Europa, deputados tiveram de ser escoltados pela polícia diante da fúria popular.

No [Iraque](#), centenas tomaram as ruas – e morreram - para protestar contra a falácia da democracia num país que, quase duas décadas depois de retirar um ditador sanguinário, ainda não conseguiu encontrar seu destino. Em Argel, a queda do governo de Abdelaziz Bouteflika não foi suficiente para acalmar uma população esgotada.

E, em Hong Kong, o que começou como um [protesto contra a ingerência chinesa](#) se transformou num ato de força de uma população que não quer perder seus direitos.

Em cada uma delas, o que ficou claro foi a insatisfação popular diante da descrença em relação aos compromissos dos líderes em servir aos cidadãos. Abusados em suas inteligências, sofrendo para pagar suas contas e fartos de uma elite que insiste em não reconhecer a disparidade de renda cada vez maior na sociedade, esses locais foram tomados por um profundo desgosto em relação à autoridade.

Pelas ruas de Quito, Beirute ou Argel, os cartazes assustadoramente se parecem. Palavras como “traidores”, “[democracia](#)” e “poder popular” ganham espaço em diferentes línguas, em diferentes formas.

Certamente, alguém virá para alertar: não há como comparar [Lenín Moreno](#) a [Boris Johnson](#). Claro que não. Também existirão aqueles que alertarão sobre o risco de esses movimentos estarem sendo manipulados pela oposição ou por grupos que estariam interessados em promover a instabilidade social. Reconheço que esse elemento pode existir.

Mas há uma pergunta básica que precisa ser feita nesta semana: o que vem levando milhares às ruas? Como explicar a explosão de raiva contra governos eleitos, autoridades estabelecidas ou constituições ratificadas?

Uma das explicações mais plausíveis seria a constatação do fracasso do sistema em atender aqueles aos quais precisa servir.

Num recente informe, o [Fórum Econômico Mundial](#) alertou: a crise econômica que eclodiu em 2008 continua a gerar um impacto negativo, minando as bases da sociedade. Não se trata de uma entidade que quer derrubar o capitalismo. Muito pelo contrário. Mas a realidade é que até mesmo os organizadores de Davos, a Meca do sistema financeiro, entenderam que os 10 trilhões de dólares jogados pelos bancos centrais às economias para socorrer-las da crise na última década não funcionaram.

Melhor dizendo: não funcionaram para uma parcela da população, que foi obrigada a viver com menos, trabalhar mais e reajustar até mesmo seus sonhos.

Certamente aberrações como a das contas gregas precisavam passar por uma reforma. Mas quem pagou por elas?

Para sociedades em diferentes partes do mundo, o que se viu foi o estabelecimento de uma década perdida, enquanto a concentração de renda ganhou um novo patamar até hoje inédito.

O exército de [desempregados](#) transformou a psicologia de famílias inteiras, levou a um aumento do suicídio, viu a volta de doenças que tinham desaparecido e até reduziu as expectativas de vida em alguns locais.

Uma década depois, os [bancos](#) têm seu futuro assegurado. Mas não a renda de milhões de famílias. E, não por acaso, isso tudo se traduziu em um novo comportamento político e social.

No fundo, o capitalismo foi salvo. Mas não necessariamente as sociedades.

Em cada local do mundo, tal crise foi lentamente traduzida de forma diferente nas ruas, nas urnas. Mas um elemento as une: a fúria.

Em seu mais recente livro *Rage Becomes Her*, a escritora Soraya Chemaly questiona o argumento de que a raiva seja irracional. Para ela, essa ira é, no fundo, o idioma da Justiça. Em sua obra, ela trata de como a desigualdade encarada pelas mulheres começa no nascimento e as acompanha até a morte.

Extrapolando essa avaliação, não seria exatamente esse o sentimento de milhões de marginalizados da sociedade ao entender que seus sonhos serão apenas sonhos? O próprio Fórum de Davos constatou que, hoje, para a camada mais pobre dos brasileiros ou colombianos chegar a ter uma renda média de seus respectivos países, terão de esperar de oito a nove gerações.

Mesmo em alguns locais da Europa, com sua ampla rede social, os mais pobres também terão de esperar quatro ou cinco gerações para serem considerados como classe média. Como não desesperar?

Neste ano, o *Electoral Psychology Observatory* da London School of Economics (LSE) constatou que metade da sociedade britânica hoje se diz enfurecida contra pessoas que votaram por partidos opostos ao nosso. Um terço dos entrevistados confessa sentir ódio. A mesma pesquisa concluiu que um em cada cinco britânico poderia considerar a possibilidade de uma revolução.

O contexto de nossos dias também levou o professor da Williams College, George Marcus, a pesquisar uma sociedade com medo e com raiva. E suas conclusões são explícitas: sim, tal situação tem um impacto direto nas escolhas políticas de um país. “Ignorar a raiva e o não entender o medo nos deixarão cegos”, alertou.

Quem não está cego é o movimento populista, que já entendeu que pode canalizar toda essa fúria em apoio a seus partidos que governam pelo ódio. Pessoas que instrumentalizam essa ira popular para chegar ao poder, prometendo supostas soluções fáceis.

Basta sair da [UE](#) que seremos ricos. Basta fechar nossas fronteiras que estaremos seguros. Basta tirar esse partido do poder que teremos nosso futuro assegurado.

Não é exagero dizer que o mundo dito livre está em uma encruzilhada. Se partidos tradicionais e as elites não ouvirem as ruas e transformarem seus regimes políticos, se não aceitarem que a prioridade é lidar de forma urgente com a desigualdade social, o que está em jogo não é apenas sua permanência no poder. Mas a própria [democracia](#).

36. Nas entrelinhas: Como perder a guerra

http://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-como-perder-a-guerra/?fbclid=IwAR3q8wHnfMWHxFD9wCn0r_vCl_jAQf0C4o8IRyuzKxLdajH27ZrjNHdK-yQ

Publicado em 22/10/2019 - 07:08 Luiz Carlos AzedoCongresso, Eleições, Ética, Governo, Memória, Partidos, Política

“O PSL é belicoso e midiático, na primeira crise interna, o que se vê são gravações feitas sem autorização, ameaças de denúncias e muito bate-boca entre seus deputados nas redes sociais”

Usada à farta no Brasil para caracterizar uma atitude fadada ao fracasso, não existe uma explicação para a existência da expressão “Foi assim que Napoleão perdeu a guerra”, sobre a qual não há referências em alemão, francês, russo ou inglês. Alguns atribuem a expressão aos portugueses, uma espécie de vingança sarcástica devido à invasão de Portugal pelo exército francês e a consequente fuga de D. João VI e sua corte para o Brasil, em 1808.

As especulações vão da desastrosa retirada de Napoleão da Rússia, em 1812, depois da ocupação de Moscou, pois a cidade fora evacuada e, depois, incendiada (o exército russo evitou o confronto aberto e perseguiu as tropas francesas em pleno inverno, até Paris) a uma suposta crise de hemorroidas que o impedira de montar durante a Batalha de Waterloo, em 1815, quando foi definitivamente derrotado pelos ingleses.

O chiste lusitano é sob medida para a crise do PSL, cujo último lance foi a renúncia do líder da bancada na Câmara, deputado Delegado Waldir (GO), e sua substituição pelo deputado Eduardo Bolsonaro (SP), filho do presidente da República. Jair Bolsonaro se encontra no Japão, primeira etapa de sua viagem à Ásia, mas de lá monitora a operação que levou seu filho à liderança do PSL.

Apesar de ter a maior bancada governista da Câmara, com 53 deputados, o PSL nunca foi o partido hegemônico na Casa, embora seja muito estridente na tribuna e nos apartes, além de agitar as redes sociais. Agora, com essa divisão, corre o risco de ser tornar irrelevante, a não ser que haja um acordo interno que apazigue a disputa. Falta à bancada do PSL cultura parlamentar para o entendimento e a composição, num ambiente com ritos de convivência consolidados.

O modus operandi do partido é belicoso e midiático. Na primeira crise interna, o que se vê são a divulgação de gravações feitas sem autorização, ameaças de denúncias sobre os podres partidários e muito bate-boca pelas redes sociais, às vezes em linguagem completamente estranha à vida parlamentar, como a guerra de emojis entre a ex-líder do governo no Congresso Joice Hasselmann (PSL-SP) e o vereador carioca Carlos Bolsonaro (PSL), filho do presidente da República, que nem da bancada é.

Decantação

A reviravolta de ontem, quando Eduardo Bolsonaro conseguiu finalmente o número de indicações para se tornar o líder, não encerra a crise, apenas restabelece a lei da gravidade, pois seria um aborto da natureza o presidente da República ser derrotado na sua própria bancada, como aconteceu na sexta-feira. Entretanto, é um jogo de perde-perde: se 29 deputados apoiam o novo líder e 24 são contra ele, em certas circunstâncias, isso reduz o peso da bancada a cinco deputados, principalmente em questões interpares. Vamos supor, por exemplo, que a eleição para a presidência da Câmara fosse hoje.

A confusão na bancada do PSL faz parte de um processo de decantação, após o tsunami eleitoral que renovou a Câmara. Começa a separar os parlamentares eleitos para brilhar e que se destacam entre as principais lideranças daqueles que vão permanecer no baixo clero. Alguns serão deputados de um só mandato.

A aposta do clã Bolsonaro é que os adversários internos não sobreviverão sem o apoio do presidente da República, porque chegaram ao Congresso na aba do seu chapéu. Além disso, ficarão a pão e água, conforme a narrativa usada para pressionar os rebeldes a apoiarem o novo líder. Tem lógica, mas muita água ainda vai rolar sob a ponte.

O primeiro ato de Eduardo Bolsonaro foi destituir os 12 vice-líderes da legenda, cargos importantes no funcionamento da Câmara, porque seus ocupantes substituem o líder nas comissões e no plenário, além de terem direito à partilha dos cargos da liderança. O líder é poderoso quanto ao funcionamento da Casa, pois indica os integrantes das comissões e relatores, comanda as negociações e intermedeia a ocupação de espaços e liberação de recursos nos ministérios.

Para o presidente Bolsonaro, controlar a liderança é uma forma de confrontar o poder da cúpula do partido, principalmente do presidente do PSL, deputado Luciano Bivar (PE), com quem entrou em rota de colisão por causa dos recursos dos fundos partidário e eleitoral, que somam mais de R\$ 200 milhões. O papel de líder, principalmente nos grandes partidos, exige capacidade de diálogo e negociação. Esse não é o forte de Eduardo Bolsonaro, cujo perfil é mais agressivo. Pode ser que a estratégia de Bolsonaro pai seja mesmo essa, porque a agenda econômica do governo vai bem sem o PSL. O grande negociador das reformas é o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). O papel do filho seria fazer um contraponto e demarcar território.

Compartilhe:

[Christiane Zalazar](#)

10 h ·

Nós somos o Chile amanhã.

O laboratório neoliberal na América Latina começou lá, nos anos 70 de Pinochet, e prometia prosperidade para todos.

Todos serviços públicos foram privatizados, o Estado tornado mínimo: água, luz, transporte, combustíveis, hospitais, saúde, educação, previdência, aposentadorias, reservas naturais, absolutamente tudo nas mãos de empresários e mercado financeiro.

Lá não há hospitais públicos, universidades públicas, os direitos trabalhistas foram destruídos, a jornada de trabalho é de 45 horas semanais, sem benefícios, negociações e sindicatos.

O neoliberalismo levou 50% da população à extrema pobreza, desempregados ou recebendo salários miseráveis que não podem pagar por serviços privados

O sistema de previdência e aposentadorias, ah! esta é a jóia dos neoliberais: privado, capitalizado, entregue aos bancos e fundos de pensão, ou seja, quem pode fazer sua poupança, quem não pode que envelheça na miséria, o que faz do Chile o campeão mundial de suicídio de idosos.

A Reforma da Previdência aprovada hoje é o início do fim da rede de proteção de milhões de brasileiros que trabalharão até a morte, e a entrega do nosso destino como nação ao capital privado.

A classe média empobrecida entenderá aos poucos o caos que plantou, mas serão seus filhos, netos e bisnetos, que viverão o abismo da desigualdade, pobreza e concentração de renda.

Paulo Guedes implantou este projeto suicida no Chile, e nós somos a bola da vez do neoliberalismo na América Latina.

Estamos nas mãos de cretinos irresponsáveis que com 40 anos de atraso entregam nosso país, a uma experiência que sabe-se pelo Chile em convulsão, ser uma tragédia anunciada

[Pedro Nunes Filho](#) para [Professores pela Democracia](#)

12 min ·

[#WFJ](#) | um péssimo exemplo para o parlamento brasileiro | Vingança e sede pelo Poder

Tenho defendido que o delegado [#Waldir](#), [#Frota](#) e [#JoiceHasselmann](#), até então defensores truculentos e ardorosos de Bolsonaro, só passaram admitir as falcatruas, desmandos e ações da "Família", a partir do momento em que foram traídos, chutados e totalmente escanteados. Ou seja, antes era conveniente ocultar as tantas IRREGULARIDADES existentes dos fiéis aliados. Pela atitude ... os parlamentares revelam que tinham pleno conhecimento de todas atrocidades praticadas pelo Presidente e seus "filhinhos" maquiavélicos. Então esses mesmos parlamentares foram CÚMPLICES de crimes que agora eles mesmos denunciam e escancaram como se fossem novidade.

Há de se perceber a existência de um OPORTUNISMO por parte desses parlamentares que já foram denunciados pela imprensa por atuarem como 'capangas de Bolsonaro'.

É lamentável que todas essas arbitrariedades denunciadas só ganham eco porque partem de parlamentares de dentro do PSL cujas práticas pouco se diferenciam dos alvos da acusação.

Esses mesmos parlamentares (o delegado, a jornalista e o ex-ator pornô) integraram ou ainda fazem parte do mesmo time político. Comeram no mesmo prato. Trata-se de um segmento do baixo clero político em êxtase.

A disputa lode ser traduzida pela manipulação por PODER, CARGOS e a grana das cotas partidárias. Os parlamentares gemem por plena sede de VINGANÇA e sede de PODER. Esses parlamentares que bradam por vingança estão enovelados pelas suas respectivas verves que atingem os denunciados e a si próprios. Bebem do próprio veneno da TRAIÇÃO visto que desnudam as respectivas falta de decoro e destrambelamentos. Todas essas cenas de baixo nível expõem de forma vergonhosa e medíocre as duas casas legislativas. Tudo é INADMISSÍVEL e extremamente REAL para um Brasil que caminha desmoralizado com gestos de parlamentares que revelam as facetas podres, grotescas e a falta de ÉTICA do nosso Poder Legislativo. Esses são os parlamentares mais votados em suas regiões e representam o povo em nossa casa Legislativa. É um verdadeiro ESCÁRNIO. Representam o atraso agindo no parlamento brasileiro com formas de intimidação, palavras de baixo calão e atos de violência. Esses nobres parlamentares estão legitimados pelos votos expressivos outorgados por segmentos da população Brasileira. Esse óleo criminoso e devastador que sufoca o mar e as praias também banha o Congresso Nacional. Todos esses parlamentares e outros têm nomes, exibem pistolas, desafiam a população brasileira, defendem mordomias, altos salários e acabam de referendar a Reforma da Previdência. Enfim ... é triste!

[#FotoRecortada](#): reprodução do Instagram

— em [Brasil](#).

FOTO

https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1315952525257700&set=gm.2493320490988115&type=3&eid=ARBwFanOR8E83aahq6v_QN8pNNtjfmZKOCdN5QYiM9xjUjwyGjG-KKg2Qujv9T2AQLUFWxb2qCLhltmA&_xts_%5B0%5D=68.ARBij7Zy56ZmWzOTPoJ3UvKZIdasg4D-UqESVp58o3dk64g-8USqnsUPURBrijP0kgYvzzUv5pHoqZd-Mhh0cn0LLMDzwXdiMzTGT8HNxDp340VGFP0TkrG2KBx6y3EOaVZoOc9TOI-AchqQ8wob2tvsp205lvEHZlsUhl7sb4Ys-ZAUGLMjxan658GmzuMD3I1cXrtCICWbP3nmxaJaQ_zlzllbSCAlcBxp6yp5p1UggIcN6GyBjZfhZFQy0TTgHaq3gjaDEplm4tpg9RniDrPLO7LFCEqxPQ&_tn_=EHH-R

37. A desigualdade e a rebelião das multidões

Divulgação: www.desenvolvimentistas.com.br

por Aldo Fornazieri

O conceito de “multidão” de Antônio Negri e Michael Hardt ajuda, em parte, compreender a nova onda de protestos que ocorre em vários países. É uma nova onda porque, desde 2008, a partir da crise financeira, ocorreram várias ondas que atingiram os Estados Unidos, vários países da Europa, se configuram na Primavera Árabe e passaram pelo Brasil. A nova onda agora atinge países ou cidades como o Chile, Equador, França, Líbano, Londres, Barcelona. Bagdá, Argel, Hong Kong etc.

Se o conceito de multidão não explica as razões das rebeliões, ao menos ajuda explicar a forma e a composição das mesmas. Negri e Hardt dizem que “o povo é uno. A multidão, em contrapartida, é múltipla. A multidão é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única – diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo e diferentes desejos. A multidão é uma multiplicidade de todas essas diferenças singulares”. As manifestações que ocorrem em várias partes parecem ter essa composição multitudinária. Os autores talvez tenham exagerado no seu otimismo quanto ao poder transformador que atribuíram às multidões.

Os gatilhos detonadores das rebeliões são diferentes, mas o pano de fundo é o mesmo: crescimento das desigualdades, mal estar social, perda de direitos,

precarização dos serviços públicos de saúde, educação e transportes, precarização do trabalho e perda de poder aquisitivo dos salários. Se as doenças da alma, as doenças psicológicas, se multiplicam nos ambientes de trabalho, a perspectiva de um mundo cada vez mais sombrio, com ameaças às várias formas de vida, assusta os jovens.

As ditaduras do passado e os programas neoliberais mais recentes solidificaram estruturas que agravam e aprofundam as desigualdades. As revoluções tecnológicas também se tonaram máquinas de concentração de riqueza. Com isso, a democracia perde a sua alma, o seu valor principal: a igualdade. A igualdade era o valor primordial da democracia, disseram os filósofos políticos do passado. A igualdade era o valor característico da democracia disse Tocqueville. Hoje, as democracias ocidentais são formas sem conteúdo, estruturas sem substância, estruturas de Estado e de governo sem povo.

Se é verdade que as multidões se mobilizam, protestam e são o fermento da mudança, o fato é que sem projeto, sem estratégias, sem líderes e sem organizações políticas sólidas, elas tendem a ser derrotadas ou a conquistar vitórias efêmeras, reivindicações parciais, como mostraram as histórias recentes das grandes manifestações. É precisamente aqui que existe um enorme impasse: se, por um lado, as multidões mostram a potência da mobilização, por outro, os partidos e os líderes políticos mostram a impotência e a incapacidade de liderar, de conduzir processos inovadores de mudanças, de dirigir reformas ou de revoluções. Há uma indisfarçável crise de lideranças e de perda de relevância dos partidos

A rigor, os partidos de esquerda e centro-esquerda hoje são partidos da ordem, fazem parte do *status quo*, são a cereja do bolo e a face humanizada do capitalismo predatório que impõe uma desigualdade brutal, crescente, às sociedades. Este conformismo das esquerdas ao sistema único vem diluindo e enfraquecendo os partidos socialdemocratas tradicionais da Europa e abre espaço para o crescimento da extrema-direita ou para outros tipos de populismo.

Na América Latina, os governos recentes de centro-esquerda e de esquerda não foram capazes de promover reformas profundas que atacassem as causas das desigualdades históricas. Para usar um termo de André Singer, esses governos promoveram apenas um reformismo fraco. Articularam programas sociais compensatórios que ajudaram a reduzir as desigualdades temporariamente, principalmente no momento em que o boom das commodities foi decisivo para melhorar a renda, o emprego e superar os altos níveis de pobreza em vários países da região. Passado o período da bonança, os problemas históricos voltaram e se juntaram com denúncias de corrupção que atingiram boa parte dos governos da América Latina, tanto de esquerda quanto de centro-direita.

Os 20 anos de governos de centro-esquerda da Concertación no Chile, somados aos quatro anos do último mandato de Michelle Bachelet, não promoveram um reformismo forte que fosse capaz de remover as instituições que causam a desigualdade e as iniquidades. O mesmo ocorreu com os governos do PT no Brasil, com o kichnerismo na Argentina, com Rafael Correa no Equador e com o chavismo na Venezuela. Este último promoveu uma grande diáspora do povo venezuelano. Uruguai e Bolívia foram os países onde os governos de esquerda foram bem sucedidos. Evo Morales merece destaque, pois assumiu o governo com altos padrões de pobreza e desigualdade e hoje a Bolívia é mais igual e mais desenvolvida.

Na América Latina, nem a centro-direita e nem as esquerdas foram capazes de enfrentar o principal problema: um desenvolvimento calcado na produção e exportação de commodities – produtos de baixo valor agregado – e com processos de desindustrialização. Esses processos vêm se aprofundando, estagnando e retroagindo o seu desenvolvimento da região. No Brasil, a desindustrialização vem se intensificando desde a década de 1980.

Baixos salários, precarização do trabalho, ondas de desemprego são algumas consequências comuns em vários países. A marcha da desindustrialização é acompanhada por sistemas educacionais em crise, pela desqualificação da mão de obra e pela alta evasão nos ensino médio e universitário. Em contrapartida, em outras partes do mundo a quarta revolução tecnológica se

alastra, os investimentos em ciência e tecnologia se incrementam, os sistemas de educação são reformados e inovados. Somente a China está investindo 300 bilhões de dólares para transformar a suas universidades nas melhores do mundo.

Com elites políticas e econômicas criminosas, com privilégios públicos inaceitáveis, os países da América Latina perderam a mão para o futuro. Desigualdade, desemprego, pobreza, violência, alta criminalidade, tráfico de drogas, populações inteiras sem direitos e sem assistência, a vida degradada nas periferias das cidades são marcas que vão se acentuando nestas terras desalentadas e desesperançadas.

Dados divulgados na semana passada sobre a desigualdade no Brasil mostram que a metade da população vive com 413 reais por mês. Este é o Brasil real enquanto os políticos se distraem com as brigas no PSL, com os desatinos do governo. Já o Brasil real está esquecido pelos políticos, abandonado pelos governos, ignorado pelos deputados. É o Brasil que não tem representação nos parlamentos, o Brasil que não tem voz, que não tem vez, que não tem saúde, que não tem direitos

Mesmo que ocorram rebeliões, as multidões não podem e nem devem ter esperanças, pois estas são recorrentemente afogadas pela crueldade das elites e pelas misancenens dos partidos e dos políticos, interessados apenas nos seus cálculos eleitorais, nos seus cargos, nos seus fundos e nos seus privilégios. Passada a fúria das rebeliões a vida e a realidade voltam à sua trágica normalidade e esta parece não ter fim.

Aldo Fornazieri – Professor da Escola de Sociologia e Política (FESPSP).

o

38. Povo sai às ruas pelo mundo todo. E aqui, onde está o povo?

https://www.brasil247.com/blog/povo-sai-as-ruas-pelo-mundo-todo-e-aqui-aonde-esta-o-povo?fbclid=IwAR1m6cxt9bfVKgwnAJS403vt2YiCTn4odLzJkBikE_hAzkELI8L3tdnqo8

Ricardo Kotscho - Kotscho é jornalista e integra o Jornalistas pela Democracia. Recebeu quatro vezes o Prêmio Esso de Jornalismo e é autor de vários **livros**.

"Enquanto o povo sai às ruas no Chile, no Equador, em Londres, Hong Kong, Barcelona, em monumentais manifestações de protesto pelo mundo afora, aqui na terra abençoada por Deus e bonita por natureza não acontece nada", aponta o jornalista Ricardo Kotscho

22 de outubro de 2019, 13:49 h Atualizado em 22 de outubro de 2019, 16:08

•

Por Ricardo Kotscho, no Balaio do Kotscho e para o Jornalistas pela Democracia - Na semana em que o STF julga o destino do ex-presidente Lula, o Senado vai aprovar a reforma que acaba com a previdência pública e o presidente(?) Bolsonaro passeia pela Ásia, ouve-se no Brasil o retumbante silêncio de um povo deitado em berço esplêndido, de boca aberta, esperando a morte chegar.

Enquanto o povo sai às ruas no Chile, no Equador, em Londres, Hong Kong, Barcelona, em monumentais manifestações de protesto pelo mundo afora, aqui na terra abençoada por Deus e bonita por natureza não acontece nada.

Não há na agenda nenhum evento programado pela sociedade civil em defesa da democracia, da desigualdade social e dos direitos dos trabalhadores, ameaçados por decisões que serão tomadas estes dias em Brasília.

O que aconteceu com o povo brasileiro, que assiste inerte à destruição do país na marcha acelerada do bolsonarismo para quebrar e vender tudo?

O único sinal de vida, ou melhor de morte, dado até agora pela cidadania vem do lado das trevas, com líderes de caminhoneiros bolsonaristas ameaçando parar o país se o STF respeitar a Constituição e decidir pela imediata libertação de Lula.

Acuadas, as instituições reagem burocraticamente apenas para informar que as ameaças “que se mostrarem violentas serão enviadas para o âmbito do inquérito conduzido pelo ministro Alexandre de Moraes”, que cuida da investigação sobre ofensas e fake news contra integrantes da Cômte, informa o Estadão desta terça-feira.

Além dos caminhoneiros, os únicos que se manifestaram até agora são os integrantes do grupo golpista Vem Pra Rua, que estão pedindo para os ministros Barroso, Fux, Fachin e Carmen Lúcia _ a bancada da Lava jato/Globo no STF _ para que um deles peça vistas durante o julgamento da segunda instância para interromper o julgamento.

Cadê o povo que não se intimidou na longa noite da ditadura militar, que lutou pela Constituinte e pela Anista, e tomou as ruas do país para pedir Diretas Já, em 1984?

Em Tóquio, hoje de manhã, o ex-capitão presidente teve a desfaçatez de atribuir a rebelião popular no Chile, onde 15 pessoas já foram mortas pela repressão, ao fim da ditadura do general Augusto Pinochet, a mais sanguinária do continente, em 1990.

“O problema do Chile nasceu em 1990, que ninguém dá valor para isso. Naquela época, as Farc fizeram parte, Fidel Castro, isso tudo. E qual o espírito

desta questão? Primeiro é bater contrário às políticas americanas, imperialistas, segundo eles. E depois são os países que se auto ajudam para chegar ao poder”.

Como é difícil entender a lógica do seu pensamento, no fundo Bolsonaro quer dizer que tem saudade das ditaduras de lá e daqui, e defende a completa submissão aos Estados Unidos.

Nos seus delírios, o ex-deputado do baixo clero ainda vive nos tempos da Guerra Fria e vê conspirações de comunistas por toda parte.

Fidel morreu, as Farc acabaram, a União Soviética ruiu, mas o inominável continua em guerra contra o perigo vermelho em vez de começar a governar, dez meses após a posse.

Desse jeito, vai se isolando cada vez mais, aqui dentro e lá fora, no momento em que o Brasil bate recordes de desigualdade, sem se dar conta que uma hora o povo brasileiro também vai acordar desse pesadelo, nem que seja por puro desespero, como já aconteceu no Equador, no Chile, no Peru e em outros países do continente.

Só não sabemos quando...

Vida que segue.

39. Samuel Pinheiro Guimarães: 14 motivos pelos quais os EUA decidiram cassar os direitos políticos de Lula

31/07/2019 - 10h40

A Operação Lava Jato e os objetivos dos Estados Unidos para a América Latina e o Brasil
por Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães*, especial para o Viomundo

Os objetivos estratégicos dos Estados Unidos para a América Latina e, em especial para o Brasil, são importantes para compreender a política externa e interna brasileira, inclusive a Operação Lava Jato.

A América Latina foi declarada zona de influência exclusiva de fato americana pela Doutrina Monroe, em mensagem do Presidente dos Estados Unidos ao Congresso americano, em 02/12/ 1823.

Esta Doutrina corresponde a uma visão e convicção histórica, nos Estados Unidos, de direito ao exercício de uma hegemonia natural sobre a América Latina, como o Corolário Roosevelt, de 1904, viria a explicitar.

A partir da Guerra de Independência (1775-1783) e depois da formação da União em 1787-1789 os Estados Unidos passam a procurar excluir as potências europeias de seu território continental (Louisiana – 1803, Florida – 1819, Oregon – 1845, Alaska -1867) e a absorver esses territórios na União Americana.

A expulsão pelos americanos dos povos indígenas de seus territórios originais se realiza com intensidade após a revogação da Proclamation Line de 1763, em decorrência do Tratado de Paz de Paris (1783) entre a Grã-Bretanha e a Confederação, que separava o território das Treze Colônias das terras indígenas além dos Apalaches, até o Mississipi.

A influência econômica, política e militar americana sobre a América Central e os países do Caribe foi e é avassaladora, com intervenções e ocupações militares, por vezes longas, e o patrocínio de ditaduras, sanguinárias.

A Guerra contra o México (1848) levou à anexação de metade do território mexicano e, com a chegada ao Pacífico, permitiu a consolidação do território continental dos Estados Unidos do Atlântico ao Pacífico.

A Guerra contra a Espanha (1898) levou à ocupação de Cuba, à anexação de Porto Rico, das Filipinas e de Guam e afirmou os Estados Unidos como potência asiática.

A “criação” do Estado do Panamá e da Zona do Canal, que foi território americano até 2000, permitiu a ligação marítima rápida entre a Costa Leste e a região do Golfo com a Costa Oeste da América do Norte, tanto comercial como militar, através do Canal concluído em 1914, e administrado soberanamente pelos EUA.

Pelas características de sua localização geográfica, a zona estratégica mais importante para os Estados Unidos é o Caribe, a América Central e o norte da América do Sul.

Os objetivos estratégicos permanentes dos Estados Unidos para a América Latina são:

- impedir que Estado ou aliança de Estados possa reduzir a influência americana na região;
- ampliar sua influência cultural/ideológica sobre os sistemas de comunicação de cada Estado;
- incorporar todas as economias da região à economia americana;
- desarmar os Estados da região;
- manter o sistema regional de coordenação e alinhamento político;
- impedir a presença, em especial militar, de Potências Adversárias na região;
- punir os Estados que contrariam os princípios da liderança hegemônica americana;
- impedir o desenvolvimento de indústrias autônomas em áreas avançadas;
- enfraquecer os Estados da região;
- eleger líderes políticos favoráveis aos objetivos americanos.

O principal Estado da região pelas dimensões de território, de recursos naturais, de população, de localização geográfica é, sem dúvida, o Brasil.

Principal também pelos desafios que apresenta devido à possibilidade de graves turbulências futuras, sociais, econômicas e políticas.

Devido a este caráter principal, os objetivos dos Estados Unidos são objetivos para a América Latina em geral, porém se aplicam em especial ao Brasil.

O primeiro objetivo estratégico americano é impedir a emergência e fortalecimento de qualquer Estado ou aliança de Estados que possam se opor à presença ou afetar a influência política, econômica e militar americana na região.

Para alcançar este objetivo tratam os Estados Unidos de aguçar e reacender eventuais rivalidades (históricas ou recentes) entre os maiores Estados da região, isto é, entre o Brasil e a Argentina, não estimular o conhecimento de suas histórias e culturas, estimuladas as rivalidades através da ação de lideranças locais que buscam obter tratamento privilegiado para seus países junto aos Estados Unidos (Carlos Menem e Jair Bolsonaro são exemplos desse comportamento).

O segundo objetivo americano é manter e ampliar sua presença cultural/ideológica nos sistemas de comunicação de cada Estado da região como instrumento para sua maior influência política, econômica, militar e cultural.

Essa presença aumenta sua capacidade de obter melhores condições legais (fiscais e regulatórias) para a ação de suas megaempresas (petroleiras, por exemplo); para obter contratos de venda de equipamentos militares; para lograr alinhamento e apoio às iniciativas americanas em nível mundial; para promover a “simpatia” pelos Estados Unidos na sociedade local; para obter o apoio da sociedade e dos governos para seus objetivos estratégicos.

Este objetivo tem como instrumentos a defesa da mais ampla liberdade de imprensa e de Internet e para a livre ação das ONGS “internacionais” e

“altruístas”; dos programas de formação de pessoal, desde os institutos de língua aos intercâmbios; às bolsas de estudo; ao recrutamento de talentos; à aquisição de editoras para publicações de livros americanos; a hegemonia na programação de cinema e de TV; os programas de formação de oficiais militares e lideranças políticas; e recentemente a aquisição de instituições de ensino, em todos os níveis.

O terceiro objetivo dos Estados Unidos é incorporar todas as economias dos Estados da região à economia norte-americana, de forma neocolonial, no papel de exportadores de matérias primas e importadores de produtos industriais.

Após o fracasso do projeto regional “multilateral” da ALCA, lançado em 1994 e encerrado em 2005 na reunião em Mar del Plata, os Estados Unidos passaram a promover a negociação de acordos bilaterais com cada Estado latino-americano com dispositivos semelhantes aos da ALCA e até aos EUA mais favoráveis.

Verdade seja dita que o acordo de livre comércio com o Chile fora assinado em 1994 e com o México e o Canadá em 1994.

O instrumento para alcançar este objetivo são os acordos bilaterais de livre comércio que levam à eliminação das tarifas aduaneiras e à abertura dos mercados dos Estados subdesenvolvidos nas áreas de investimentos; de compras governamentais; de propriedade intelectual; de serviços; de crédito e, às vezes, incluem cláusulas investidor-Estado.

Por sua vez, os Estados subdesenvolvidos da América Latina que atingiram certo grau de industrialização não ganham acesso adicional aos mercados de produtos industriais, pois as tarifas americanas são baixas, existe a escalada tarifária e as medidas de defesa comercial, e o acesso a mercados agrícolas é restringido pela legislação agrícola, americana de subsídios e de proteção.

O acordo Mercosul/União Europeia será instrumental para a abertura de mercados para os Estados Unidos sem ônus político pois, após sua entrada em vigor, estarão criadas as condições para os Estados Unidos reivindicarem ao Brasil e ao Mercosul igualdade de tratamento.

Outros países altamente industrializados como o Japão, a Coreia do Sul, o Canadá e a China farão o mesmo e o Brasil não terá mais a tarifa como instrumento de política industrial. O Mercosul desaparecerá.

O quarto objetivo estratégico dos Estados Unidos é desarmar os Estados da região.

Os instrumentos para atingir este objetivo são a promoção da assinatura do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) e de outros tratados na área química e biológica, e mesmo sobre armas convencionais; a venda de equipamentos militares defasados a preços mais baixos e o “estrangulamento” de eventuais indústrias bélicas locais; os acordos de associação à OTAN; a transformação das Forças Armadas nacionais em forças de caráter policial,

voltadas para o combate ao narcotráfico e a crimes transnacionais e, portanto, necessitando apenas de equipamento leve.

O quinto objetivo estratégico americano é manter o sistema de segurança regional, a Organização dos Estados Americanos, reconhecido pela Carta da ONU, onde tradicionalmente os Estados Unidos podem exercer sua influência, contam com o auxílio do Canadá e de países da América Central e assim podem tratar das questões regionais sem ir ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Outro instrumento para alcançar este objetivo é promover a dissolução da UNASUL, como foro de solução de controvérsias concorrente da OEA e como organização de cooperação em defesa, da qual os Estados Unidos não participam.

O sexto objetivo dos Estados Unidos na América do Sul consiste em impedir a presença de Estados adversários de sua hegemonia, e como tal nomeados pelos próprios EUA, quais sejam a Rússia e a China, na região latino-americana, em uma versão atual da Doutrina Monroe.

Segundo documentos oficiais americanos recentes a “China é um poder revisionista” e a Rússia é um “Ator Maligno Revitalizado” (Indo-Pacific Strategic Report, do Pentágono).

A presença russa e chinesa é especialmente temida na área militar, inclusive por ameaçar a Costa Sul do território americano e os acessos ao Canal do Panamá, via comercial e militar estratégica.

Um sétimo objetivo americano, importante para demonstrar sua determinação de exercício de hegemonia na América Latina, é punir, dentro ou fora do sistema da OEA, com ou sem o apoio de outros Estados da região, aqueles governos que contrariarem, em maior ou menor medida, os princípios da liderança mundial americana:

- ter economia capitalista, aberta ao capital estrangeiro, com intervenção mínima do Estado;
- dar tratamento igual às empresas de capital nacional e estrangeiro;
- não exercer controle sobre os meios de comunicação de massa (TV etc);
- ter regime político de pluralidade partidária e eleições periódicas;
- não celebrar acordos militares com os Estados Adversários, quais sejam a Rússia e a China;
- apoiar as iniciativas dos Estados Unidos.

A campanha política/econômica/midiática para promover a mudança de regime (regime change) de um Estado da região, isto é, para promover um golpe de Estado para derrubar um Governo que os Estados Unidos consideram hostil, inclusive com o financiamento de grupos de oposição, se desenvolve em várias etapas (que depois se superpõem) de denúncia do Governo “hostil” pela grande mídia regional e pela mídia mundial, com o auxílio da Academia, como sendo:

— autoritário;
 — corrupto;
 — traficante ou leniente com o tráfico de drogas;
 — perseguidor de inimigos políticos;
 — violador da liberdade de imprensa;
 — ineficiente;
 — opressor da população;
 — ameaça aos vizinhos;
 — ameaça à segurança americana.

Um oitavo objetivo estratégico americano é impedir o desenvolvimento de indústrias autônomas nas áreas nuclear, espacial e de tecnologia de informação avançada na América Latina, e em especial no Brasil, país com as melhores condições para desenvolver tais indústrias.

Um nono objetivo estratégico americano é enfraquecer política e economicamente os Estados da região.

Os instrumentos são estimular direta ou indiretamente (pela mídia) a redução do poder regulatório em defesa dos consumidores, da população em geral e dos trabalhadores, dos organismos do Estado, em especial aqueles que limitam ou disciplinam a ação das megacorporações multinacionais, entre as quais prevalecem as americanas.

Outro instrumento para alcançar este objetivo é a campanha contra o Estado central como ineficiente e mais corrupto e autoritário, e a defesa da descentralização regulatória e de auto regulação dos setores pelas próprias empresas privadas.

Um objetivo americano importante é enfraquecer o único organismo do Estado (brasileiro) que enfrenta, todos os dias, os interesses dos demais Estados nacionais, em especial os interesses dos Estados Unidos, de seus adversários, Rússia e China, e das chamadas Grandes Potências, como Inglaterra, França, Alemanha e Japão, nas negociações para aprovar normas internacionais que atendam seus interesses (e lucros).

Os instrumentos para atingir este fim são denunciar a ineficiência; o corporativismo; o exclusivismo; o “globalismo”; a partidarização; a visão ideológica “esquerdista” da Chancelaria.

O décimo objetivo estratégico dos Estados Unidos da América, e talvez o principal objetivo, é impedir a eleição de líderes políticos em cada Estado que manifestem restrições a seus objetivos estratégicos e promover a eleição de líderes que a eles sejam favoráveis.

E aí entra o papel da Operação Lava Jato na defesa direta ou indireta dos interesses americanos.

A partir da eleição, em 2003, do Presidente Lula a política interna e externa brasileira, se contrapôs, ainda que não de forma sistemática, desafiadora ou revolucionária, a alguns dos objetivos estratégicos americanos:

- ao não apoiar a invasão do Iraque de 2003;
- ao estabelecer o entendimento político e econômico estreito com a Argentina;
- ao promover a coordenação com a Argentina, a Venezuela, o Uruguai, o Equador, a Bolívia e o Paraguai para a formação da UNASUL, em substituição à OEA;
- ao resistir à ALCA e ao fortalecer o Mercosul;
- ao fortalecer os instrumentos financeiros do Estado, como o BNDES, e ao utilizá-los na política externa;
- ao fortalecer o programa nuclear;
- ao exercer operações de aproximação autônoma com os países africanos e árabes;
- ao promover a criação do BRICS, com a China e a Rússia;
- ao fortalecer a Petrobrás e ao estabelecer o regime de parceria para exploração do pré-sal;
- ao estabelecer a política de “conteúdo nacional” na indústria;
- ao promover a indústria de defesa brasileira;
- ao defender a regulamentação da mídia;
- ao negociar, com a Turquia, um acordo nuclear com o Irã;
- ao exercer o equilíbrio em suas relações com Israel e Palestina.

A partir dessa nova situação nas relações Brasil – Estados Unidos e da crescente popularidade do Presidente Lula, que terminaria em 2010 seu mandato com 87% de aprovação, a estratégia americana foi:

- mobilizar os meios de comunicação de massa no Brasil contra as políticas do Governo, e condenar sua ação através do Instituto Millenium, fundado em 2005, para dar amplo apoio à Operação Mensalão, que não conseguiu atingir o Presidente Lula, mas que veio a atingir José Dirceu, chefe da Casa Civil, e provável sucessor de Lula;
- a partir do acordo de cooperação judiciária Brasil-Estados Unidos, iniciar a Operação Lava Jato que viria a facilitar o alcance dos objetivos estratégicos americanos em especial 2, 8, 9 e 10, listados no parágrafo 11 acima;
- iniciar o processo político de preparação do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff;
- financiar direta e indiretamente a formação dos grupos MBL e Vem pra Rua.

O principal objetivo da Operação Lava Jato não era a luta contra a corrupção, mas sim impedir a eleição do Presidente Lula em 2018. Sua ação partia das seguintes premissas:

- a grande maioria da população, devido a sua precária situação econômica e cultural, está sujeita a ser manipulada por indivíduos populistas, socialistas, comunistas etc. que fazem aos eleitores promessas irrealizáveis para conquistar e explorar o poder;
- a sociedade brasileira é intrinsecamente corrupta;

— todos os políticos e partidos são corruptos;
— os governos se sustentam através da corrupção e da compra de votos;
— a violação de direitos constitucionais e legais por membros do Judiciário e do Ministério Público se justifica para combater a corrupção.

O juiz Sérgio Fernando Moro descreveu em seu artigo intitulado Mani Pulite, publicado em 2004 na Revista CEJ – Justiça Federal N°26, a sua decisão de violar a lei para combater a corrupção, em uma interpretação de que “os fins justificam os meios”.

A “corrupção” foi enfrentada pela Operação Lava Jato, comandada por Sérgio Moro, Juiz de primeira instância que contou com a conivência e mesmo a cooperação de membros dos Tribunais Superiores e da grande imprensa, para uma condução processual altamente heterodoxa e ilegal.

A divulgação quotidiana e seletiva de ações da Lava Jato através da imprensa, em especial da televisão, foram essenciais para criar a convicção de que a Lava Jato teria “revelado” que o partido que teria promovido e se beneficiado da corrupção no sistema político teria sido o PT, conduzido por Luiz Inácio Lula da Silva.

Formou-se um amplo movimento anti-petista e anti-Lula, e tornou-se, assim, um objetivo não só político, mas ético e moral, para combater a corrupção, apresentada como o principal mal da sociedade brasileira, impedir por todos os meios que o ex-Presidente Lula pudesse se candidatar e, iludindo o povo ingênuo, ser eleito e reimplantar os mecanismos de corrupção.

Assim, foi Lula **condenado, sem provas**, em primeira instância por Sérgio Moro e em segunda instância por uma turma de três Desembargadores do TRF-4 (não pelo Tribunal pleno), Desembargadores que gozam de grande familiaridade e amizade com Sérgio Moro, que condenaram Lula à prisão em regime fechado, para não poder exercer qualquer atividade política, e assim não poder nem competir nem influir nas eleições de 2018.

A decisão arbitrária do TRF-4 correspondeu à **cassação dos direitos políticos de Lula e do povo brasileiro que não pôde votar em Lula**, o candidato à frente em todas as pesquisas de opinião.

A nomeação do juiz Sérgio Moro como Ministro da Justiça por Jair Bolsonaro e a declaração de Bolsonaro de que devia muito de sua eleição a Moro indicam o alto grau de ilegalidade do comportamento de Sérgio Moro e de Jair Bolsonaro e sua ação política.

A primeira etapa para atingir o Objetivo estratégico 10 era promover o impedimento da Presidente Dilma Rousseff, o que foi conseguido em 16/04/2016.

O Vice Presidente Michel Temer assumiu com um programa econômico intitulado “Ponte para o Futuro”, elaborado por economistas liberais e

perfeitamente compatível com os objetivos estratégicos dos EUA, e que vem sendo aplicado de forma ainda mais radical por Paulo Guedes.

A publicação pela grande imprensa dos diálogos entre Sérgio Moro, o Procurador Deltan Dallagnol e entre os procuradores e três, até agora, Ministros do Supremo Tribunal Federal: Luiz Fux, Edison Fachin e Luiz Eduardo Barroso, podem acarretar a nulidade de todos os processos da Operação Lava Jato devido a demonstrar:

- a parcialidade e a íntima cooperação do juiz Sérgio Moro com os procuradores, isto é, com a acusação;
- as delações extraídas sob pressão;
- as conduções coercitivas ilegais;
- a escuta ilegal de comunicações;
- a divulgação seletiva de trechos de delações à imprensa para obter efeitos no processo eleitoral em 2018;
- a violação de direitos individuais, enumerados no Artigo 5º da Constituição:

III – ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas (...);

XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas (...);

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular (...);

e, em especial,

LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Os Estados Unidos da América atingiram seu principal objetivo estratégico aquele de número 10 do parágrafo 11 acima:

- eleger líderes políticos favoráveis aos objetivos americanos.
- e com o Governo Temer e agora com o Governo de Jair Bolsonaro estão alcançando todos os demais objetivos listados no parágrafo onze acima.

****Foi Secretário Geral do Itamaraty (2003-2009) e Ministro de Assuntos Estratégicos (2009-2010)***

40. Bom mesmo era o Chile... Por Juremir Machado da Silva

POR FERNANDO BRITO · 23/10/2019 - <http://www.tijolaco.net/blog/bom-mesmo-era-o-chile-por-juremir-machado-da-silva/?fbclid=IwAR09kvg1PIBWXvBaa4tidEu1GOO0mZvCd9hDh1oYsGzeeHzQNQZlcWIKnPc>



Do jornalista e historiador Juremir Machado da Silva, hoje, no **Correio do Povo** de Porto Alegre:

O neoliberalismo é uma ilusão simplória e nefasta. Já quebrou a Argentina duas vezes. Mauricio Macri chegou ao poder para liquidar o populismo gastador dos Kirchner. Liquidou o país. O Chile é a menina dos olhos dos neoliberais, que perdoam as atrocidades da ditadura do horrendo Augusto Pinochet por seus supostos avanços econômicos. A pátria de Pablo Neruda está novamente sob patrulha do exército para conter a fúria das massas. Motivo: ninguém suporta mais as desigualdades sociais alimentadas por décadas. Um país não é uma casa de família na qual só se deve gastar o que se arrecada. Tampouco deve ser cada um por si num Estado mínimo. O Chile em chamas tem toque de recolher e 15 mortos.

O ministro Paulo Guedes quer importar o modelo chileno para o Brasil. O jornal Folha de S. Paulo resumiu o caos instalado no Chile desta maneira direta e clara: “O descontentamento da sociedade com o sistema previdenciário chileno, administrado por empresas privadas, o custo da saúde, o deficiente sistema público de educação e os baixos salários em relação ao custo de vida acabou emergindo junto com os protestos sobre o preço do metrô”. O sistema de aposentadoria por capitalização resultou em idosos ganhando menos do que o salário mínimo e em altas taxas de suicídio entre os mais velhos. Tudo para que o setor financeiro faturasse muito.

O ciclo neoliberal parece esgotado. Deixa um rastro de miséria atrás de si. A desigualdade, como sempre, assombra a América Latina. O Equador explodiu. O presidente equatoriano teve de recuar no aumento dos combustíveis decretado para agradar ao FMI. O chileno deu para trás no aumento das passagens de metrô. Quando as massas rugem os neoliberais mandam as forças armadas às ruas e depois recuam para salvar os móveis dos palácios. Se a ditadura concentrada de Maduro na Venezuela desandou, as “ditaduras” difusas do rentismo nos países neoliberais, com o Chile na vanguarda,

afundam também. A utopia chilena só tinha três problemas: educação, saúde e aposentadorias. As três juntas são chamadas de exclusão, mas aceitam o apelido de espoliação desenfreada e cínica.

O jornal francês Le Monde mostrou que o “oásis da região” era, na verdade, nas palavras do próprio presidente Sebastian Piñera, uma “bomba-relógio”, uma “panela de pressão” prestes a explodir. Era o oásis do sistema financeiro. Santiago, a bela capital chilena, foi tomada por barricadas. O desespero não pode ser medido pelo PIB. O “paraíso” neoliberal chileno foi construído sobre cadáveres, torturados e desaparecidos do regime de Pinochet, um dos mais bárbaros num continente acostumado à barbárie. Outro jornal francês, Libération, descreveu Santiago do Chile como uma “cidade muito poluída e engarrafada”. O cartão-postal era cheio de imperfeições. Por trás do cenário cantado em prosa e verso, a morte.

Portugal, governado pela esquerda, para onde parte da direita brasileira foge, desafiou o neoliberalismo da União Europeia e está de vento em popa. A Bolívia, do reeleito Evo Morales, é o país que mais cresce na América Latina. Gás e petróleo foram nacionalizados. Segundo a BBC, “as multinacionais tiveram que renegociar os contratos com a estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos para continuarem operando no país e passaram a pagar mais para explorar jazidas”.

Que atraso! Bom era o Chile.

41. Esquerda precisa de cautela e cobrança

Milton Saldanha, jornalista

Claro que recebi com alívio ver Mauricio Macri apeado do poder, na Argentina. Pelo voto democrático. Eu estava em Buenos Aires, em março, quando assisti pela TV, inteiro, o discurso de Macri no Congresso, a poucos metros do hotel onde eu estava. A bela praça, na frente, vazia de populares e ocupada por um aparato de guerra. Cena flagrante da sua impopularidade e medo do povo. O discurso foi uma sucessão de mentiras e arrogância sem limites. Então é muito bom ver Macri entregando o bastão para Alberto Fernández. Mas agora vou com cautela e muita atenção. Os problemas estruturais da Argentina são gigantescos e não se pode acreditar em milagres, nem mesmo em soluções eficientes no curto prazo. Compete reconstruir o país, tijolo por tijolo.

A direita sabe disso e vai cobrar, buscando o desgaste do novo governo. Compete à esquerda ajudar Fernández. Como? Cobrando também. Na intolerância com a corrupção. E na pressão pelos passos possíveis, dentro da realidade. Indo às ruas como base de apoio ao governo sempre que necessário.

Ao acenar para a conciliação nacional, nos discursos da vitória, Fernández e Cristina Kirchner fazem aquilo que Bolsonaro deveria ter feito aqui, mas não fez.

E agora sequer terá a educação de cumprimentar formalmente os vencedores, esquecendo que é o presidente do Brasil, e que este, encarnando a instituição pública, terá que negociar bilateralmente com a Argentina. A esquerda vence, mas não há motivos para euforia. Sim para fiscalização, cobranças e muita humildade construtiva. A tarefa será árdua.

**Uma bela reflexão do amigo Marco Antonio Pires de Oliveira...
"O capitalismo financeiro e o fim das classes médias."**

O significado da Reforma da Previdência é muito mais profundo do que se quer fazer crer através das análises dos economistas hegemonzados pela ideologia que sustenta o capitalismo financeiro. A geração de moeda a partir da concessão de crédito, sem lastro na economia real, decorre da taxa de decrescente do lucro advindo da apropriação da mais valia.

As conquistas tecnológicas aplicadas aos meios e processos de produção foram paulatinamente reduzindo a margem de geração de capital a partir da exploração do trabalho. Dada a mesma e constante jornada de trabalho, o aporte tecnológico aumenta a produtividade reduzindo a diferença entre o valor pago pelo trabalho e o preço da mercadoria no mercado de consumo.

Mesmo reduzindo os salários, com o uso das novas tecnologias, a produção continua a aumentar e o preço da mercadoria, produzida em grande escala, continua a cair. O extremo desse processo é a significativa eliminação da necessidade de mão de obra em muitos dos processos produtivos.

Com isso, sem redução das horas de trabalho e o aumento dos salários, o potencial de consumo cai mesmo com os grandes ganhos da produção em escala e automatizada. A circulação da mercadoria, que era o grande fator de reprodução do capital, entra em colapso. E vivemos talvez a derradeira crise de superprodução no modelo de capitalismo vigente.

Diante desse obstáculo para reprodução do capital, a necessidade de lastro para a moeda foi eliminada no governo Nixon. Assim, a reação econômica a crise do petróleo nos anos 70 inaugurou uma forma extrema de reprodução do capital: a criação de moeda de base fiduciária.

Toda vez que os governos tomam empréstimos, moeda nova - dinheiro - é criado a partir do nada. Surge, então, uma nova força no capitalismo. Os operadores do mercado financeiro, proprietários de grandes corporações financeiras, passam a deter mais ativos do que o PIB dos países mais ricos.

Não importa que esse capital não tenha lastro real e some cerca de 633 trilhões de dólares, conforme afirma Dalbor em "A Era do Capital Improdutivo". O fato é que a própria pesquisa e desenvolvimento, bem como a infraestrutura de comunicação e transportes, têm sido financiada por governos e empresas com recursos emprestados do sistema financeiro, de modo que mesmo devendo mais de 100% de seu PIB, os EUA detém a liderança tecnológica e econômica no mundo.

Com a queda vertiginosa dos preços da mercadoria - um computador que no projeto Apolo custava centenas de milhões de dólares, agora está aos bilhões de unidades, circulando nos bolsos de adolescentes na forma de Smartphones, muito melhores que aqueles enormes armários que ajudaram a realizar o pouso na lua. Por isso a mercadoria das mercadorias, o valor de troca universal, se tornou a grande mercadoria. O dinheiro circula na forma de crédito e gerando cada vez mais dinheiro.

No Brasil a dívida pública é gerada através de um enxugamento que o tesouro federal opera ao retirar dos bancos o excesso de moeda que não é investido em produção e

infraestrutura devido aos juros elevados. Isso é feito com a justificativa de se controlar a ameaça de inflação.

Com isso nosso governo transfere recursos públicos retirado de empregados e empregadores. A população amarga o sucateamento do sistema público de saúde, educação, segurança e os investimentos em infraestrutura, porque 500 bilhões do orçamento federal estão comprometidos com o pagamento de juros da dívida pública.

Somente com os juros. Porque se a dívida for quitada o lucro do sistema financeiro despenca.

Os empresários transformam seus lucros da exploração do trabalho produtivo em investimentos no mercado financeiro e param de oferecer empregos. É o caso da rede Globo que apresentou prejuízo na atividade fim da empresa em seu balanço de 2018. Só não ocorreu uma insolvência da empresa porque o prejuízo foi compensado pelo retorno de um bilhão de reais nos seus investimentos no mercado financeiro. Isso explica a hegemonia do discurso a favor da reforma da previdência em todos os veículos de comunicação da Globo. Além disso, quando os empresários fazem empréstimos no mercado financeiro é para automatizar ainda mais a produção e demitir mais trabalhadores.

Para não morrer de fome esses trabalhadores entram no regime de superexploração da informalidade que, desde o governo Temer, passou a ser, em grande proporção, legalizado.

O ataque aos direitos previdenciários e trabalhistas do setor público e privado - que afeta o trabalho especializado das nossas classes médias - visa compensar as perdas de arrecadação que fragilizam a capacidade do governo honrar o pagamento das parcelas da dívida pública, em função do desregulamentação dos contratos de trabalho da população mais pobre que agora é superexplorada na informalidade.

Toda o ecossistema político está colonizado e hegemonizado pelos interesses do mercado financeiro. O pacto do estado de bem-estar que conteve o capitalismo selvagem ao longo do século XX está sendo destruído. Tudo será feito para superar a crise de superprodução sem que se faça distribuição de renda.

Nestes termos é o próprio capitalismo que está sob ameaça. Como afirmou Schumpeter, durante a guerra fria, o capitalismo não deveria temer o comunismo mais do que suas próprias tendências autodestrutivas...

O significado profundo desta crise reside no fato de que a utopia capitalista em que o desenvolvimento econômico sempre levaria a próxima geração a obter um acréscimo de prosperidade e qualidade de vida está extinto. Passou a ser um fato da vida que o futuro será pior do que o ontem e o agora. Não há ordem social ou modo de produção que resista a essa disruptura.

Estamos decaindo para uma sociedade sem classe média. Isso significa que talvez venhamos a ver mais convulsões sociais no futuro de curto e médio prazo. Mas não devemos nos iludir a respeito de uma sociedade pós-capitalista. Na prática ela pode ser muito pior do que a atual.

O futuro está aberto a criação de novos modos de vida menos violentos, mais igualitários e simultaneamente acolhedores de nossa diversidade. A alternativa a capacidade criativa da humanidade implica no risco de ruína da civilização..."

42. O Brasil à beira do precipício

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/25/opinion/1572010526_503332.html?%3Fssm=FB_BR_CM&hootPostID=57666626d38e0a9584f5f7087c91d2d7&fbclid=IwAR1tc28BI7OIHD3GwIiZ1uykpcTqS0_pWEB8xcNExOKIr6EKdsiVA1qdcZI

Bolsonaro representa uma parte expressiva das elites políticas brasileiras, formadas no terreno fértil do racismo, misoginia, aporofobia e servidão às nações imperiais

BRENO ALTMAN

27 OCT 2019 - 20:00 BRT



Há um ano, em 28 de outubro de 2018, era eleito o atual presidente brasileiro, [Jair Bolsonaro](#), em segundo turno, derrotando o candidato de esquerda, [Fernando Haddad](#), do Partido dos Trabalhadores (PT). Com 55% dos votos, a extrema-direita voltava a governar, mais de três décadas após o fim da ditadura dos generais, estabelecida em 1964.

O deslocamento político foi notável. Desde o fracasso de [Fernando Collor](#), primeiro presidente eleito diretamente depois do golpe militar, o bloco

conservador tivera como núcleo duro uma coalizão entre o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e o antigo Partido da Frente Liberal (PFL), atualmente denominado Democratas (DEM), nascido de uma costela do partido da ditadura.

MAIS INFORMAÇÕES



- Explosão social no Chile reflete mal-estar com desigualdade e lembra atos do Brasil de 2013



- Opinião | Falta uma oposição real no Brasil, que imponha outra agenda no debate público

Fragmentada e desmoralizada, a direita tradicional teve que se vincular a uma agremiação oriunda do campo democrático, embora profundamente abraçada às ideias neoliberais. Essa coligação governou o Brasil entre 1992 e 2003, consolidando seu domínio a partir de 1994, quando [Fernando Henrique Cardoso](#), principal líder do PSDB, conquistou a Presidência da República.

A força propulsora dessa coalizão, porém, esgotou-se na virada do século. Os efeitos de médio e longo prazos do neoliberalismo —recessão endêmica, desemprego estrutural, desidratação dos serviços públicos, aguçamento da desigualdade social, [crescimento da pobreza e da miséria](#)— empurraram o pêndulo da história em favor do PT de [Luiz Inácio Lula da Silva](#), que ganharia as eleições presidenciais de 2002.

Durante os treze anos de governos petistas, somando os mandatos de Lula (2003-2010) e [Dilma Rousseff](#) (2011-2016), o país começou a experimentar outra política econômica, alicerçada sobre programas distributivos e investimentos públicos favoráveis a mercado interno de massas, com expressiva elevação dos salários, sob reforçada regulação do Estado.

Diante de crise geral das instituições, a extrema-direita emerge como solução bonapartista

A burguesia brasileira, forjada por acintoso padrão de exploração do trabalho, suportou esse modelo em sua fase expansiva, até que os efeitos da [crise mundial de 2008](#) travassem a economia brasileira. A alta dos salários, com a queda da taxa de lucro, até então era compensada pela expansão do consumo

doméstico e o dinamismo das exportações de commodities, além de ganhos financeiros patrocinados por uma ortodoxa política monetária.

Desde 2010, no entanto, o empresariado foi paulatinamente considerando insuportável o petismo, incluindo aqueles setores que se beneficiaram de soluções decididas por Dilma Rousseff para conter a retração produtiva e a radicalização do choque distributivo. Os investimentos privados foram despencando, apesar da ampliação de subsídios estatais, embolsados como recuperação de margem, com forte custo fiscal. A queda da taxa de juros, entre 2012 e 2013, ao contrário de servir como estímulo, foi percebida como erosão de receita financeira.

Reeleita em 2014, a presidente viu-se cercada por uma escalada que já pedia sua cabeça. Sem maioria parlamentar, absorveu parte do programa neoliberal dos opositores, tentando deter ou abrandar seus ataques. Tudo deu errado: os inimigos a sentiram vulnerável, redobrando os esforços de guerra, enquanto passou a reinar confusão, divisão e desânimo nas bases progressistas.

Os resultados na economia também foram trágicos. Frente a relevantes sinais de desaquecimento desde 2013, medidas como a abrupta elevação da taxa de juros e o corte de benefícios sociais, adotadas no final de 2014, significaram apagar incêndio com jatos de gasolina. O país entrou em recessão, o desemprego disparou, as camadas médias consolidaram seu giro conservador e parte das classes trabalhadoras abandonou o PT. O desfecho seria o golpe parlamentar de 2016, com a [derrubada de Dilma Rousseff](#).

Estava em curso uma ofensiva reacionária, perante a qual o petismo se viu aturcido e indefeso. Não pairavam ameaças frontais ao capitalismo e ao seu poder político, mas as classes dominantes queriam derrubar qualquer obstáculo, pelos meios que fossem necessários, para a adoção de um programa que revitalizasse prontamente a rentabilidade relativa e absoluta de seus negócios. A agenda deixava ser a versão moderada dos anos 90, para assumir a feição de um [neoliberalismo sem peias, cujo modelo confesso referencia-se no Chile de Pinochet](#).

Não há compatibilidade possível entre esse caminho e a ordem democrática. A derrubada de uma presidente legítima se associa à [Operação Lava Jato](#), desmascarada pelas [mensagens publicadas por The Intercept](#), como elementos de um golpe de tipo novo, por dentro das instituições, com um papel destacado do sistema de justiça e do parlamento. A prisão do ex-presidente Lula, através de uma fraude judicial, foi o corolário indispensável para garantir o controle do processo eleitoral de 2018.

A saída democrática depende da derrota do programa neoliberal, que está dilacerando países da região

Os velhos partidos conservadores, à frente o PSDB e o DEM, lideraram o movimento golpista com a missão de dar vida às reformas exigidas. Naufragaram, contudo, nas eleições presidenciais. Representavam o regime político que ajudaram a enterrar, contra o qual havia se jogado a Operação Lava Jato para destruir o PT e Lula, e foram abandonados pelos setores sociais cativados pelo discurso de ruptura do sistema como a única saída para a prosperidade capitalista.

O principal filho e herdeiro dessa contrarrevolução preventiva é Jair Bolsonaro. Medíocre e aloprado, representa o rosto sem maquiagem de parte expressiva das elites brasileiras, formadas no caldo do [racismo](#), da misoginia, do ódio aos pobres e da subserviência às nações imperiais. Como outras vezes na história, diante de crise geral das instituições, a extrema-direita emerge como solução bonapartista, abraçada à exploração dos preconceitos e das crenças mais atrasadas para constituir base de massa à uma variável neofascista.

Diante da incapacidade do conservadorismo tradicional em derrotar estrategicamente as forças de esquerda e os movimentos populares, criando as condições políticas para viabilizar o programa neoliberal, Bolsonaro irrompeu como hipótese plausível, mesmo exibindo contornos indefinidos, de mudança do regime político, [atraindo novamente as Forças Armadas para o comando do Estado](#).

As dificuldades do governo em consolidar essa opção, em meio a uma grave crise econômica e social, são ingredientes de um cenário marcado pelo que Antonio Gramsci chamava de “equilíbrio catastrófico”, caracterizado pela incapacidade de qualquer das forças políticas ou classes sociais estabelecer sua hegemonia sobre as demais. Esse ambiente, longe de afastar a hipótese autoritária, costuma ser o terreno no qual dão frutos soluções de tipo bonapartista.

As frações do bloco conservador que divergem dessa alternativa, a ela estão acorrentadas, mesmo que provisoriamente e a contragosto, porque partilham o mesmo projeto nacional, a mesma política econômica e a mesma lógica golpista. Sua oposição é restrita e débil, limitada às manobras mais extravagantes do presidente, em uma luta permanente para domesticá-lo, e seu limite é especular acerca de um bolsonarismo sem Bolsonaro.

A saída democrática depende da derrota do programa neoliberal, que está dilacerando países da região. O Brasil somente poderá sair da beira do precipício quando as correntes de esquerda forem capazes, associadas a um movimento de desobediência civil [como o que está sacudindo o Chile](#), de apresentar uma alternativa de governo que construa um novo regime constitucional, soldado pela distribuição de renda, riqueza e poder.

43. ARGENTINA 2019

C/ Antonio Lisboa

No retorno da esquerda ao poder ontem na Argentina há um personagem fundamental que não pode passar despercebido: a televisão. Não fossem alguns elementos televisivos, dificilmente a esquerda teria vencido ontem. E o que digo aqui não é movido a elucubrações, apego à ideias específicas e especulações teóricas, mas a certos fatos concretos:

1) A enorme ousadia dos empresários que insistiram em manter os riscos financeiros de se sustentar um canal privado de esquerda, o excelente C5N, em pleno governo Macri. No início o canal sofreu perseguição jurídica e policial e chegou a ser vendido e mudar de linha editorial, inclusive demitindo alguns de seus maiores apresentadores mais afinados à esquerda. Mas a experiência não deu certo, pois o público cativo do canal já era de esquerda e meses depois voltou ao comando original numa aposta corajosíssima de seus empreendedores (sim, neste caso, o termo é este, gostemos ou não). Com o ato ousado, seus principais apresentadores voltaram ao ar, entre eles, Victor Hugo Morales, Gustavo Sylvestre, Pedro Brieger, Ivan Schargrodsky, e outros.

2) Graças à ousadia empresarial de se manter um canal de esquerda em um país onde todos os outros canais nacionais estão alinhados à direita, o canal C5N se converteu nos anos Macri no canal de notícias mais assistido do país, tendo batido diversos recordes de audiência nos últimos anos, superando seu maior rival, o direitista TN (Todo Noticias). Para um canal, antes pequeno e de baixa audiência, a decisão de assumir posição de esquerda se convertendo na maior janela televisiva de oposição ao neoliberalismo de Macri, foi um logro extraordinário.

3) Mas nada disso caiu do céu. A construção de uma televisão mais progressista e não alinhada ao Império e seu discurso único e homogêneo pro-capitalismo é uma construção de anos fruto da visão estratégica de Nestor e Cristina Kirchner. Diferente da estratégia adotada pela esquerda brasileira que esteve 13 anos no poder, Cristina Kirchner incluiu na estruturação da TV digital aberta (TDA) da Argentina uma série de canais progressistas e não-alinhados que tornou a grade de programação da televisão argentina uma das mais democráticas e plurais do planeta.

4) Graças a isso, a Argentina passou a contar com canais progressistas não apenas em sua TV paga, mas em sua TV aberta, incluindo canais como: a venezuelana TeleSUR, a russa RT en Español e a iraniana HispanTV, além de canais nacionais privados mais alinhados à esquerda e à luta dos povos, como a já mencionada C5N, o TeleNueve (antes de esquerda, depois vendido e reformulado) e o CrónicaTV (um canal tradicional que dá espaço para diferentes espectros políticos), sem falar na modernização do excelente canal estatal Televisión Publica de Argentina (TPA), cujo programa de debates políticos ao vivo, 678, de fortíssima postura esquerdista bateu diversos recordes de audiência em pleno horário nobre noturno.

5) No caso da russa RT, por exemplo, Cristina não apenas o incluiu na grade da TV digital aberta, mas teve a ideia de lança-lo ao vivo em teleconferência

junto a Vladimir Putin, o que foi um golpe de mestre para a divulgação do canal junto ao seu novo público argentino. Ao invés de fugir da polêmica (os demais canais atacaram o ato em uníssono antes e depois), Cristina investiu nela e a usou a seu favor e do novo canal.

6) E assim a esquerda argentina conseguiu equilibrar e colocar um freio ao poder manipulador e alienante de seus canais privados tradicionalmente direitistas: AmericaTV, El Trece, Todo Noticias e Telefe.

A eleição de ontem não caiu do céu. Só aconteceu graças à ousadia de dois governos de esquerda kirchneristas e de alguns empresários com coragem de contar uma história diferente. Tudo que não aconteceu "en el Gigante del Sur", por aqui mais conhecido como Brasil.

- [Marcos Doniseti Vicente](#) Brasil e Argentina: Situações diferentes!

É equivocado comparar a situação da Argentina com o Brasil, por vários motivos:

A) Diferente do Partido Justicialista (Peronista), que teve maioria absoluta no Congresso Nacional quando os Kirchners governaram o país, o PT nunca teve maioria absoluta no Congresso Nacional, mesmo somando a sua bancada de parlamentares com as dos demais partidos progressistas ou semi-progressistas (PCdoB, PDT, PSB).

Já o PSOL sempre fez dura e radical oposição aos governos de Lula-Dilma, chegando até a votar (junto com os partidos da Direita: PSDB, DEM, PMDB, PP, PTB...) a favor fim da CPMF, que financiava a Seguridade Social (Previdência Social, Saúde e Assistência Social);

B) O Partido Justicialista também tinha maioria dos governadores de províncias (equivalentes aos nossos estados), que apoiavam Nestor e Cristina Kirchner, algo que o PT também nunca teve no Brasil.

O máximo que o PT teve foi 6 governadores, de um total de 27, em estados menos importantes.

E nos mais de 5.500 municípios o máximo que o PT elegeu foram 600 prefeitos, 12% do total; Logo, o PT nunca deteve o Poder no Brasil. Ele deteve o controle apenas do governo federal, do Poder Executivo.

Mais nada;

C) A imensa maioria dos deputados e senadores brasileiros são Empresários proprietários de veículos de comunicação (rádio, TV, jornais, revistas, portais de Internet).

Collor, Sarney, ACM, Henrique Alves, Agripino Maia, Jader Barbalho, entre muitos outros, possuem verdadeiros Impérios de Mídia em seus estados de origem.

E é mais do que evidente de que um Congresso Nacional controlado por Empresários de Mídia jamais aprovaria uma regulamentação para o setor, tal como a Cristina Kirchner conseguiu fazer na Argentina;

D) O que as Esquerdas brasileiras nunca entenderam é que não foram elas que ganharam as eleições presidenciais de 2002, 2006, 2010 e 2014. Foi Lula.

Lula é muito maior do que as Esquerdas brasileiras.

É por isso que as pesquisas mostravam que ele venceria a eleição presidencial de 2018 no primeiro turno caso pudesse ter sido candidato e nenhum outro candidato de perfil progressistas sequer se aproximava disso;

E) As Esquerdas brasileiras representam, no máximo, 30% do eleitorado. Lula é o único líder Progressista que leva as Esquerdas para um patamar acima de 50% do eleitorado e, portanto, consegue vencer eleições presidenciais, seja como candidato, seja apoiando outro nome;

F) Portanto, qualquer comparação dos governos Kirchners com a situação dos governos do PT, que sempre foi um partido minoritário no Congresso Nacional, nos governos estaduais e municipais é, a meu ver, inteiramente equivocada.

- [Romano Pagani](#) [Roxana Ferreira Lima](#), [Fernando Ferreira Lima](#): vejam bem, Cristina não proibiu nenhum. Só mostrou. E o povo argentino é bem escolarizado.
- [Jairo Menegaz](#) Marcos Doniseti Vicente concordo contigo. Apenas deixo registrado para relembrar esta agenda. Fizemos o Canal Brasil e criamos a EBC...Tem que ver porque a Telesur não está atuando. É criar uma lei de liberdade de imprensa que acabe com os monopólios e permita pequenos canais imponha cotas para conteúdos regionais ..

44. Por que a desigualdade aumenta, por Aldo Fornazieri

Os capitalistas e seus representantes políticos, hoje, não têm a quem temer. Instrumentalizaram as democracias para atender os seus interesses.

Por

Aldo Fornazieri

-

30/10/2019

Aldo Fornazieri

Estudos de pesquisadores e dados de instituições multilaterais a exemplo do Banco Mundial são unânimes em apontar o aumento da desigualdade no mundo. Com ela aumenta também a fome. Algumas projeções indicam que esta tendência se projeta para as próximas décadas configurando uma possível situação crítica por volta de 2050 se a tendência não for revertida. O alastramento dos desastres ambientais é um fator que potencializa o advento de crises e conflitos sociais e políticos por conta da falta de recursos necessários a uma vida digna. A revolução tecnológica em curso, com impactos no mundo do trabalho, também é um fator que concentra riquezas. Hoje, por exemplo, as cinco maiores empresas do mundo são empresas de tecnologia.

O Brasil ocupa uma posição indigna no ranking da desigualdade. Somos um dos países mais desiguais do mundo. A situação vem se mostrando cada vez mais crítica. Dados divulgados recentemente pelo IBGE mostram que a renda dos mais ricos cresce e a dos mais pobres cai. Nada menos do que a metade da população brasileira vive com até R\$ 413,00 por mês. Trata-se de um dado

assustador e inaceitável. Mais do que isto: levantamento de Pedro Fernando Nery mostra que o Brasil tem uma Uganda dentro dele. A Uganda é um dos países mais pobres da África e do mundo. De acordo com o levantamento, os 42 milhões de brasileiros mais pobres têm uma renda média igual à população da Uganda. Calcula-se que a Uganda tenha cerca de 44 milhões de pessoas, a maioria esmagadora de miseráveis

Certamente existem vários fatores que contribuem para a concentração de riquezas e aumento das desigualdades no mundo, dentre eles a lógica concentradora do capitalismo e os efeitos concentradores das revoluções tecnológicas. Mas ocorre que os conflitos distributivos sempre são decididos, em última instância, na esfera política, pela via do conflito político. A questão de fundo é a questão do poder. Este problema é deliberadamente escamoteado pelos pesquisadores e técnicos aliados ao sistema do capitalismo. E ele é ignorado pelas esquerdas e pelos movimentos sociais

O fato é que hoje existe um claro desequilíbrio político em favor do capital. Este desequilíbrio tem várias razões. O fim da luta sistêmica é uma das razões principais. Isto quer dizer: hoje existe um sistema único. O capitalismo não tem mais um inimigo sistêmico como era o sistema comunista ou soviético. A luta sistêmica era um fator que favorecia um equilíbrio político e distributivo maior entre o capital e o trabalho no interior do capitalismo.

Os capitalistas e seus representantes políticos, hoje, não têm a quem temer. Instrumentalizaram as democracias para atender os seus interesses. As forças de centro-esquerda e esquerda sequer lhes opõem uma luta pelo socialismo. Essas forças fazem parte do sistema. Os partidos de centro-esquerda e esquerda também são partidos da ordem. As soluções que propõem para os problemas se situam no marco do capitalismo predatório.

As revoluções tecnológicas proporcionaram também uma transformação radical no mundo da produção, mudando as relações entre o capital e o trabalho. Na era da sociedade industrial os sindicatos fabris fortes, interligados a partidos trabalhistas e socialistas fortes, eram capazes de estabelecer certas condições

de equilíbrio nas negociações com o capital, seja na esfera sindical, seja na esfera dos parlamentos e dos acordos que implicavam a participação do governo. Assim, direitos trabalhistas e sociais eram conquistados e assegurados, até porque havia um certo consenso entre a centro-direita e a centro-esquerda no sentido de garantir determinados padrões de Estado de bem estar social. O neoliberalismo e a extrema-direita romperam esse consenso.

As revoluções tecnológicas, além de reduzirem drasticamente o número de trabalhadores fabris, deram mobilidade ao capital físico, facilitando o seu deslocamento dentro de um mesmo país, de um país para outro país e até mesmo deslocamento intercontinental. Isso conferiu enorme poder de barganha ao capital, tanto frente aos sindicatos, quanto frente ao poder público. Os sindicatos perderam força e as greves perderam relevância. O poder público se esmera em conceder benefícios e isenções fiscais ao capital. Nem os sindicatos e nem os partidos de esquerda foram capazes de elaborar estratégias que os retirassem da defensiva história e os recolocassem no jogo de um contrapoder em relação ao capital e aos termos do conflito distributivo por ele ditados. Hoje, a rigor, o capital e suas representações políticas não precisam mais exercer a hegemonia nos termos de concessões aos debaixo para conseguir dirigir, nos termos colocados por Gramsci. O capital exerce um hegemonismo impositivo. Ele exerce uma autocracia disfarçada de democracia

Os altos salários das burocracias e dos dirigentes sindicais, as benesses, privilégios e altos salários dos dirigentes e dos representantes políticos dos partidos de centro-esquerda e esquerda geram uma esquerda das camisas engomadas, dos punhos de renda, das pulseiras e adornos de ouro, da boa vida, integrada ao sistema capitalista. As populações periféricas foram sendo abandonadas. Nos governos, as esquerdas lhes concedem programas compensatórios, as migalhas do capital.

As políticas da moralidade, as lutas e bandeiras dos novos movimentos sociais – mulheres, etnias, LGBTs, movimentos ecológicos etc. – também não estão sendo capazes de gerar uma perspectiva transcendente ao capitalismo predatório. Promovem lutas, demandas e reivindicações que se situam nos

marcos desse mesmo capitalismo. Alguns analistas da globalização chamam a atenção para o fato de que muitas dessas causas e lutas ligadas à política da moralidade são financiadas por fundações do grande capital, visando conferir uma face mais humanizada ao capitalismo e uma aparência de uma luta contra-hegemônica.

O capitalismo e seus representantes políticos só cederão se existirem forças políticas organizadas que sejam capazes de representar ameaças e impor temor ao sistema de poder estabelecido. Os programas de receituários compensatórios e de reformismos fracos dos partidos de esquerda não impõem este temor. O que impõe algum tipo de temor hoje são as rebeliões das multidões, pois não há forças militares capazes de contê-las. Ocorre que as rebeliões das multidões são quase espontâneas. Não têm direção e sentido e não tem organizações que expressem força política e social própria. Expressam gritos desesperados contra as desigualdades, as injustiças e a falta de perspectivas. Em que pese o calor e a excitação que provocam, tristemente, tendem a se esvaír com poucas conquistas, subjugadas pelo mal estar do nosso tempo



Henrique Amaral. O labirinto. Detalhe. 1996

Antonio

45. A segunda instância e a serenidade ausente

- 29/10/2019

Não é razoável que se defenda a Constituição e ao mesmo tempo se desvalorize o trabalho dos tribunais inferiores. A Constituição é soberana, mas há algo mal posto no sistema.

A polêmica está no ar, sem data para terminar. Entendidos e estudiosos de todos os quadrantes manifestam-se sem parar. A discussão é intensa, mas há poucos consensos razoáveis.

Estão certos ou errados os que acusam os defensores da prisão após condenação em segunda instância de estarem “rasgando a Constituição”?

A Lei Maior também pode ser interpretada, fato que costuma ocorrer com regularidade, ainda que nem sempre de forma explícita. Nem todos os seus artigos, mesmo os “pétreos”, são cumpridos. É o que ocorre, por exemplo, com tudo o que diz respeito aos “deveres do Estado”, especialmente na ordem econômica e social. O princípio de que “todo poder emana do povo e em seu nome será exercido” é um parâmetro abstrato e, como os demais, precisa ser posto em contato com a dimensão fática, os fatos duros da vida.

Os que hoje problematizam o entendimento da “presunção de inocência” estão fazendo precisamente isso. A posição implica autorizar as prisões após julgamento nas duas instâncias iniciais, sendo assegurados os recursos aos tribunais superiores, mas com o réu preso. O próprio STF já enfrentou o tema e por duas vezes, em fevereiro e outubro de 2016, reiterou a possibilidade de que os condenados em segunda instância sejam presos.

Não é claro o que motivou a reabertura da questão justo agora. É muito provável que os ministros do Supremo tenham cedido às próprias preferências diante do “problema Lula”, sem o qual por certo a discussão não estaria na

mesa. Há bastante empenho doutrinário para recobrir a politização que contamina o Tribunal.

A ala “legalista” do STF quer, em nome da Constituição, postular que cabe à Justiça ser célere e dura no combate à corrupção, assim como faz com aos crimes hediondos. Entende que a corrupção é tão grave quanto. Contrapõe-se aos “garantistas”, que ponderam que nenhum crime pode ser punido sem que se esgotem todos os recursos balizados pelo princípio constitucional da presunção de inocência e dos direitos fundamentais. A prisão só seria legítima depois do “trânsito em julgado”, dando-se pouca importância a eventuais postergações que dilatam os tempos ao infinito. Os que tratam a corrupção como mal maior não concordam com isso.

O grande jurista e ex-ministro do STF, Eros Grau, tem posição clara a respeito. Para ele, o artigo 5º da Constituição, inciso LVII — “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” — não pode valer conforme as circunstâncias, dado que existe para garantir os direitos fundamentais do cidadão. Não tem como ser interpretado livremente, ou de modo diverso, goste-se ou não. É uma visão próxima à de Rosa Weber na última sessão do Tribunal.

Procuradores vinculados à Lava Jato caminham em sentido oposto. Deltan Dallagnol, por exemplo, acredita que “nenhum princípio da Constituição é absoluto” e a presunção de inocência “deve ser compatibilizada com outros direitos e valores constitucionais e com a eficiência da Justiça”. Defensor da prisão após segunda instância, ele considera que a Constituição estabelece que ninguém será “considerado culpado” até o trânsito em julgado, mas “não fala que ninguém será preso” até que todos os recursos sejam esgotados.

Há complexas questões doutrinárias e conceituais subjacentes à discussão. Das mais simples, uma está associada à distinção entre condenação e prisão, com os respectivos impactos na liberdade do acusado. Outra passa por definir se a Constituição pode ser interpretada, quando e sob quais condições. Seria inconstitucional uma atitude que interpretasse que a corrupção, por exemplo, é tão perniciosa para a sociedade quanto os “crimes hediondos” (que preveem prisão antes de esgotados todos os recursos)? Um serial killer, um terrorista ou um torturador contumaz deve merecer tratamento diferenciado, proporcional à gravidade de seus crimes, ao passo que um corrupto provado, que enriqueceu e/ou manipulou o sistema político com recursos pagos pelo conjunto dos cidadãos, deveria ser aliviado pelo mero fato de não ter sujado as mãos em sangue?

Se os acusados pobres não têm como pagar as custas e os honorários dos advogados de ponta – que são os que dominam a matéria jurídica e tem poderosas redes de influência –, o trânsito em julgado serve-lhes menos do que para os cidadãos mais ricos. É uma assimetria, que não deveria prevalecer.

O tema um dia terá de ser enfrentado: poderá haver justiça num sistema que somente garante a liberdade aos que podem pagar advogados caros e trafegar pelas várias instâncias durante longos períodos de tempo? Feitas as investigações, reunidas as provas, ouvidas as perorações das partes e concluído o julgamento nas primeiras duas instâncias, que são as que deliberam sobre crimes e responsabilidades, o que mais poderá ser arguido nos tribunais superiores?

É difícil para o cidadão comum compreender isso. Generaliza-se a sensação de que o sistema beneficia os mais ricos e sanciona a impunidade, com condenações graves não sendo efetivamente cumpridas. Tudo isso é péssimo para a democracia e a ordem social.

Alega-se que a prisão após segunda instância poderá vir carregada de vícios e manipulações. Os que defendem Lula, Eduardo Cunha, Sergio Cabral e José Dirceu, por exemplo, afirmam que eles teriam sido condenados sem provas, ao arrepio da lei, com a marca da perseguição e a nítida intenção de criminalizar a atividade política, desvio maior de que são acusados Sergio Moro e a turma da Lava Jato.

É um debate complicado e pouco transparente, no qual falta respeito pelo sistema de Justiça. Muitos dos que defendem a Constituição são os primeiros a diminuir e colocar sob suspeita os tribunais inferiores. É uma contradição, que se explica menos por aspectos jurisprudenciais ou doutrinários e mais pelo clima belicoso em que nos encontramos. Não é correto que, para inocentar os políticos – com a justificativa de que só teriam cometido deslizes porque estavam fazendo política –, se ponha abaixo todo o sistema ou se desvalorizem os tribunais inferiores. Não é adequado, para o País, que a corrupção de que são acusados tenha de aguardar todos os recursos protelatórios e todas as sessões dos tribunais superiores, num cronograma que pode terminar em prescrição e decurso de prazos.

A Constituição é soberana, mas há algo mal posto no sistema.

O melhor seria que se pudesse rever a Constituição, ao menos neste capítulo específico do código penal e dos direitos fundamentais. Isso, porém, não

acontecerá tão cedo. Faltam condições políticas e a correlação de forças poderia levar a que junto com tal revisão fossem descartadas, com mão de gato, várias outras garantias intrínsecas à ordem política e social.

Houvesse serenidade no País e seria possível chegar a um entendimento mais razoável: respeite-se a Constituição, mas não se a trate como algo que não pode ser interpretado e adequadamente traduzido. É preciso defender Carta Magna, mas ao mesmo tempo proteger as instituições da Justiça, dando a elas uma agilidade, uma justeza e uma transparência que as impeçam de transformar recursos, apelos e postergações em critérios para beneficiar os mais ricos e poderosos.



Marco Aurélio Nogueira

Marco Aurélio Nogueira é um [cientista político](#) brasileiro, doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo e professor de teoria política na Universidade Estadual Paulista.

"A radicalização proposta pelo entorno ideológico do presidente Jair Bolsonaro (PSL) é a principal fonte de preocupação institucional na cúpula das Forças Armadas."

Igor Gielow, 30 oct FSP:

Oficiais-generais da ativa, das três Forças, dizem não haver apoio generalizado a eventuais aventuras repressivas sugeridas pelo grupo.

Os dois mais recentes episódios, envolvendo a publicação do “vídeo das hienas” contra o Supremo Tribunal Federal e a reação à revelação de movimentações de acusados de matar Marielle Franco no condomínio de Bolsonaro, geraram o que um oficial-general definiu como “alta ansiedade”.

O alerta vem circulando desde que o bolsonarismo encampou o discurso de que os protestos no Chile e Equador, a volta do peronismo na Argentina e até o derramamento de óleo no Nordeste fazem parte de uma trama da esquerda que precisa ser combatida.

As teorias conspiratórias chegaram não só aos usualmente falantes filhos presidenciais Carlos e Eduardo, mas também ao general da reserva Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), que hoje está numa frequência bastante diversa daquela registrada na ativa.

Influenciado, Bolsonaro emulou o entorno ideológico e sugeriu que convocaria as Forças Armadas caso houvesse um contágio dos protestos chilenos em ruas brasileiras.

Na sequência, publicou o infame vídeo em que hienas representando o Supremo, a OAB, órgãos de mídia e adversários amorfos como o feminismo, ameaçam o leão personificando o presidente.

Aqui ficou evidente a pressão do grupo ideológico, discípulo do escritor Olavo de Carvalho. Bolsonaro recuou e pediu desculpas ao Supremo, e só ele, pelo vídeo. Mas seu assessor internacional, Filipe Martins, redobrou a crítica em redes sociais mesmo depois da retratação.

Na noite de terça (29), foi a vez do vereador carioca Carlos (PSC) complicar a narrativa presidencial de que a postagem era problema de terceiros com acesso às suas contas. No Twitter, o filho quis defender o pai de críticas, mas sublinhou que a postagem havia sido feita por Bolsonaro —em resumo, o contradisse.

Havia um objetivo não declarado na confusão, que era o de tirar a atenção sobre as ameaças feitas por Fabrício Queiroz, o antigo faz-tudo do clã Bolsonaro que levou a investigações sobre seu último chefe, o hoje senador Flávio (PSL-RJ). Com a revelação do próprio presidente de que já sabia do caso do condomínio, feita nesta quarta, a tática ficou clara.

Antes de o Jornal Nacional veicular a reportagem sobre o caso Marielle, o deputado Eduardo foi à tribuna da Câmara para sugerir que a história se repetiria caso houvesse protestos ao estilo chileno no Brasil. Foi acusado de defender medidas ditatoriais pela oposição.

O grau máximo de tensão veio com a “live” do presidente. Demonstrando o que mesmo aliados consideraram uma apoplexia desnecessária, ele fez críticas à Rede Globo e acusou o governador Wilson Witzel pelo relato em apuração do caso da vereadora assassinada em 2018.

Na manhã desta quarta (30), houve uma tentativa de modulação da crise pelo entorno presidencial, enfocando supostas fragilidades do relato apresentado como prova do distanciamento de Bolsonaro do caso. Falaram os filhos, parlamentares e ministros.

Destoou e manteve o tom conspiratório justamente Heleno. “Tentam criar fato político que desestabilize o país e fomenta violentas manifestações, como as que ocorrem em outros países da América Latina”, escreveu no Twitter, comentando a reportagem.

Há elementos nas Forças Armadas, notadamente no Exército, que compartilham de tal visão. Ela só não é majoritária hoje em instâncias como o Alto-Comando da Força terrestre e é francamente minoritária na Marinha e na Força Aérea.

Chamou a atenção o posicionamento espontâneo do vice-presidente, general da reserva Hamilton Mourão (PRTB), que descartou a gravidade do episódio — assegurando, ao mesmo tempo, que ele prejudica “o serviço”.

Mantido à distância por Bolsonaro e seus filhos, após vários episódios em que se mostrou ostensivamente como ator político mais racional no Planalto, Mourão agora faz um jogo de observação.

Ele não é exatamente querido na ativa do Exército, mas é sempre lembrado em conversas nas quais riscos de ruptura institucionais são mencionados, como “a nossa saída constitucional” —afinal de contas, teve os mesmos votos de Bolsonaro.

A relação dos militares com Bolsonaro, um capitão com histórico de indisciplina reformado, é complexa. No poder, a ala militar no governo perdeu força e integrantes nos embates com os olavistas, com quem fez alianças pontuais, mas também não age em ordem unida.

A ativa associou-se à formação de seu governo, cuja equipe na campanha era coalhada de fardados, a começar por Heleno. Diversos quadros migraram para o serviço civil, incluindo 8 de 22 ministros. Hoje, após as diversas crises com os olavistas, a ativa afastou-se preventivamente do governo, enfatizando seu caráter de ente de Estado.

Um dos que integra o governo é o influente ex-comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas. Mas seu poder é declinante: a postagem pressionando o Supremo na véspera da votação da questão da prisão em segunda instância surtiu críticas, enquanto medida semelhante em 2018 foi vista como gesto de autoridade.

Parte disso diz respeito a Luiz Inácio Lula da Silva, que poderia sair beneficiado nos dois episódios. Villas Bôas sugeriu risco à paz social, mas o fato é que tanto no governo, quanto na ativa, militares já “precificaram” eventual libertação do petista preso por corrupção e lavagem de dinheiro.

Bolsonaro e seu entorno torcem pela libertação de Lula, pois isso manteria o clima de polarização do país, teoricamente o favorecendo.

Se o ex-presidente for beneficiado por uma revogação da prisão após duas instâncias e solto nas próximas semanas, já há militares perguntando se o bolsonarismo radical não irá unir todas essas fios narrativos para instigar confrontos de rua.

Neste caso, o artigo 142 da Constituição é claro sobre a manutenção da lei e da ordem recair sobre os militares, sob ordens civis. É uma armadilha algo inescapável, caso venha a ocorrer como profecia auto-realizável.

46. A falta de limites do presidente

Miriam Leitão - O Globo

O ministro Celso de Mello definiu como “atrevimento sem limites” porque o ministro é um homem educado e sabe o código de conduta no uso das palavras por uma autoridade. O que o presidente Bolsonaro fez ao comparar o STF a uma hiena da alcateia que ataca o “leão conservador e patriota” é muito mais grave do que ele admitiu mesmo no pedido de desculpas. “Foi uma injustiça sim, corrigimos e vamos publicar uma matéria que leva para o lado das desculpas.” É bem mais que uma “injustiça”.

O presidente jurou respeitar a Constituição, e ela reconhece o Judiciário como um dos três poderes, e o STF é o órgão máximo desse poder. Tratá-lo com um achincalhe desrespeitoso em uma molecagem de Twitter é descumprir preceito constitucional. Aquele é um canal oficial do presidente, e portanto é sua palavra. A explicação de que várias pessoas têm acesso aumenta o absurdo da situação. Com a mensagem ele açula os seus seguidores radicais que têm defendido o fechamento do Supremo. Sem Supremo, não temos democracia. Isso significa que ele está fortalecendo um movimento de ameaça à própria democracia.

Cada cidadão é livre para ter críticas às decisões do STF. Os ministros da Corte inclusive divergem entre si. Neste momento de decisão sobre um assunto em que há uma divisão acalorada no país é normal que o foco esteja sobre o Supremo. Os ministros Luis Roberto Barroso, Luiz Fux, Edson Fachin e Alexandre de Moraes acham que deve-se manter o cumprimento da pena após a condenação em 2ª instância, argumentando que neste ponto o mérito já terá sido julgado e revisto por um colegiado. E que os recursos protelatórios têm sido a arma do crime de colarinho branco para a impunidade. A ministra Rosa Weber, o relator Marco Aurélio Mello e o ministro Ricardo Lewandowski sustentam ser incontornável o princípio constitucional do cumprimento da pena só após o trânsito em julgado.

A favor de Barroso, Fux, Fachin e Moraes existe o fato de que essa interpretação extrema de trânsito em julgado, apenas após o último recurso da última instância, não é seguida em inúmeros países democráticos. E vai favorecer a impunidade da elite, num momento crucial do combate à corrupção. Há muito que cada pessoa pode considerar sobre tudo o que está sendo julgado. Está ficando claro que a possibilidade maior é de que prevaleça o entendimento de que não pode haver cumprimento da pena após a 2ª instância. Neste caso, fica ainda mais grave essa postagem do presidente Bolsonaro, porque ele já está elevando a temperatura dos correligionários radicais que têm atacado o Supremo em cada contrariedade. Essa é apenas mais uma postagem ou declaração polêmica. Coincidentemente, elas saem sempre que o governo está em apuros para explicar, por exemplo, o caso Queiroz.

A mensagem foi apagada, e o presidente disse que foi um erro. Porém, nada atenua o que foi postado. Presidentes não têm palavras extraoficiais, nem declarações para serem apagadas como se não tivessem sido feitas. O governante tem que saber como se comporta. No início, alguns diziam que haveria uma curva natural de aprendizado. Dez meses depois, qual é a parte que o presidente Jair Bolsonaro não entendeu sobre como funciona uma república democrática com independência dos poderes?

Bolsonaro é definido no filme como um conservador patriota. Aí também cabe reparos. Pode-se ser conservador, liberal, progressista. Há liberdade de opinião. Mas a melhor palavra para definir certos valores e comportamentos do presidente é reacionário. Tecnicamente, reacionário é aquele que defende um mundo que já morreu e gostaria de trazê-lo de volta. Suas manifestações de saudosismo e de defesa da ditadura militar se enquadram nessa definição.

Sobre o patriotismo, no sentido de amor ao Brasil, ele não é monopólio de conservadores, muito menos de um grupo político. Essa terra comum que nos abriga é um legado de todas as pessoas que integram o grande mosaico étnico, de classe social, de idade, de regiões, de convicções políticas, de orientação sexual, de crenças. Populistas manipulam o sentimento nacional para confundir o amor à Pátria com o apoio a um governo. Autoritários definem-se como reis da selva. Democratas entendem os limites institucionais e convivem com as diferenças de pensamento.

BLOGS.OGLOBO.GLOBO.COM

A falta de limites do presidente | Míriam Leitão - O Globo

O ministro Celso de Mello definiu como “atrevimento sem limites” porque o ministro é um homem educado e sabe o código de conduta no...

[Wanderley Diniz](#)

17 h ·

UOL

.

Na mesma linha do Josias, Leonardo Sakamoto escarafuncha o caso Marielle e suas ligações com o clã bolsonariano, o que levou o presidente a surtar em Riad. Estabelece ligação com o caso Collor, que surtou quando do depoimento de um motorista, o que acabou por detoná-lo. Sai o motorista, entra o porteiro... Não deixe de ler.

FINANCIAL – Surtou

[Nilton Fernando](#)

20 h ·

Bolsonaro surtou. Não há definição melhor para descrever o comportamento do presidente da República, durante uma live realizada na Arábia Saudita, após ver seu nome mencionado na

investigação sobre a execução da vereadora Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes. De acordo com reportagem do Jornal Nacional, desta terça (29), a portaria do condomínio do presidente registrou a entrada de um dos acusados de envolvimento no crime, que teria afirmado que visitaria a casa de Bolsonaro, mas acabou indo para a residência de outro acusado - vizinho do presidente. Isso ocorreu no dia das mortes, 14 de março de 2018.

Na live, o tom foi subindo à medida em que seu discurso avançava – ou, melhor, a cada vez que ele colocava os óculos e lia a orientação de alguém que estava por trás da câmera do celular. Ou seja, teve indignação, mas também teve destempero calculado. Xingou e ameaçou a TV Globo, acusou o governador do Rio, Wilson Witzel de ter vazado o depoimento, bradou que não o deixam governar. Chegou ao ponto de dizer que “não tinha motivo nenhum para matar quem quer que seja no Rio de Janeiro”. Vale, aliás, perguntar ao presidente quais seriam os motivos que justificam matar alguém.

A reação foi inesperada mesmo para um político que vive da excitação de seus seguidores no intuito de garantir uma constante guerra política; mesmo para alguém que usa sistematicamente cortinas de fumaça chamando atenção para o espetáculo e desviando do foco dos problemas; mesmo para um Bolsonaro.

Considerando que ele estava na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia do ocorrido, poderia usar de ironia, sarcasmo e cinismo para rebater a conexão, como já fez em outros momentos? Desta vez, não. Agora, trata-se do principal caso de homicídio político com investigação em curso no país. No qual o “Escritório do Crime”, milícia acusada de executar Marielle e Anderson, a mando, tem entre seus líderes um amigo de Fabrício Queiroz (BFF de Jair), amigo cuja mãe e esposa "trabalhavam" para Flávio Bolsonaro. Flávio, que foi o mais bem votado no território da milícia, Rio das Pedras.

A irritação do presidente serve para engajar ainda mais seus fiéis seguidores, mas é péssimo para a imagem pública de quem quer se mostrar acima de qualquer suspeita. Seria de interesse dele resolver a questão o quanto antes, mas o surto indica algo além. Comprovando-se verdadeiro o depoimento e os registros escritos, o capitão quer proteger alguém de sua família? Ou expor alguém? Afinal, ele passa tempo demais dizendo que querem pegar seus filhos, apesar da reportagem não citar nenhum deles.

Bolsonaro, em sua live, isentou o porteiro de responsabilidade, dizendo que ele pode ter assinado o depoimento sem entender direito o que estava fazendo. A grande maioria dos porteiros são trabalhadores incansáveis e discretos. Sabem quem entra, quem vai, quem fica, quem sai – e por quanto tempo.

(Leia a íntegra do texto no post do blog)

COLUNA

47. O empoderamento dos idiotas



Ayrton Centeno 30 de Outubro de 2019 às 15:06

Ouçá o áudio:

Baixar



"No Brasil dos Bolsonaro, o idiota bate no peito e proclama seu estado superior de estupidez"
/ Tânia Rego/Agência Brasil

Tornar-se idiota virou uma das maneiras de subir na vida

Quando alguém, dentro de algum tempo, for estudar o que nos aconteceu, talvez chame esta página infeliz da nossa história de “Era da Ignorância”. Motivos para tanto abundam, com o perdão da palavra. Mas será impreciso. Acontece que, gêmeo univetelino da burrice em questão, existe o poder exercido pelos boçais. É uma idiotia empoderada.

O Brasil já sofreu com cretinices, mas nunca antes neste país os idiotas conseguiram implantar uma idiocracia. Fazem da sua condição motivo de soberba. Orgulham-se da sua estupidez. Transformam-na numa cruzada, buscando salvar as almas de quem ainda não se converteu às trevas. Todos devem aderir à asnice hegemônica. É uma questão de poder, mas também de fé.

Fé, afinal de contas, é imprescindível para o idiota acreditar no que quer acreditar. Que a Terra é plana, que a crise do clima é uma conspiração comunista, que o nazismo era de esquerda, que meninas enfiam crucifixos na vagina, que Lula é o sujeito mais rico do Brasil, que “forças do mal” celebram a vitória do peronismo dos Fernández, que Jesus Cristo frequenta goiabeiras. Tudo sem uso de ácido lisérgico.

Tornar-se idiota virou uma das maneiras de subir na vida. Sem ler, sem pensar, sem fazer força. No Brasil dos Bolsonaro, o idiota bate no peito e proclama seu estado superior de estupidez. Ser idiota virou projeto de vida, sonho de realização e até bom partido. “Veja, ela se casou com aquele idiota e hoje ele é ministro...”, alguém dirá.

A idiotice é empoderada, sobretudo, de cima para baixo. Não há outra explicação, por exemplo, para o derramamento de besteiro pelo presidente ao tratar da catástrofe com óleo no Nordeste. Tampouco para se idealizar como leão em postagem ridícula. Funciona como exaltação da asneira e avacalhado geral do país.

O surto de idiotice preserva certa simpatia na imprensa empresarial. Só prospera com a bênção do olhar cúmplice ou complacente do noticiário. Que costuma definir tais figuras como “polêmicas”, bela maneira de tratar o leitor como idiota. Assim, um ministro sem noção atribui uma tragédia ambiental ao Greenpeace e é chamado de “polêmico”. Se culpasse o monstro de Loch Ness o adjetivo não mudaria, embora o sentido da existência de qualquer imprensa, de qualquer época, seja o de considerar tal personagem como inepto e irresponsável, adjetivos necessários e esclarecedores.

À mídia cai melhor enturmar-se com a trupe palaciana para aligeirar o processo de devastação do patrimônio público, mesmo que precipite o regresso ao Brasil Colônia. Não é novidade. Assim operou sob FHC, quando tratou as privatizações como unguento capaz de sanar todos os males, de erisipela a dor de dente. Hoje, cupincha de algo ainda pior, descreve a reforma da Previdência como a escadaria para o paraíso. Abdicou de seu papel de iluminar a cena nacional para se dedicar ao esforço de aumentar a produção nacional de idiotas, empoderados ou não.

Edição: João Paulo Soares - BRASIL DE FATO 31 OCT

48. Brasil não precisa ficar rico para dar salto de qualidade na educação, diz diretor da OCDE

Nathalia PassarinhoDa BBC News Brasil em Londres

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45657049>

- **Leia nossas outras reportagens sobre possíveis lições que o mundo pode oferecer para a Educação brasileira:**

Como oportunidades iguais a ricos e pobres ajudaram Finlândia a virar referência em educação

As lições para a Educação do país em que pedreiros estudam por até 4 anos e ganham salários de R\$ 20 mil

Salários altos, prestígio, apoio ao estudo: as lições dos países que tratam bem seus professores

Continência, 'inspeção de cabelo' e tutoria de PMs: a rotina em uma escola com regras e disciplina militares

O modelo 'linha dura' de educação que pôs um pequeno país asiático no topo de ranking mundial

Ocde quer mais atenção para os jovens

<https://tvi24.iol.pt/videos/ocde-quer-dar-mais-voz-aos-jovens-na-educacao/5b1274380cf29778fd200230>

O empoderamento dos idiotas

https://www.brasilefato.com.br/2019/10/30/o-empoderamento-dos-idiotas/?fbclid=IwAR3qjX7aoOvO_WleUH93chaPhaWKlv-5FcGzuBaiYcgWiASgwDXvmCJInr8

Ayrton Centeno 30 de Outubro de 2019 às 15:06

"No Brasil dos Bolsonaro, o idiota bate no peito e proclama seu estado superior de estupidez" / Tânia Rego/Agência Brasil

Tornar-se idiota virou uma das maneiras de subir na vida

Quando alguém, dentro de algum tempo, for estudar o que nos aconteceu, talvez chame esta página infeliz da nossa história de "Era da Ignorância". Motivos para tanto abundam, com o perdão da palavra. Mas será impreciso.

Acontece que, gêmeo univitelino da burrice em questão, existe o poder exercido pelos boçais. É uma idiotia empoderada.

O Brasil já sofreu com cretinices, mas nunca dantes neste país os idiotas conseguiram implantar uma idiocracia. Fazem da sua condição motivo de soberba. Orgulham-se da sua estupidez. Transformam-na numa cruzada, buscando salvar as almas de quem ainda não se converteu às trevas. Todos devem aderir à asnice hegemônica. É uma questão de poder, mas também de fé.

Fé, afinal de contas, é imprescindível para o idiota acreditar no que quer acreditar. Que a Terra é plana, que a crise do clima é uma conspiração comunista, que o nazismo era de esquerda, que meninas enfiam crucifixos na vagina, que Lula é o sujeito mais rico do Brasil, que “forças do mal” celebram a vitória do peronismo dos Fernández, que Jesus Cristo frequenta goiabeiras. Tudo sem uso de ácido lisérgico.

Tornar-se idiota virou uma das maneiras de subir na vida. Sem ler, sem pensar, sem fazer força. No Brasil dos Bolsonaros, o idiota bate no peito e proclama seu estado superior de estupidez. Ser idiota virou projeto de vida, sonho de realização e até bom partido. “Veja, ela se casou com aquele idiota e hoje ele é ministro...”, alguém dirá.

A idiotice é empoderada, sobretudo, de cima para baixo. Não há outra explicação, por exemplo, para o derramamento de besteiro pelo presidente ao tratar da catástrofe com óleo no Nordeste. Tampouco para se idealizar como leão em postagem ridícula. Funciona como exaltação da asneira e avacalhação geral do país.

O surto de idiotice preserva certa simpatia na imprensa empresarial. Só prospera com a bênção do olhar cúmplice ou complacente do noticiário. Que costuma definir tais figuras como “polêmicas”, bela maneira de tratar o leitor como idiota. Assim, um ministro sem noção atribui uma tragédia ambiental ao Greenpeace e é chamado de “polêmico”. Se culpasse o monstro de Loch Ness o adjetivo não mudaria, embora o sentido da existência de qualquer imprensa, de qualquer época, seja o de considerar tal personagem como inepto e irresponsável, adjetivos necessários e esclarecedores.

À mídia cai melhor enturmar-se com a trupe palaciana para aligeirar o processo de devastação do patrimônio público, mesmo que precipite o regresso ao Brasil Colônia. Não é novidade. Assim operou sob FHC, quando tratou as privatizações como unguento capaz de sanar todos os males, de erisipela a dor de dente. Hoje, cupincha de algo ainda pior, descreve a reforma da Previdência como a escadaria para o paraíso. Abdicou de seu papel de iluminar a cena nacional para se dedicar ao esforço de aumentar a produção nacional de idiotas, empoderados ou não.

49. Ficar furioso nada resolve, Seu Jair

FB 30 de outubro às 13:11 - *Milton Saldanha, jornalista*

Sempre tudo começa com um porteiro, caseiro ou motorista. São as pessoas invisíveis, imaginadas como improváveis num processo histórico. Mas podem ser a ponta do novelo de alguma investigação que leve até ao impeachment de um presidente. Aqui falando em tese, sem afirmar nem antecipar nenhum juízo sobre o caso que neste momento impacta o Brasil. Seu Jair ficou desesperado, perdeu a calma, e colocou o humilde porteiro como suspeito de uma trama para derrubá-lo. Jogou suspeitas também sobre um delegado, além de apontar o governador Witzel como autor do vazamento da investigação.

Ora, se o presidente não tem prudência e se defende acusando, completamente descontrolado, não terá moral para criticar quem faz o mesmo com ele. Acusação sem prova é nula juridicamente. Ainda que gente como Moro não costume levar isso em conta. O pobre homem certamente está assustado, e tudo que se espera é que tenha um bom advogado a orientá-lo, para que não caia em armadilhas, além da devida proteção policial para preservar sua vida. Porque estamos falando de milícia, um braço do crime organizado que está bem armado e não pensa em nada quando acha que tem que puxar o gatilho. O bando de Al Capone seria de calouros quando comparado a eles. As famílias de Marielle e do seu motorista Anderson Gomes que o digam. Pessoas de uma mesma família geralmente têm um timbre de voz parecido. Parece-me evidente que o porteiro confundiu a voz de quem o atendeu no interfone, achando que era Seu Jair. E quem atendeu se passou por ele, sem desfazer o equívoco. Só alguém muito mau caráter acharia que um humilde porteiro, que chama o presidente de Seu Jair, articularia uma acusação para abalar o governo. É claro que tudo é verdade. O centro da investigação é identificar quem foi essa pessoa na casa de Bolsonaro. Onde é de se supor não entre qualquer um. Que sabia que um bandido estava entrando no condomínio, para se juntar aos demais e dali partir para assassinar covardemente Mariele e Anderson. Com todos os requintes de um planejamento de bandidos profissionais. Se o Seu Jair tem ou não a ver com isso é outro assunto, que compete à polícia investigar. Neste momento a palavra dele, esbravejando ou sendo sereno, em nada difere da palavra do Zé da esquina: tem que investigar. Seja ele o presidente, ou o Zé. Porque sua casa está no cenário que antecede o crime, goste ou não. Sobretudo porque as relações da família Bolsonaro com milicianos não é uma peça de ficção. Está provada de A a Z, numa lista de fatos, com fotos e condecorações públicas, além de nomeações no âmbito parlamentar. O fato concreto é que alguém dentro da casa do presidente da República teve ligação com o crime, direta ou indireta. Ou, na mais branda das hipóteses, mas de extrema gravidade, ficam comprovadas relações de amizade com bandidos. Caso contrário ninguém autorizaria e entrada e livre circulação no condomínio. Mas a grande questão, que já levantei em tempos recentes, é que ninguém

tenham investigado os vizinhos do presidente no condomínio. Como é possível que o presidente do País more ao lado de bandidos notórios, caras expulsos da PM carioca, com fichas sobre seus crimes? Ninguém precisa ser expert em segurança para perceber que isso não tem qualquer lógica. Não bate. É para pensar, e muito. Para finalizar, querer colocar a Globo como agente de uma trama para prejudicar o presidente não resiste a qualquer análise. Um desatino. E pior: com ameaça de retaliação, na renovação da concessão. Se o presidente vai ser rígido no cumprimento da lei não estará fazendo nada mais que sua obrigação. Estranho seria o contrário. A Globo faz jornalismo. Se agrada, ou desagrada, é critério exclusivo do julgamento e sentimento de cada telespectador. Mas é jornalismo. Se a Globo se calasse, como fariam Record e SBT, não seria jornalismo. Aí sim seria crime e mera sonegação dos fatos à opinião pública. À qual, por direito constitucional, num regime democrático, interessa tudo que ocorra nesta República.

50. General Heleno sinaliza ditadura bolsonarista em coro com discurso de Eduardo Bolsonaro na Câmara

<https://revistaforum.com.br/politica/bolsonaro/general-heleno-sinaliza-ditadura-bolsonarista-em-coro-com-discurso-de-eduardo-bolsonaro-na-camara/?fbclid=IwAR340wy9PRQYoSgINo1UHI8egfHKfAJIV7A6R0Bkyhy4riiuCNI7t1-rTTw>

Plínio Teodoro Jornalista, editor de Política da Fórum, especialista em comunicação e relações humanas. - 30 DE OUTUBRO DE 2019, 09H13

Em tuítes, ministro mais próximo de Bolsonaro acusa Globo de desestabilizar o presidente e relaciona denúncia sobre caso Marielle Franco com protestos na América Latina. "O povo brasileiro não permitirá que atinjam seus nefastos propósitos", ameaçou



Augusto Heleno ao lado de Eduardo Bolsonaro em audiência na Câmara (Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados)

Por Plínio Teodoro

Ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), General Augusto Heleno relacionou as denúncias sobre o envolvimento de Jair Bolsonaro no assassinato da vereadora Marielle Franco aos protestos contra o neoliberalismo que acontecem em vários países da América Latina para sinalizar que uma nova ditadura pode ser implantada no Brasil.

Em discurso que remete ao regime militar, Heleno disse que “o povo brasileiro” não permitirá a “volta de privilégios”.

“Tentam criar fato político q desestabilize o País e fomenta violentas manifestações, como as q ocorrem em outros países da América Latina. Não querem o bem do Brasil, desejam apenas a volta dos seus privilégios. O povo brasileiro não permitirá q atinjam seus nefastos propósitos”, tuitou Heleno.

[General Helen](#)

Tentam criar fato político q desestabilize o País e fomenta violentas manifestações, como as q ocorrem em outros países da América Latina. Não querem o bem do Brasil, desejam apenas a volta dos seus privilégios. O povo brasileiro não permitirá q atinjam seus nefastos propósitos.

Um dos ministros mais próximos a Jair Bolsonaro, Heleno também atacou a Globo, a quem acusa de “desestabilizar o presidente”.

“Rede Globo, sensacionalista, ignorou a ética, a honestidade intelectual e os fatos para tentar ligar o Pres Rep ao caso

Marielle. Usou, levianamente, o depoimento de um porteiro, com o objetivo de desestabilizar o Pres Bolsonaro a qualquer custo”, afirmou.

General Heleno

Rede Globo, sensacionalista, ignorou a ética, a honestidade intelectual e os fatos para tentar ligar o Pres Rep ao caso Marielle. Usou, levianamente, o depoimento de um porteiro, com o objetivo de desestabilizar o Pres Bolsonaro a qualquer custo.

Eduardo Bolsonaro

Enquanto o Jornal Nacional, da Rede Globo, divulgava, nesta terça-feira (29), para todo o Brasil, reportagem dando conta de um suposto envolvimento de Jair Bolsonaro e sua família com os assassinatos de Marielle Franco e de Anderson Gomes, Eduardo Bolsonaro fazia ameaças na Câmara.

Durante discurso no Plenário, o líder do PSL na Casa declarou que se o povo brasileiro seguir o exemplo dos chilenos, e ocupar as ruas contra o governo, em protestos intensos, a ditadura militar vai se instalar novamente no Brasil.

“Não vamos deixar isso aí vir pra cá. Se vier pra cá, vai ter que se ver com a polícia. E se eles começaram a radicalizar do lado de lá, a gente vai ver a história se repetir. Aí é que eu quero ver como a banda vai tocar”, disse, sob protestos e vaias do Plenário.

Notícias relacionadas

- [Bebianno se junta a Frota no PSDB para ajudar Doria e "impedir ditadura bolsonarista"](#)

51. **“Deus acima de todos é expressão fascista que esconde sede de poder”**

<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/deus-acima-de-todos-e-expressao-fascista-que-esconde-sede-de-poder/?fbclid=IwAR1Wtsnr8XQFp9J0lvS3bvNTIzwdpBfRDrtWk6YM6d4ZTgh10bBDM8JZP74>

ALEXANDRE PUTTI- 30 DE OUTUBRO DE 2019



PASTOR HENRIQUE VIEIRA

Henrique Vieira vai contra o conservadorismo cristão e prega o amor e a aceitação acima de qualquer coisa

“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos.” Já em sua campanha residencial, o ex-capitão Jair Bolsonaro mostrava sua linha. Quase tudo “em nome de Jesus”. Muitos religiosos o seguiram no discurso. Foto com arminha dentro de igreja e manifestações de ódio contra LGBTs, mulheres e negros foi algo que veio, com certa naturalidade, na sequência.

PUBLICIDADE

Assim caminha o Brasil, em um casamento da religião cega com o conservadorismo. E dessa união nefasta surgem também vozes potentes e esclarecidas. De resistência. Como a do pastor carioca Henrique Vieira. O evangélico, que é líder da Igreja Batista do Caminho, rema contra a maré atual e defende uma igreja progressista e aliada aos direitos humanos.

Para o pastor, o slogan de Bolsonaro é uma expressão fascista. É a projeção do presidente sobre Deus. “Ele usa essa expressão para esconder uma sede de poder e arrogância. Deus está ao lado do povo e não acima”, afirma Henrique.

O pastor, que falou com exclusividade a *CartaCapital*, defende o direito das minorias e prega que igreja seja um local de aceitação. “Precisamos perceber o grito de Deus nos rostos daqueles que sofrem. Fico imaginando Jesus olhando para essas pessoas e falando: eles não entenderam nada.”

Assista à entrevista:

Muito obrigado por ter chegado até aqui...

... Mas não se vá ainda. Ajude-nos a manter de pé o trabalho de **CartaCapital**.

O jornalismo vigia a fronteira entre a civilização e a barbárie. Fiscaliza o poder em todas as suas dimensões. Está a serviço da democracia e da diversidade de opinião, contra a escuridão do autoritarismo do pensamento único, da ignorância e da brutalidade. Há 24 anos **CartaCapital** exercita o espírito crítico, fiel à verdade factual, atenta ao compromisso de fiscalizar o poder onde quer que ele se manifeste.

Nunca antes o jornalismo se fez tão necessário e nunca dependeu tanto da contribuição de cada um dos leitores. Seja **Sócio CartaCapital**, assine, contribua com um veículo dedicado a produzir diariamente uma informação de qualidade, profunda e analítica. A democracia agradece.

ALEXANDRE PUTTI

Repórter do site de CartaCapital

CONOMIA

52. Medidas de Guedes são boas aos ricos e têm tudo para afundar o Brasil

[https://www.cartacapital.com.br/economia/medidas-de-guedes-sao-boas-aos-ricos-e-tem-tudo-para-afundar-o-](https://www.cartacapital.com.br/economia/medidas-de-guedes-sao-boas-aos-ricos-e-tem-tudo-para-afundar-o-brasil/?fbclid=IwAR22J1drJjE8jC1I3IIVnnDeOlv-LLwi9y0Mhm-qOA1gPtd8FHa7TQS6E#.XU4AF_PSw6Q.facebook)

[brasil/?fbclid=IwAR22J1drJjE8jC1I3IIVnnDeOlv-LLwi9y0Mhm-qOA1gPtd8FHa7TQS6E#.XU4AF_PSw6Q.facebook](https://www.cartacapital.com.br/economia/medidas-de-guedes-sao-boas-aos-ricos-e-tem-tudo-para-afundar-o-brasil/?fbclid=IwAR22J1drJjE8jC1I3IIVnnDeOlv-LLwi9y0Mhm-qOA1gPtd8FHa7TQS6E#.XU4AF_PSw6Q.facebook)



CARLOS DRUMMOND - **3 DE AGOSTO DE 2019**

Os planos do ministro têm cifras tiradas da cartola, desejos e ideias sem articulação e vastas elucubrações

Empolgado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, enalteceu na quarta-feira 24 a liberação de recursos do FGTS e do PIS-Pasep e outras medidas da pasta e atacou aqueles que o consideram incapaz de apresentar um plano econômico. Que ninguém se engane, entretanto, com a jactância do ministro, pois o Brasil continua sem um plano econômico digno do nome e cada vez mais longe da retomada do crescimento, muito menos do desenvolvimento, argumentam economistas das melhores universidades do País.

A obra da equipe econômica inclui aspectos pontuais defensáveis, mas no todo é ineficaz, contraproducente e mais se parece com um “antiplano” econômico, criticam os economistas José Augusto Gaspar Ruas e Saulo Abouchedid, professores da Facamp, de Campinas. Eficácia, se existe, está no favorecimento inequívoco dos ricos e no esmagamento dos mais pobres.

A revista *Veja* considera, entretanto, as medidas anunciadas até agora por Guedes como capazes de “impulsionar de vez o crescimento e tirar o Brasil do atraso”, como consta na matéria de capa que reuniu as decisões do governo na

área econômica sob a designação “Plano Guedes”. Segundo a reportagem, o conjunto proporcionaria um ganho total de 4,59 trilhões de reais. “Eu não sei quem está fazendo a conta desse jeito. Espero que seja a *Veja* e não a equipe do governo, porque, senão, a situação é muito pior do que se pensa em termos de competência”, dispara a economista Leda Paulani, professora titular da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.

► **Leia também:**

- **Paulo Guedes alega celular hackeado após entrar no Telegram: 'Bandidos'**
- **Descrentes com política econômica, industriais minam Paulo Guedes**
- **"Vocês acham que eu vou brigar para ficar aqui?", ameaça Paulo Guedes**

“Eles fazem contas como donas de casa, confundem a economia nacional com a economia doméstica. A diferença é que as donas de casa são eficientes, porque haja milagre para viver com rendimentos tão baixos, que é a situação da maior parte das famílias. Já as equipes de economistas liberais conseguem afundar a economia de um país em três tempos”, sublinha Paulani. “Outra coisa é que essa conta do jeito que está feita mistura alhos com bugalhos o tempo todo. Ela soma queda da Selic (que representa ganho para o governo – ele gasta menos), com redução de impostos (que representa perda para o governo – ele recebe menos). Põe na mesma conta medidas que mexem com os fluxos (como a queda da Selic e a própria reforma da Previdência) com medidas que mexem com os estoques de ativos da economia (a liberação do compulsório, as privatizações).”

Espanta a incompreensão absoluta dos rumos da tecnologia e da indústria

O plano de Guedes “tira umas cifras da cartola, e as estimativas de impacto na economia, principalmente as de médio e longo prazo, são muito duvidosas”, chama atenção o economista André Biancarelli, da Unicamp. É o que sugerem também alguns exemplos destacados pelo economista Felipe de Holanda, professor da Universidade Federal do Maranhão. “A proposta de governo digital contribui para a redução do custo de transações das empresas e indivíduos, mas teria um impacto tão vasto, de 400 bilhões de reais, em dez anos? Onde estão as simulações? A reforma da Previdência, segundo a matéria da *Veja*, proporcionaria economia de 1,35 trilhão de reais no mesmo prazo, mas estimativas dos impactos fiscais do texto aprovado apontam para cerca de 900 bilhões em dez anos. Além disso, deverão ocorrer novas concessões nas próximas etapas da tramitação e ainda é preciso considerar que os governos estaduais e municipais podem ficar de fora da reforma a ser aprovada.” Cabe lembrar que Guedes jamais revelou a memória de cálculo do projeto do governo para a Previdência nem o custo para implementação de um regime de capitalização, proposta derrubada no primeiro turno. A cartola parece mesmo descomunal.



A LIBERAÇÃO DO FGTS SERVIRÁ, PREVEEM OS ECONOMISTAS, MAIS PARA PAGAR DÍVIDAS DO QUE PARA ESTIMULAR A ECONOMIA, MAS GUEDES ENALTECE A PRÓPRIA OBRA (FOTO: MARCELO CAMARGO/ABR)

“O ‘Plano Guedes’ é um ‘antiprojeto’, parte da concepção de que a construção do futuro do nosso país não está ao nosso alcance e que apenas o livre-mercado pode conduzir para algo melhor. A implementação dessa ‘antiagenda’ aferra-se à extinção dos instrumentos de ação econômica e social construídos durante décadas de luta pelo povo brasileiro. Os resultados são previsíveis: incapacidade de recuperar o crescimento econômico necessário, aprofundamento da fragilidade e instabilidade econômica e das desigualdades sociais e regionais”, acusam Ruas e Abouchedid.

“Não existe no guarda-chuva neoliberal do ministro da Economia um plano digno desse nome. Esse soi-disant ‘Plano Guedes’ é na realidade um conjunto de desejos e ideias, sem articulação de elementos e com vastas elucubrações de resultados que não passam de meras intenções sem nenhuma evidência de meios e fins. Esse conjunto de ideias não tem de modo algum o condão de dar partida a um ciclo de crescimento e de eliminar o desemprego. São medidas para cumprir um calendário neoliberal carcomido, já varrido do mapa pela crise financeira de 2008 e das novas circunstâncias e tendências da economia mundial”, diagnostica o empresário e advogado André Araújo.

► ***Leia também:***

- **Não convém acelerar o programa de Paulo Guedes com liberação de FGTS**

As medidas de médio e longo prazo são centradas, na maior parte, na redução do tamanho do Estado. “É certo que há necessidade de desburocratizar a atividade empresarial, bem como promover a automatização de procedimentos e atendimento nas atividades governamentais. Também é inequívoco que há necessidade de uma estrutura tributária mais eficiente e de uma Previdência Social que leve em conta o novo contexto demográfico. Espanta, contudo, uma incompreensão absoluta sobre os rumos tecnológicos e da concorrência industrial, a evolução previsível no mundo do trabalho e a necessidade de pensar as questões sociais como eixo para um mercado consumidor robusto e capaz de garantir um crescimento econômico sólido”, chamam atenção Ruas e Abouchedid.



PRIVATIZAÇÕES COMO A DA BR DISTRIBUIDORA SÃO BRUTAL TRANSFERÊNCIA DE PATRIMÔNIO PÚBLICO E A DESNACIONALIZAÇÃO DA EMBRAER TENDE A RETIRÁ-LA DO PAÍS. (FOTO:

A lacuna enorme e indesculpável identificada pelos economistas da Facamp evidencia-se nestas considerações de André Araújo: “Um plano econômico que faça sentido tem de ter metas definidas e explicitar o mecanismo para atingi-las. O Brasil teve planos bem-sucedidos, como os dos presidentes Juscelino Kubitschek, de ‘50 anos em 5’, e Ernesto Geisel, que tornou possível o pré-sal. Guedes deveria ter uma estratégia de crescimento baseada em investimentos do Estado em infraestrutura, não adianta pretender que particulares façam isso com a dimensão e o prazo que o País necessita, lembrando que toda a infraestrutura dos EUA, tudo, menos energia, é estatal: portos, aeroportos, rodovias, metrô, moradia popular, água e esgoto.

No mundo todo quem constrói infraestrutura é o Estado, uma ou outra coisa pode ser concedida depois de pronta, mas só por exceção particulares constroem aeroportos e rodovias. A infraestrutura é necessária por si só, mas no processo de sua construção gera renda, demanda e crescimento. As

fábricas de cimento do Brasil estão com 70% de ociosidade, assim como aço, brita, e, principalmente, mão de obra, ociosidade fatal para o crescimento. São fatores de produção em que já foi feito o investimento e, ao não render nada, têm um altíssimo custo econômico para o País”, critica o empresário e advogado.

Os projetos de infraestrutura anunciados pelo governo, mais aqueles em andamento e ainda os feitos sem projeto, a exemplo de manutenção de ruas, somam, entretanto, apenas 80 bilhões até 2022, segundo o jornal Valor, um montante irrisório diante da necessidade de investimentos de ao menos 284 bilhões anuais nos próximos dez anos para o País suprir as necessidades mais prementes no setor, conforme cálculo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib).

As ideias de Guedes não têm o condão de dar partida ao crescimento

Só uma dose incomensurável de boa vontade ou de fé permitiria acreditar nas virtudes atribuídas aos planos de Guedes, sugere esta retrospectiva desde o governo Temer: “Antes da primeira aprovação na Câmara dos Deputados, diziam que a reforma da Previdência seria a solução para o crescimento, assim como o afastamento da presidenta Dilma Rousseff, a Emenda Constitucional nº 95/2016 do teto de gastos, a reforma trabalhista, mas, ao contrário, todas essas medidas destroem a Constituição, pioram a distribuição de renda e são recessivas”, sublinha a economista Esther Dweck, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O necessário, neste momento, diz, é mais Estado, e não menos, isso já é quase unanimidade fora do Brasil. “É preciso mais demanda para ocupar a capacidade ociosa, recuperar os empregos e acionar os canais de consumo. Um plano de investimento público e mais formas de redistribuição de renda, como a reforma tributária progressiva, aumento do Bolsa Família, seguro-desemprego e aumento real do salário mínimo, seriam a forma de realmente recuperar o crescimento.”

PUBLICIDADE

Grandes danos advirão das privatizações, adverte André Araújo. “Trata-se de brutal transferência de patrimônio público para o mercado financeiro, sem criação de riqueza nova e que irá gerar mais e não menos desemprego. Achar que privatização produz crescimento é matéria de fé, por si só é neutra, mas a curto prazo produz enxugamento de folhas e, portanto, mais desemprego e não tem por que produzir crescimento só porque é privado. A Eletropaulo foi vendida com 27 mil empregados e dois anos depois da privatização tinha menos de 4 mil, os serviços aos clientes pioraram de forma absurda, com bairros sem luz por até quatro dias, algo que nunca ocorreu quando era estatal.

As privatizações tampouco pressupõem gestão ótima, pois grande parte dos primeiros compradores são fundos e pretendem ganhar dinheiro revendendo a empresa depois do enxugamento. Grandes privatizações como Eletropaulo, CPFL, Light Rio, Brasil Telecom, Oi, Celmar, Elektro foram revendidas pelo arrematante original, serviram de ‘ativo especulativo’. Ganharam todos – investidores, bancos intermediários, advogados, avaliadores –, menos o País, a economia, os empregados e os consumidores.”

53. Nas entrelinhas: Fora de ordem

<http://blogs.correiobraziliense.com.br/azedo/nas-entrelinhas-fora-de-ordem/?fbclid=IwAR2g834v-EJ0K3YmEc-QBLCBnz1LWg3zJRiuOXEaoPMM4SvzqCgIXq8sKRI>

Publicado em 29/10/2019 - 08:35 Luiz Carlos Azedo

“A rigor, ninguém sabe muito bem o que vai acontecer na Argentina e no Chile. O melhor mesmo é tentar entender o que se passa por aqui. Na verdade, somos muito diferentes”

A velha canção de Caetano Veloso me vem à lembrança por causa do refrão: “Alguma coisa/ Está fora da ordem/ Fora da nova ordem/ Mundial...(Várias vezes)”. Ela fala do pequeno traficante nas ruínas de uma escola em construção, de meninos e meninas ganindo para a lua, de crianças que mordem os canos de pistolas, dos ianomâmis na floresta... Mas não perde o otimismo: “Eu não espero pelo dia/ Em que todos/ Os homens concordem/ Apenas sei de diversas/ Harmonias bonitas (...)”

“Aqui tudo parece/ Que era ainda construção/ E já é ruína”, porém, adverte o poeta. A crise do governo Sebastián Piñera, no Chile, e a vitória eleitoral do peronista Alberto Fernández, na Argentina, embaralharam o jogo político na América do Sul e, como a música, provocam reflexões sobre o que pode acontecer no Brasil. Estamos diante de uma espécie de El Niño político. O fenômeno climático é provocado por um aquecimento anormal das águas de superfície do oceano Pacífico Equatorial, na altura do Peru, que influencia o clima no Brasil e todo o Cone Sul.

Com a aprovação da reforma da Previdência e a expectativa de que um pacote de medidas administrativas e fiscais do governo está para ser anunciado, havia muito otimismo no mercado em relação ao início de um novo ciclo de expansão da economia, moderado, mas consistente. A crise do Chile, cujos indicadores econômicos são melhores do que os nossos, mostrou que a economia moderna e competitiva do vizinho escondia um país sem rede de proteção social e com desigualdades gritantes, sobretudo na distribuição de renda.

A derrota de Mauricio Macri era pedra cantada, mas, nem por isso, merece ser desconsiderada. A volta dos peronistas ao poder sinaliza que os argentinos colocaram em segundo plano as denúncias de corrupção contra a ex-presidente Cristina Kirchner, agora vice mandatária do país, mais uma vez. O fracasso de Macri pode ser visto por vários ângulos, mas o fato é que seu governo frustrou as expectativas de crescimento e bem-estar social da população. A nova ressurreição peronista anima os petistas a sonharem com a volta por cima do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A reação do presidente Jair Bolsonaro às mudanças nos dois países era a previsível. No caso do Chile, viu nos protestos uma conspiração da Venezuela e de Cuba; no da Argentina, a retomada do projeto bolivariano pelo novo presidente eleito, que gritou “Lula livre!” no comício de comemoração da vitória eleitoral. A rigor, ninguém sabe muito bem o que vai acontecer nos dois países. O melhor mesmo é tentar entender o que se passa por aqui. Na verdade, somos muito diferentes.

Há esgarçamento social também no Brasil, os indicadores de violência mostram sua face mais brutal. Apesar da queda do desemprego e da criação

de vagas formais, temos um exército de 28 milhões de pessoas “subutilizadas”, sendo 12,5 milhões no desemprego total, principalmente nas faixas de 18 a 29 anos de idade e acima de 55 anos. Ou o governo Bolsonaro enfrenta esse problema ou os cenários chileno e argentino entrarão no radar dos investidores: ninguém querará investir em um país em risco de convulsão política e social.

Sangue frio

As declarações de Bolsonaro contra a guinada à esquerda nos países vizinhos, e de que as nossas Forças Armadas estarão preparadas para reprimir eventuais protestos da oposição, ao contrário de dar segurança aos investidores, sinalizam mais problemas, ou seja, riscos à nossa democracia. A renúncia de oito ministros e o recuo de Piñera em relação aos protestos, que foram duramente reprimidos, são um alerta de que, nos dias de hoje, essa estratégia não é a melhor opção. Por outro lado, a comparação com a Argentina é boa para a oposição, mas é burra para o governo: estamos a mais de três anos das eleições presidenciais. É nessas horas que o sangue frio faz a diferença.

Voltando à canção do Caetano Veloso, a verdade é que alguma coisa está fora da ordem. Os sinais vêm de toda parte. Citando Alexis de Tocqueville (1805-1859), em análise da Revolução Francesa (“à medida que a situação econômica melhorava, os franceses achavam sua posição cada vez mais insuportável”), o cientista político Marcus André Melo, ontem, na Folha de São Paulo, destacava: “Revoltas e protestos resultam do descompasso entre aspirações e capacidade para materializá-las (“privação relativa”), que aumenta se as expectativas são constantes, mas a capacidade diminui (um choque econômico); se as expectativas elevam-se, mas a capacidade permanece constante (modernização acelerada); ou quando ambos aumentam, mas a capacidade não acompanha as expectativas na mesma proporção (fim de um boom de commodities)”.

Bolsonaro gerou muitas expectativas na população, em algum momento, a conta terá que ser paga. Deveria levar mais em conta esses cenários.

54. Disputa de butim versus união democrática contra o fascismo

https://www.brasildefato.com.br/2019/10/28/disputa-de-butim-e-uniao-democratica-contra-o-fascismo/?fbclid=IwAR0gE1cO7BEiGcrKtAtU4zD8aD1_bu4D1Z3_dII2Qh98OyaEdR-7HCfBpSU

Benedito Tadeu César 28 de Outubro de 2019 às 17:55



A luta contra o fascismo exige que as diferentes forças políticas suspendam temporariamente suas divergências na defesa da democracia / Foto: Guilherme Santos/Sul21

Cabe a nós promover a união das forças dispostas a lutar pela democracia

Vivemos hoje, no Brasil e no mundo, um aparente paradoxo. De um lado, o avanço exponencial das ciências fazendo com que a humanidade rompa barreiras antes consideradas intransponíveis.

Vou citar apenas um exemplo. Estima-se também que, dentro de algumas décadas, a espécie humana terá criado condições para se tornar “amortal” ou seja, que a vida humana possa ser prolongada por tempo indeterminado e a morte ocorra apenas por causas violentas.

Esta situação, que nos parece ainda inverossímil, já é considerada plausível no mundo científico e hi-tech. Estamos, sem dúvida, no limiar de uma nova era.

Paradoxalmente, no entanto, a concentração da riqueza e do poder político se aprofunda em todo o mundo e, obviamente, também no Brasil.

Os avanços sociais ocorridos ao longo do século XX, depois das duas Grandes Guerras Mundiais, impulsionados pela organização dos trabalhadores assalariados e pela ameaça de expansão do comunismo soviético, se esvaem rapidamente.

O hiperindividualismo, em avanço em todo o mundo ocidental, coloca nas costas de cada um de nós a responsabilidade única pelo seu sucesso ou fracasso. As ações coletivas estão desprestigiadas e, cada dia mais, tornam-se procedimentos exóticos.

A política democrática, espaço do embate de opiniões e interesses distintos para a construção do bem-estar geral, foi criminalizada e seus agentes estão sendo desmoralizados.

Os pobres são considerados os “fracassados”, os que não conseguiram sucesso no seu “empreendedorismo” de vida. São eles os alvos preferenciais do novo fascismo que se espalha por todo o mundo, reduzindo as redes de proteção social existentes para todos os cidadãos.

Os pobres, juntamente com os negros, os moradores das periferias urbanas e os imigrantes, os índios, os gays e as mulheres emancipadas (todas e todos aqueles que não são considerados os cidadãos “bem-sucedidos, chamados de “cidadãos de bem”), são agora os “diferentes” a serem combatidos.

A democracia liberal, tão desprezada pela esquerda, que deseja algo além e muito mais radical, está em crise em todo o mundo e, por ser uma conquista civilizatória, merece ser defendida por todos nós. As causas desta crise têm sido amplamente debatidas. Aqui, basta lembrar que ela é resultado do avanço do ultraliberalismo, do capitalismo financeiro e da consequente crise do Estado de Bem-Estar Social.

A criminalização da política e dos políticos, que abriu as portas para a escalada populista autoritária com fortes traços fascistas no Brasil e no mundo expressa, na verdade, a falência do atual modelo de desenvolvimento econômico e social, gerado pelo "globalismo" neoliberal-financista. A chamada “falência da democracia” é uma evidência do desgaste do atual modelo econômico, social e político.

Os momentos de crise econômica são momentos propícios para se promover os retrocessos sociais. Desmobilizados pelas crises econômicas, os não detentores de capital, antigos assalariados e hoje precarizados estão se tornando maioria entre os trabalhadores. São os “empreendedores autônomos”, uberizados em todos os setores. Os “aplicativos” são hoje os maiores empregadores (?) / contratadores (?) (como dizer?) de pessoal no Brasil, já ultrapassando os 4 milhões de “colaboradores”, a nova denominação para os antigos assalariados.

Não irei me alongar na análise da conjuntura política e social brasileira, mas é forçoso refletir aqui sobre a crise que atravessamos no país e, nos limites estreitos de minhas possibilidades, pensar um caminho possível para a sua superação.

O processo de deterioração institucional em curso no país continua e não dá ainda sinais de arrefecer. A equipe da Lava Jato, incrustada no Ministério Público Federal, na PGR, no STF e no Ministério da Justiça pode praticar as ilegalidades tornadas públicas recentemente, pelo site The Intercept e outros veículos de mídia, porque foi respaldada pelas demais instituições republicanas brasileiras: o Congresso Nacional, o Poder Executivo em seus diversos níveis e escaninhos, grande parte dos partidos políticos, a grande imprensa e, finalmente, a opinião pública.

Tudo era considerado "legítimo" e, para muitos continua sendo, para afastar da disputa política a esquerda, apresentada como responsável pela crise do país, e, assim, eliminar os avanços sociais e econômicos garantidos pela

Constituição Federal de 1988. Neste processo Dilma Rousseff foi retirada da Presidência da República e Lula foi preso.

Os partidos e as autoridades públicas, em sua grande maioria, foram e continuam sendo coniventes com a construção do caos institucional e o avanço do autoritarismo em curso no país.

O novo fascismo avança em todo o mundo e, como já ocorreu historicamente, com a conivência de grande parte dos cidadãos comuns, das elites econômicas e de muitos daqueles que ocupam posições chave nos espaços de poder político e nas instituições que deveriam zelar pelo respeito à democracia e aos seus princípios basilares: os direitos e deveres individuais e coletivos, a equalização social, a independência dos poderes, o desenvolvimento e a soberania nacional. Princípios que norteiam a Constituição Federal de 1998 e que estão consagrados já no seu preâmbulo.

A experiência histórica já provou que a única forma de se derrotar o fascismo em ascensão no mundo e no Brasil é a união de todas as forças democráticas. No entanto, a repetir os erros do passado, as diferentes forças políticas democráticas, especialmente no Brasil, da extrema esquerda à direita não extremada, ainda acreditam que poderão vencer a besta fera fascista agindo isoladamente, sem se aliarem, e, pasmem, ainda creem que obterão algum ganho com esse tipo de enfrentamento isolado.

Muitos, no centro, acreditam e se preparam para se apropriar do espólio das esquerdas, principalmente do PT e de Lula, que supõem moribundos. Outros, à esquerda, acreditam que se reerguerão apropriando-se das bases dos partidos de centro e centro direita, que, eles têm certeza, em pouco tempo se desiludirão com o governo Bolsonaro.

Todos se preparam para se apoderarem de um butim que ainda não existe e que não existirá tão cedo. Estão equivocados. O atual governo só cairá quando tiver promovido todas as medidas concentradoras de riqueza e destruidoras do incipiente Estado de Bem-Estar Social que se construía no Brasil, do qual a Constituição de 1988 é o grande marco. E, aí, muito pouco restará para ser resgatado.

Na verdade, Bolsonaro, assim como Trump, Erdogan, Duterte, Orbán, Macri, Moreno, Piñera, lideranças populistas de extrema-direita, ascenderam ao poder exatamente para isso – para destruir, desmontar e desregular a chamada "antiga política" e, com ela, a "antiga" forma de organização social e de representação política. Colocaram em seu lugar o velho fascismo, que agora se apresenta (tra)vestido com nova roupagem.

Uma nova forma de fascismo que, felizmente, começa a dar sinais de esgotamento em algumas regiões do mundo, as recentes explosões sociais no Equador e no Chile são uma evidência disso, mas que demorará ainda muito para ser vencida.

A luta contra o fascismo, para ser vitoriosa, exige que as diferentes forças políticas, sem que nenhuma delas renuncie às suas bandeiras e aos seus projetos, suspendam temporariamente suas divergências e se unam na defesa da democracia.

A bandeira Lula livre, por exemplo, não pode ser imposta a todas as forças políticas democráticas, mas ela precisa ser levantada bem alto pelas forças democráticas de esquerda e de centro esquerda, pois os processos inquisitoriais a que ele foi submetido estão eivados de irregularidades e parcialidades, como afirmam diversos juristas e magistrados de renome internacional de diferentes partes do mundo.

Só com a união de todas as forças políticas democráticas será possível superar o caos institucional e o autoritarismo atuais, fazendo com que as divergências e as disputas possam novamente se instalar e, cada força política possa lutar, ainda com maior ênfase, por aquilo que acredita ser o melhor caminho para a construção do desenvolvimento nacional e do bem-estar coletivo.

Haverá estadistas, nos diferentes partidos democráticos do Brasil e do mundo, capazes de assumir esse desafio e empreender essa tarefa?

Na verdade, cabe a cada um de nós, cidadãos comprometidos com a luta social, nos esforçarmos para tornar possível a união de todas as forças dispostas a lutar pela democracia.

* Discurso proferido na cerimônia de recebimento da Comenda Porto do Sol, concedida pela Câmara Municipal de Porto Alegre ao autor, no dia 25/10/2019.
Edição: Marcelo Ferreira

55. As duas contradições que levarão o governo Bolsonaro à lona

<https://jornalggn.com.br/artigos/as-duas-contradicoes-que-levarao-o-governo-bolsonaro-a->

<lona/?fbclid=IwAR1Nmak99A1UsxZ4HypIUX55qhPGDGig-xyrPqIknyoFUPxIFASK4R4OE>

por Fernando Horta

O controle perverso que os fascistas querem exercer sobre os corpos, as consciências e as almas de todos, se manifestou lá nos regimes do século XX como se manifestam hoje no Brasil.

Por

Fernando Horta

-

27/09/2019

Compartilhar



Ilustração Geledés

As duas contradições que levarão o governo Bolsonaro à lona...

por Fernando Horta

A esta altura do campeonato não há mais dúvida sobre o caráter fascistóide de Bolsonaro. Nem dentro, nem fora do Brasil. O mundo se pergunta como a barbárie, a ignorância e idiotia puderam tomar as civilizações do século XXI de forma tão avassaladora. O Brasil está num local favorável para discutir esta questão. Gostemos ou não, estamos vendo parentes, amigos, vizinhos, que há dois anos se passavam por pessoas civilizadas e normais, tornarem-se os monstros que foram capazes, em outros tempos, de dizimar judeus, negros, ciganos, homossexuais, latinos e etc. na Alemanha de Hitler.

O Fascismo é um fenômeno complexo. Apenas falar no papel de Goebbels ou das FakeNews e da Cambridge Analytica não explica o problema. Da mesma forma, culpar as populações mais pobres – com termos horríveis como o

“pobre de direita” – não contribui para pensarmos o Brasil de hoje ou os caminhos para sairmos deste pântano. Uma mudança tão radical quanto experimentamos no Brasil de 2013 para cá (ou na Alemanha de 1923 até 1933) não é fruto de um único interesse, ou de poucos agentes movidos por grandes forças estruturais como “o capital”, “o imperialismo”, “os EUA” ou “a grande burguesia brasileira” ... É claro que todos estes têm sua parcela de responsabilidade em nos colocar onde estamos, mas é preciso também compreender atores que comumente não aparecem nas análises sobre o fenômeno. Falo aqui em especial da classe média conservadora que geralmente também ocupa postos-chave nas instituições políticas e jurídicas dos países.

PUBLICIDADE

O Fascismo é um movimento de classe média que engloba, no limite, trabalhadores urbanos e a pequena burguesia. O espectro amplo de apoio, no que tange às questões de classe, impõe que o discurso fascista seja necessariamente aberto, com significados que falam coisas diferentes a pessoas diferentes. “Pátria”, “família”, “Deus”, “luta contra a corrupção”, são todos termos que remetem a significados diferentes de pessoa para pessoa. A estes termos se unem outros de interdito moral, os quais ninguém em sã consciência seria contra, como “melhorar o país”, “luta contra pedofilia” ou “acabar com a corrupção”. Esta mescla de termos polissêmicos com interdições civilizacionais e morais claras são as ferramentas de entrada do discurso fascista nos grupos de menor acesso à educação. E o sistema, uma vez no poder, se assegura que tais grupos manipuláveis serão aumentados em número, exatamente pelo ataque sistemático à razão e à educação.

Tudo isto já foi visto, entendido e explicado quando da primeira experiência da monstruosidade fascista, na Europa do início do século XX. Lá também se detectou a primeira contradição que este texto fala. Foi Gramsci que chamou à atenção para o fato de que o fascismo não seria apenas um movimento “da burguesia”. Ao analisar as raízes do fascismo italiano, Gramsci já apontava o conluio de dois grupos: “a burguesia capitalista”, tomada em seu sentido marxista mesmo, e os “descontentes” urbanos, que naquela época eram os apoiadores do nacionalismo italiano de Mazzini, e a antiga aristocracia da Itália.

Gramsci ainda não tinha dados de outros lugares, mas já apontava para a existência de um interesse firmemente econômico e outro de natureza sociológica, política e até psicológica na composição do fenômeno do fascismo.

Leia também: [O Leão Fascista - A ameaça do Golpe, por Arnobio Rocha](#)

O historiador Eric Vuillard, no recente livro “A Ordem do dia” afirma que no primeiro dia de Hitler como chanceler, houve uma reunião com os maiores empresários alemães (Opel, Krupp, Siemens, Bayer, Agfa e etc.) buscando apoiar (financeiramente) o novo regime em troca da “estabilização da economia”. O vetor de classe é fácil desvendar. O objetivo dos empresários lá (como os que apoiaram Bolsonaro aqui) era o aumento da taxa de expropriação pela diminuição e precarização do trabalho. Para isto precisavam destruir ou apoderarem-se dos órgãos de classe (como sindicatos) e contar com a grave crise de desemprego que ocorreu em 1929 e também no Brasil, em função dos acontecimentos de 2008, 2010 e 2013-2014. Aqui, muitos intérpretes do fascismo do século XX cometeram o erro de dizer que ele era uma manifestação burguesa. Tal erro foi fatal para os partidos socialista e comunista alemão, que tentaram usar as ferramentas partidárias para combater o fascismo apenas para verem horrorizados que quanto mais organizados eles se tornavam, mais força o nazismo adquiria.

A insistência de Hitler e Mussolini em usar o léxico da esquerda e disputar os sentidos das palavras (numa época em que pouca atenção se dava às funções da linguagem) tornava as ferramentas dos partidos de esquerda inúteis. Todos (os nazistas e seus opositores) lutavam “para melhorar a vida do proletariado”, todos lutavam para “diminuir o desemprego e dar uma vida digna para o trabalhador alemão” ... as palavras de ordem de classe tinham sido neutralizadas pela disputa de seus sentidos. Os nazistas aproveitavam-se das organizações de classe tal qual um vírus se aproveita das estruturas celulares que invade. E quando as organizações de classe passaram a ostentar palavras de ordem “apolíticas”, irmanaram-se aos fascistas no anticomunismo que –

para todos os efeitos – inutilizou a organização partidária na luta contra a barbárie.

Como, contudo, explicar as rupturas entre os parceiros (o capital e os “descontentes”) que já se manifestavam em 37 e 38 com, por exemplo, a Noite dos Cristais? Uma corrente explicativa busca na incongruência entre o “novo” e o “tradicional” esta explicação. Por exaltar o antigo e o tradicional, o conservadorismo se manifestava no fascismo e no nazismo. Ao mesmo tempo, o regime só conseguia se sustentar pelo uso das novas tecnologias (o rádio e a propaganda) e através das pesquisas e desenvolvimento de tecnologia de guerra. A antinomia do “novo e o velho” tinham valoração pendulares nos regimes fascistas. Ora as forças que impulsionavam a novidade, a inovação e o desenvolvimento eram bem vindas, ora eram tidas como destruidoras das tradições e veículos da “corrupção”.

Leia também: [Gás de cozinha – a Petrobras tem raiva de pobre, por Andre Motta Araujo](#)

E assim o capital (e os capitalistas) foi passando da condição de aliado do fascismo, para a condição de opositor.

Dito de outra forma, o capital e os capitalistas não se contentam apenas em deter o poder econômico, disputam o poder político, no todo ou em parte. O fascismo, entretanto, não aceita partilhar nada. Do ódio aos pobres que a classe média ostentava, e que servia de base para criminalizar toda forma de ideologia que buscava igualdade social, passava-se – subitamente – ao “ódio aos ricos”. A “corrupção” que era usada para atacar os comunistas, passava também a atacar os grandes empresários, os juízes, promotores, jornalistas e todos os que se atreviam a disputar o poder político com o nazi-fascismo. Paulatinamente o capital se afastava da monstruosidade que ajudara a construir passando, repentinamente, a defender a “democracia” e “liberdade”.

É justamente o que está acontecendo no Brasil. Não apenas a falta de crescimento econômico e o enfraquecimento de Paulo Guedes preocupam os capitalistas brasileiros. É o completo desinteresse para com a economia, demonstrado pelos bolsonaros, combinado com os constantes ataques do governo aos empresários (a título de “combate à corrupção) que já sinalizam a ruptura política no regime brasileiro, semelhante a que aconteceu no alemão. Guedes parece não ter conhecimento nem força política suficiente para implementar uma política de crescimento que foi – sem dúvida – o que permitiu a Hitler e Mussolini angariarem tanta força nos regimes nazi-fascista europeus. Sem o crescimento, o desquite dos capitalistas e o descontentamento dos proletários tornam o regime de Bolsonaro somente possível na variante da ditadura escancarada.

Se o Brasil não cresce, Bolsonaro não tem condições de sequer minimizar o descontentamento social de seus apoiadores. Para implementar uma agenda mínima que atenda à burocracia estatal judiciária, aos militares e à classe média urbana, Bolsonaro precisa de dinheiro. Até agora ele tem tentado aumentar impostos. Contra os trabalhadores ele conseguiu. Ontem surgiram impostos sobre verbas rescisórias trabalhistas que antes não eram cobrados. O governo espera receber 20 bilhões em dez anos com estes novos impostos. Sobre os ricos, contudo, Bolsonaro ainda não obteve sucesso. O fiasco da nova CPMF acirra a contradição entre os dois grupos originários no condomínio fascista, e quanto mais o capital se fortalecer na defesa dos seus interesses, mais vai levantar os “descontentes” a denunciarem a “corrupção” dos ricos. E, assim, a ditadura é o único caminho para manter o poder.

Se a primeira contradição interna dos regimes fascistas já se manifesta no Brasil (aquela entre o capital e os descontentes), a segunda também aparece. Há um vetor de monstruosidade no fascismo, denunciado por Hannah Arendt e Wilhelm Reich, que não pode ser ignorado. O controle perverso que os fascistas querem exercer sobre os corpos, as consciências e as almas de todos, se manifestou lá nos regimes do século XX como se manifestam hoje no Brasil. Para os fascistas os corpos devem ser domados ou mortos. Daí o uso frequente das noções de “bandido” e “cidadão de bem”. O primeiro é o resistente, o diferente e o que não se submete. Precisa ser morto ou

neutralizado. O segundo é o detentor do direito de controlar, de agredir e de impor. Esta dicotomia é o caldo liberador das perversidades humanas. O policial, por exemplo, que atirou na menina Agatha (ou em Kauan, Kauê ou Jenifer) não tem o mínimo remorso ou qualquer culpa. Sem os controles institucionais, os monstros afloram.

Ocorre que para o capitalismo corpos mortos não produzem. Há uma evidente tensão entre o interesse de submeter os corpos ao controle econômico da extração de mais-valia e a vontade de submeter e eliminar o todo o diferente. E que não se diga que o número dos mortos não impacta na extração de mais valia! Isto porque a violência que é depositada no tecido social afeta todo o processo produtivo. Não apenas as comunidades que sofrem com esta violência são impactadas economicamente, como também acirram as disputas de classe e trazem atrito ao tecido social em todo o país, tudo o que o capitalismo mais abomina. Pouco a pouco, Bolsonaro deixa de ser lucrativo para o capital, passando a ser neutro (como é agora) e vai chegar ao ponto de ser destrutivo, prejudicial e incômodo. Não é só uma questão do prejuízo imediato dado ao agronegócio, por exemplo, pela política externa calamitosa do governo. É também o ataque sistemático à educação, à ciência, à tecnologia, aos empresários da cultura, do entretenimento, artistas, intelectuais e etc.

Leia também: [Distribuidoras versus geração distribuída: o problema é político, por Ronaldo Bicalho](#)

A destruição da educação no curto, médio e longo prazo asseguram um prejuízo enorme aos setores produtivos, seja pela estagnação da já pequena capacidade de inovação brasileira, seja pela diminuição do nível técnico da mão de obra. Sem a formação em escala de geração de consumidores com capacidade financeira para tanto não há aumento de demanda e o capitalista sofre. A concentração de riqueza que o fascismo promove não consegue eludir a falta de crescimento e o país vai entrando num beco sem saída. Os apoiadores do regime vão se tornando cada vez mais ricos e menos

numerosos, ao mesmo tempo a violência usada como controle social vai aumentando exponencialmente. Entre um sistema de social democracia e distribuição de renda, o capitalismo prefere a promessa liberal (neoliberal) que o fascismo inicialmente faz. Acontece que entre o capitalismo conservador iliberal que o fascismo permite se formar e os sistemas de social democracia, o capitalismo se recalibra e prefere este último. Na Alemanha e Itália o fantástico período de crescimento que estes países experimentaram no início dos regimes fascistas deu fôlego para os monstros. No Brasil, o desastre técnico, econômico e político que é o governo Bolsonaro se auto-implode. O país que Bolsonaro almeja é inóspito para o capital, para as artes, para a cultura, para a ciência e rapidamente os capitalistas vão se dando conta disto.

56. O Brasil à beira do precipício

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/25/opinion/1572010526_503332.html?%3Fssm=FB_BR_CM&hootPostID=57666626d38e0a9584f5f7087c91d2d7&fbclid=IwAR3LdKYAetTOtKEmSrGskahTZYJJ5zqJQDP46wgxALISM6QselfkEcLXX2g

Bolsonaro representa uma parte expressiva das elites políticas brasileiras, formadas no terreno fértil do racismo, misoginia, aporofobia e servidão às nações imperiais

BRENO ALTMAN

27 OCT 2019 - 20:00 BRT



Há um ano, em 28 de outubro de 2018, era eleito o atual presidente brasileiro, [Jair Bolsonaro](#), em segundo turno, derrotando o candidato de esquerda, [Fernando Haddad](#), do Partido dos Trabalhadores (PT). Com 55% dos votos, a extrema-direita voltava a governar, mais de três décadas após o fim da ditadura dos generais, estabelecida em 1964.

O deslocamento político foi notável. Desde o fracasso de [Fernando Collor](#), primeiro presidente eleito diretamente depois do golpe militar, o bloco conservador tivera como núcleo duro uma coalizão entre o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e o antigo Partido da Frente Liberal (PFL), atualmente denominado Democratas (DEM), nascido de uma costela do partido da ditadura.

MAIS INFORMAÇÕES



- Explosão social no Chile reflete mal-estar com desigualdade e lembra atos do Brasil de 2013



- Opinião | Falta uma oposição real no Brasil, que imponha outra agenda no debate público

Fragmentada e desmoralizada, a direita tradicional teve que se vincular a uma agremiação oriunda do campo democrático, embora profundamente abraçada às ideias neoliberais. Essa coligação governou o Brasil entre 1992 e 2003, consolidando seu domínio a partir de 1994, quando [Fernando Henrique Cardoso](#), principal líder do PSDB, conquistou a Presidência da República.

A força propulsora dessa coalizão, porém, esgotou-se na virada do século. Os efeitos de médio e longo prazos do neoliberalismo —recessão endêmica, desemprego estrutural, desidratação dos serviços públicos, aguçamento da desigualdade social, [crescimento da pobreza e da miséria](#)— empurraram o pêndulo da história em favor do PT de [Luiz Inácio Lula da Silva](#), que ganharia as eleições presidenciais de 2002.

Durante os treze anos de governos petistas, somando os mandatos de Lula (2003-2010) e [Dilma Rousseff](#) (2011-2016), o país começou a experimentar outra política econômica, alicerçada sobre programas distributivos e investimentos públicos favoráveis a mercado interno de massas, com expressiva elevação dos salários, sob reforçada regulação do Estado.

Diante de crise geral das instituições, a extrema-direita emerge como solução bonapartista

A burguesia brasileira, forjada por acintoso padrão de exploração do trabalho, suportou esse modelo em sua fase expansiva, até que os efeitos da [crise mundial de 2008](#) travassem a economia brasileira. A alta dos salários, com a queda da taxa de lucro, até então era compensada pela expansão do consumo doméstico e o dinamismo das exportações de commodities, além de ganhos financeiros patrocinados por uma ortodoxa política monetária.

Desde 2010, no entanto, o empresariado foi paulatinamente considerando insuportável o petismo, incluindo aqueles setores que se beneficiaram de soluções decididas por Dilma Rousseff para conter a retração produtiva e a radicalização do choque distributivo. Os investimentos privados foram despencando, apesar da ampliação de subsídios estatais, embolsados como

recuperação de margem, com forte custo fiscal. A queda da taxa de juros, entre 2012 e 2013, ao contrário de servir como estímulo, foi percebida como erosão de receita financeira.

Reeleita em 2014, a presidente viu-se cercada por uma escalada que já pedia sua cabeça. Sem maioria parlamentar, absorveu parte do programa neoliberal dos opositores, tentando deter ou abrandar seus ataques. Tudo deu errado: os inimigos a sentiram vulnerável, redobrando os esforços de guerra, enquanto passou a reinar confusão, divisão e desânimo nas bases progressistas.

Os resultados na economia também foram trágicos. Frente a relevantes sinais de desaquecimento desde 2013, medidas como a abrupta elevação da taxa de juros e o corte de benefícios sociais, adotadas no final de 2014, significaram apagar incêndio com jatos de gasolina. O país entrou em recessão, o desemprego disparou, as camadas médias consolidaram seu giro conservador e parte das classes trabalhadoras abandonou o PT. O desfecho seria o golpe parlamentar de 2016, com a [derrubada de Dilma Rousseff](#).

Estava em curso uma ofensiva reacionária, perante a qual o petismo se viu aturdido e indefeso. Não pairavam ameaças frontais ao capitalismo e ao seu poder político, mas as classes dominantes queriam derrubar qualquer obstáculo, pelos meios que fossem necessários, para a adoção de um programa que revitalizasse prontamente a rentabilidade relativa e absoluta de seus negócios. A agenda deixava ser a versão moderada dos anos 90, para assumir a feição de um [neoliberalismo sem peias, cujo modelo confesso referencia-se no Chile de Pinochet](#).

Não há compatibilidade possível entre esse caminho e a ordem democrática. A derrubada de uma presidente legítima se associa à [Operação Lava Jato](#), desmascarada pelas [mensagens publicadas por The Intercept](#), como elementos de um golpe de tipo novo, por dentro das instituições, com um papel destacado do sistema de justiça e do parlamento. A prisão do ex-presidente Lula, através de uma fraude judicial, foi o corolário indispensável para garantir o controle do processo eleitoral de 2018.

A saída democrática depende da derrota do programa neoliberal, que está dilacerando países da região

Os velhos partidos conservadores, à frente o PSDB e o DEM, lideraram o movimento golpista com a missão de dar vida às reformas exigidas. Naufragaram, contudo, nas eleições presidenciais. Representavam o regime político que ajudaram a enterrar, contra o qual havia se jogado a Operação Lava Jato para destruir o PT e Lula, e foram abandonados pelos setores sociais cativados pelo discurso de ruptura do sistema como a única saída para a prosperidade capitalista.

O principal filho e herdeiro dessa contrarrevolução preventiva é Jair Bolsonaro. Medíocre e aloprado, representa o rosto sem maquiagem de parte expressiva das elites brasileiras, formadas no caldo do [racismo](#), da misoginia, do ódio aos pobres e da subserviência às nações imperiais. Como outras vezes na história, diante de crise geral das instituições, a extrema-direita emerge como solução bonapartista, abraçada à exploração dos preconceitos e das crenças mais atrasadas para constituir base de massa à uma variável neofascista.

Diante da incapacidade do conservadorismo tradicional em derrotar estrategicamente as forças de esquerda e os movimentos populares, criando as condições políticas para viabilizar o programa neoliberal, Bolsonaro irrompeu como hipótese plausível, mesmo exibindo contornos indefinidos, de mudança do regime político, [atraindo novamente as Forças Armadas para o comando do Estado](#).

As dificuldades do governo em consolidar essa opção, em meio a uma grave crise econômica e social, são ingredientes de um cenário marcado pelo que Antonio Gramsci chamava de “equilíbrio catastrófico”, caracterizado pela incapacidade de qualquer das forças políticas ou classes sociais estabelecer sua hegemonia sobre as demais. Esse ambiente, longe de afastar a hipótese autoritária, costuma ser o terreno no qual dão frutos soluções de tipo bonapartista.

As frações do bloco conservador que divergem dessa alternativa, a ela estão acorrentadas, mesmo que provisoriamente e a contragosto, porque partilham o mesmo projeto nacional, a mesma política econômica e a mesma lógica golpista. Sua oposição é restrita e débil, limitada às manobras mais extravagantes do presidente, em uma luta permanente para domesticá-lo, e seu limite é especular acerca de um bolsonarismo sem Bolsonaro.

A saída democrática depende da derrota do programa neoliberal, que está dilacerando países da região. O Brasil somente poderá sair da beira do precipício quando as correntes de esquerda forem capazes, associadas a um movimento de desobediência civil [como o que está sacudindo o Chile](#), de apresentar uma alternativa de governo que construa um novo regime constitucional, soldado pela distribuição de renda, riqueza e poder.

Breno Altman é jornalista e diretor editorial do site Opera Mundi.

57. Eleitores mais escolarizados começam a abandonar Bolsonaro, aponta Datafolha

<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/brasil/60285/eleitores-mais-escolarizados-comecam-a-abandonar-bolsonaro-aponta->

[datafolha?fbclid=IwAR20LF0LH-KdK4YmL676Y4C9BYtyUOcbEUA3Bc5kIc5GvVoynR-511Uv2Pg](https://datafolha.com.br/?fbclid=IwAR20LF0LH-KdK4YmL676Y4C9BYtyUOcbEUA3Bc5kIc5GvVoynR-511Uv2Pg)

r

Os números que ilustram a frustração com o governo oscilaram negativamente no Sul, um reduto do bolsonarismo

REDAÇÃO PORTAL VERMELHO -  **Portal Vermelho**

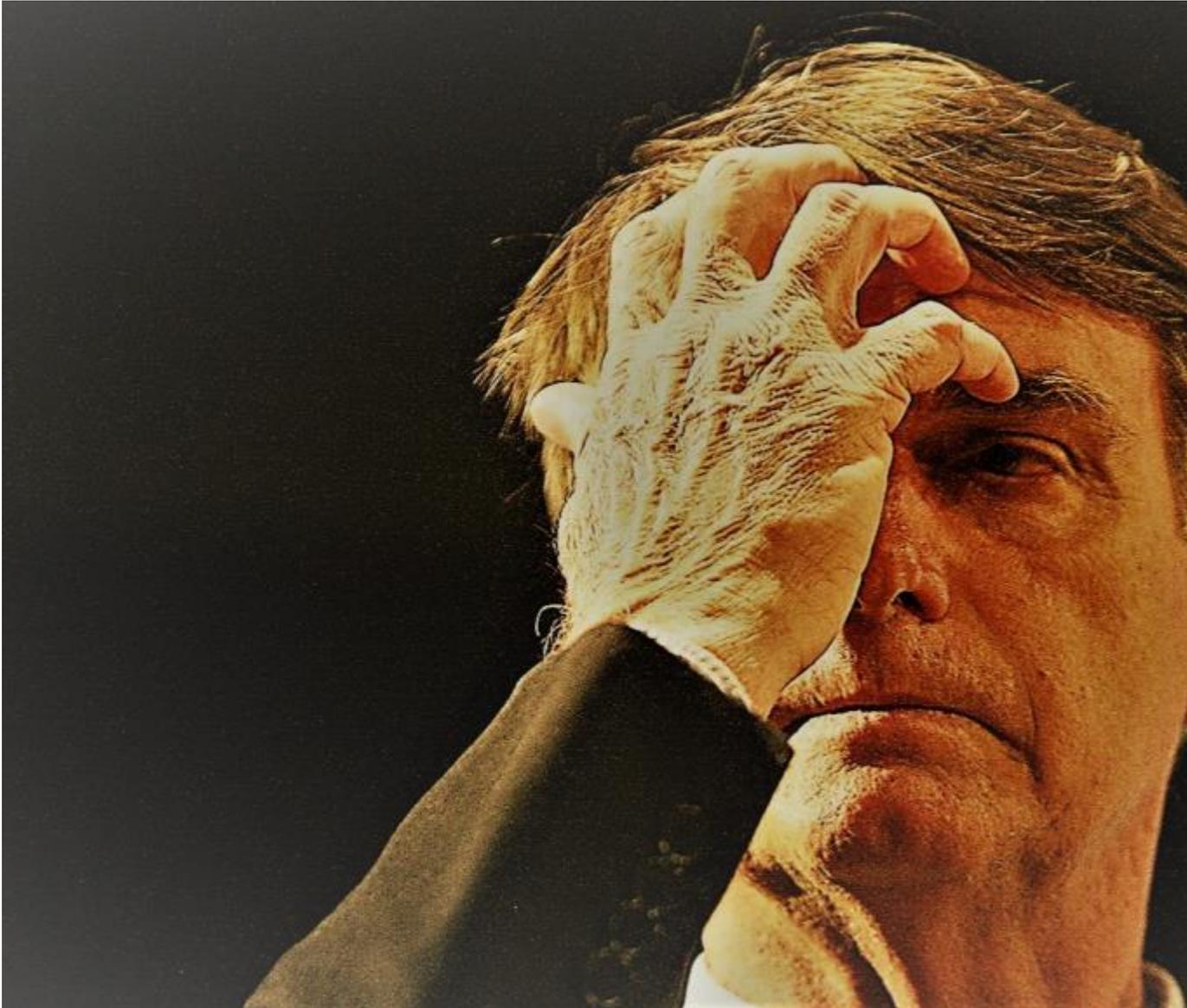
São Paulo (SP) (Brasil) -
2 de set de 2019 às 15:32

Entre **os eleitores mais escolarizados**, com ensino superior, o índice dos que classificam a gestão do presidente como ruim ou péssima mudou de patamar pela primeira vez. Em abril, este grupo totalizava 35%. Depois, em julho, oscilou irrisoriamente para 36%. Neste levantamento, porém, chegou à marca de 43%, conforme resumiu o sítio web *Diário do Centro do Mundo*.

Às vésperas do segundo turno, de acordo com o Datafolha, 55% dos eleitores com ensino superior declararam intenção de voto em Bolsonaro, enquanto outros 34% diziam preferir Haddad.



Os números que ilustram a frustração com o governo oscilaram negativamente no Sul, um reduto do bolsonarismo. Os que diziam que o presidente vem fazendo mais do que eles esperam caíram de 14% para 12%, em comparação com a pesquisa anterior. Já os que dizem que ele fez menos do que o projetado passaram de 51% para 55%.



Portal Vermelho
A taxa de reprovação subiu ao final de agosto para 38%, num avanço significativo.

Reprovação

Segundo dados do jornal *Folha de S. Paulo*, na primeira pesquisa *Datafolha* para avaliar seu desempenho Bolsonaro colheu números relativamente modestos. No início de abril, 30% dos brasileiros consideravam o governo ruim ou péssimo, fatia semelhante à daqueles que o estimavam como regular e como ótimo ou bom.

Tratava-se, para o período, da pior avaliação de um presidente eleito em início de mandato desde a redemocratização do país.

A seguir, após o sexto mês, o instituto captou uma ligeira piora dos números da popularidade de Bolsonaro. Os que consideravam o governo ruim ou péssimo passaram a 33%, e os que o viam como regular caíram de 33% para 31%.

O que poderia ter sido uma oscilação ocasional na margem de erro revelou-se, no mais recente levantamento do instituto, como um ponto numa curva de deterioração.

A taxa de reprovação subiu ao final de agosto para 38%, num avanço significativo. A parcela mais inclinada a apoiar o presidente, não desprezível, está em 29%, ante 33% apurados no início de julho.

58. TSE só não anula se não quiser. Folha descobre empresa que distribuiu milhões de mensagens ilegais pró Bolsonaro via Whatsapp

http://bemblogado.com.br/site/tse-so-nao-anula-se-nao-quiser-folha-descobre-empresa-que-distribuiu-milhoes-de-mensagens-ilegais-pro-bolsonaro-via-whatsapp/?fbclid=IwAR1BBLSpIxdgECO0aWt6BPcQKM9mctcK9ArHesVxwRQ0PQGfZ9MoGcf7_M

18 de junho de 2019

A mesma Patrícia Campos Mello, que divulgou durante a campanha que empresários estavam pagando (o que é ilegal) o disparo de milhões de mensagens em favor da campanha de Bolsonaro, com ataques a Haddad e ao PT, com as famosas mamadeiras de piroca e kit gay, divulga agora o nome de uma empresa e de seu proprietário, que teria disparado alguns milhões dessas mensagens. O TSE agora só não anula a eleição se não quiser.

*A informação, que aparece em gravações obtidas pela **Folha**, é do espanhol Luis Novoa, dono da Enviawhatsapps. Nos áudios, ele diz que “empresas, açougues, lavadoras de carros e fábricas” brasileiros compraram seu software para mandar mensagens em massa a favor de Bolsonaro. Além de obter o áudio, a **Folha** confirmou posteriormente detalhes da conversa.*

De acordo com Novoa, ele não sabia que seu software estava sendo usado para campanhas políticas no Brasil e só tomou conhecimento quando o WhatsApp cortou, sob a alegação de mau uso, as linhas telefônicas de sua empresa.

A Folha teve acesso a uma gravação em que o empresário conta tudo. Grupos de empresários contrataram sua empresa para disparar mensagens via WhatsApp, sua especialidade.

Somente quando teve várias linhas bloqueadas é que ele veio a descobrir que elas estavam sendo utilizadas para campanha política de Bolsonaro à presidência da República.

Coisa que já foi divulgada pela mesma repórter ainda durante a campanha e pela mesma Folha, e que depois foi corroborada por várias outras reportagens, algumas aqui do blog, mostrando que Bolsonaro foi **eleito mediante fraude**. Agora a bola está com a ministra Rosa Weber, atual presidente do TSE. É só botar o pessoal para trabalhar, porque o processo está lá no TSE, desde a eleição.

Bolsonaro vai destruindo o país e o TSE nada...

“À espera dos bárbaros”, o lindo poema que Rosa Weber citou em seu voto num recado ao bolsonarismo e ao lavajatismo.

https://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-espera-dos-barbaros-o-lindo-poema-que-rosa-weber-citou-em-seu-voto-num-recado-ao-bolsonarismo-e-ao-lavajatismo/?fbclid=IwAR2GuTX-HYoUy6zcDX_aCC2JAnPomp7PFm8i3KzxOwvPox8cEKOVrc-STOK

Kiko Nogueira

-

24 de outubro de 2019



Share



Rosa Weber e seus colegas

Em seu torturante voto contra a prisão após condenação na segunda instância, Rosa Weber citou de Shakespeare a Angela Davis, passando por Voltaire e alemães obscuros.

Terminou com o poeta grego Konstantinos Kaváfis.

PUBLICIDADE

“À espera dos bárbaros” é considerado por muitos críticos como um dos mais belos poemas de todos os tempos.

Homossexual, helenista, Kaváfis era um nostálgico de um mundo clássico idealizado. Nasceu, viveu e morreu em 1933 aos 70 anos em Alexandria, no Egito.

Rosa deu um recado para Bolsonaro, Barroso, Moro, o bolsonarismo e o lavajatismo.

Abaixo, na tradução de José Paulo Paes (meu professor na Cásper Líbero por um breve período):

À Espera dos Bárbaros

O que esperamos na ágora reunidos?

PUBLICIDADE

É que os bárbaros chegam hoje.

Por que tanta apatia no senado?

Os senadores não legislam mais?

É que os bárbaros chegam hoje.

Que leis não de fazer os senadores?

Os bárbaros que chegam as farão.

Por que o imperador se ergueu tão cedo

e de coroa solene se assentou

em seu trono, à porta magna da cidade?

É que os bárbaros chegam hoje.

O nosso imperador conta saudar

o chefe deles. Tem pronto para dar-lhe

um pergaminho no qual estão escritos

muitos nomes e títulos.

Por que hoje os dois cônsules e os pretores

usam togas de púrpura, bordadas,

e pulseiras com grandes ametistas

e anéis com tais brilhantes e esmeraldas?

Por que hoje empunham bastões tão preciosos

de ouro e prata finamente cravejados?

É que os bárbaros chegam hoje,

tais coisas os deslumbram.

Por que não vêm os dignos oradores
derramar o seu verbo como sempre?

É que os bárbaros chegam hoje
e aborrecem arengas, eloqüências.

Por que subitamente esta inquietude?
(Que seriedade nas fisionomias!)
Por que tão rápido as ruas se esvaziam
e todos voltam para casa preocupados?

Porque é já noite, os bárbaros não vêm
e gente recém-chegada das fronteiras
diz que não há mais bárbaros.

Sem bárbaros o que será de nós?
Ah! eles eram uma solução.

PARTE III. Artigos / Post FB Paulo TIMM

❖ HÁ 89 ANOS, UM 3 DE OUTUBRO MUDARIA O BRASIL

Paulo Timm- Publicado A FOLHA, Torres – dia 3 outubro 2019

“E o Gigante da América Latina? Como ele conseguiu ser o país que mais cresceu no mundo no momento histórico em que o mundo mais cresceu na história. Fomos os campeões de desenvolvimento mundial entre 1930 e 1980. Isso é um mérito incrível para um país que não tem uma Ideologia Nacional e nem heróis nacionais reconhecidos como existem em outros países.

Será que não temos? Será que nunca tivemos? Tivemos. Nossa Ideologia Nacional foi o generoso positivismo rio-grandense que se popularizou por meio do Vargasismo.”

(*Felipe Quintas, Gustavo Galvão e Pedro Augusto Pinho in Preparando o Estado para a Soberania: Heróis e Ideologia nacional - Publicado em 14/08/2019 no jornal Monitor Mercantil, pag. 2, Opinião*)

Entre tesouras de ventos abespinhados que empurram chuvas de granizo pelos campos e os primeiros sóis da primavera que banham peles amaciadas pelo inverno, entramos em outubro. Um mês sóbrio. Equilibrado, mesmo com o descompasso das intempéries. Jamais imagino que o apocalipse possa nos colher num mês de outubro. É como as quartas feiras. Cheio de lembranças e promessas. A natureza do lado de cá do Equador, mesmo na hipótese de que a Terra seja plana , agradece.

Escrevo esta coluna justo no dia 03 de outubro e, de relance, relembro as eleições gerais que costumavam acontecer neste dia. Ainda hoje ficam elas escaladas para o primeiro domingo depois desta data. Era eu menino, estudante do Colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre e já me via envolvido em campanhas eleitorais. A politização republicana precoce, audaciosa -e , às vezes, radical- , era uma característica daquele educandário, numa espécie de tributo a quem lhe conferia o nome.. Culpa disso foi meu grande amigo João Alberto Pratini de Moraes, também aluno do Julinho, cujo pai, Dr. Adail Moraes, era um político estadual consagrado e eterno candidato. Lá ia eu, convocado, a colar cartazes e distribuir santinhos do circunspecto Dr. Adail, da facção juscelinista do velho PSD, então dividido no Rio Grande pela defecção dos mais conservadores que se iludiram com Jânio Quadros. Corria a década de 1950 e, na verdade, as novas gerações já pouco falavam na Revolução de 1930 e sequer sabiam que o dia das eleições, 03 de outubro, fora escolhido precisamente para celebrá-la como o umbral do Brasil Moderno. Mas eu, sempre curioso com a História, logo aprendi: Na madrugada de 03 de outubro de 1930, o Governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, que havia concorrido à Presidência numa chapa contrária à da Velha República do Café com Leite, alusão ao eixo dominante de São Paulo e Minas Gerais durante os anos 1889-1930, com as forças políticas rio-grandenses pacificadas e sólido apoio da jovem oficialidade do Exército, coloca-se à frente da briosa Brigada Militar, domina, com pouquíssimas baixas, as forças leais ao Governo Federal em Porto Alegre e ruma para a tomada do Poder no Rio de Janeiro. Lá se consagraria como o estadista do século no Brasil. Desde o fim do Império a sociedade brasileira, numa rara empatia entre dissidentes da classe dominante, expoentes da classe média emergente, sobretudo na capital do país, que já beirava o primeiro milhão de habitantes, mas também em São Paulo e algumas capitais, num país de pouco mais de 10 milhões de almas dispersas pelo imenso território rural, e populares, principalmente escravos e negros que lutavam pela Abolição, agitavam-se em defesa de reformas. Não se tratava de um Programa claro de grandes transformações. Sabia-se mais o que não se desejava, dentre outros a monarquia sonolenta, a falta de inovações na economia e o corrompido “bico de pena” do processo político, do que se queria. Veio a República em 1889, trouxe algum alento à economia e uma pequena mudança de quadros na Política Nacional, mas nada mudou.

Na década de 1920, o Presidente Artur Bernardes, teria que manter seu mandato sob Estado de Sítio para poder governar, tal o nível de agitação, sobretudo nos quartéis. Lembre-se dos “18 do Forte” e da “Coluna Prestes”. Este clima foi adensando e culminou na Crise da Bolsa de 1929, quando a economia do mundo inteiro veio abaixo. Na crista destes acontecimentos, emerge a Revolução de 1930. Vitoriosa, mudou o Brasil. Saímos da condição de um fazendão oligárquico exportador de café e açúcar, para, ao largo de 50 anos, nos tornarmos uma das dez mais industrializadas e poderosas nações do mundo, graças a uma taxa de crescimento de 6,5% a.a. Até sonhamos em ser uma Grande Potência. No ano 2000 chegamos a perto de 200 milhões de brasileiros, um ativo que nos coloca com uma importância simbólico-cultural, política e econômica estratégica. Claro que não fizemos isso sem traumas ou grandes problemas. Mas fizemos.

Revejo, agora, os vídeos do último Rock in Rio e me regozijo em perceber que estamos no centro da Sociedade do Espetáculo, mas não desconhecidos, nem muito menos relegados. Ver Elza Soares e Alcione Marron lá brilhando me fez sentir um Brasil que não se rendeu à globalização e que resiste no samba, não por acaso ancorado na década de 1930, como medula da nacionalidade. - https://poenaroda.com.br/diversidade/mais-de-100-mil-pessoas-entoam-ei-bolsonaro-vai-tomar-no-c-no-rock-in-rio-assista/?fbclid=IwAR2nHtgA85_cvo8G2WF6IztskKBIhkbHr5aQhZSTAq7IWSY54PIWCby6Q1c.

Paulo Timm Publicado A FOLHA, Torres oct 11

16. PSL x BOLSONARO

Paulo Timm – Pub A FOLHA, Torres oct 11

Você sabe o que significa PSL, o Partido que elegeu o Presidente Bolsonaro em 2018 e fez a maior bancada de deputados na Câmara Federal? Aprenda: PSL é o acrônimo (sigla) do Partido Social Liberal, um partido político alinhado ao social-liberalismo, atualmente liberal apenas no âmbito econômico, defendendo o conservadorismo nos costumes. Era um Partido nanico até 2018, tendo apenas um deputado eleito no pleito de 2014, sem qualquer relevo político ou ideológico. Assim como o PSL existem perto de 30 Partidos, quase todos com um ou outro eleito. É o festival pluripartidário que caracteriza nossas “liberdades públicas”.. Com o bolsonarismo a bordo, o PSL virou subitamente um transatlântico e começa a viver as dores do crescimento exagerado. Há conflitos dentro da bancada de deputados, visto haver sido eleita à sombra da campanha do Presidente Bolsonaro, sem maior identidade ideológica interna, daí a recente expulsão do deputado Alexandre Frota. Há

conflitos no interior do Partido, entre membros de sua Direção Nacional, hoje sob a Presidência do Deputado Luciano Bivar, e respectivas Direções Regionais, sobretudo do Rio de Janeiro e São Paulo, onde atuam filhos de Bolsonaro, além da presença incômoda da Deputada Estadual Janaína Paschoal, que promete ser, na próxima eleição, “candidata avulsa”, sem Partido, algo sub judiceno Supremo. E, agora, explodiu a crise entre a Direção Nacional e o próprio Presidente Bolsonaro. Na quarta feira,, à saída do Palácio da Alvorada, em Brasília, ao ser saudado entusiasticamente por um fã, com VIVAS AO PSL!, Bolsonaro lhe respondeu: - “Esquece o PSL!”!!! A declaração correu à imprensa e a crise já não pode ser escamoteada. Muito “diz-que-disse”, conjecturas, reuniões, até um MANIFESTO assinado por 15 deputados federais encabeçado por Flávio Bolsonaro em apoio ao pai, até que, um dia depois, tudo se esclareceu, na palavra do próprio Presidente da República: - “Não há nenhuma crise. É briga de marido e mulher...”

Vá o feito. Fica o assunto à reflexão dos analistas e cronistas políticos. O que está, realmente, acontecendo nas relações entre o Presidente e sua mais leal bancada no Congresso?

Aqui, duas questões: Uma de princípio, outra de interesses.

A questão de princípio diz respeito aos Partidos Políticos no mundo inteiro (ocidental). Eles foram criados, no colapso nas monarquias absolutistas, como o mecanismo que vertebraria a vida republicana – ou de monarquias constitucionais, como o Reino Unido. Neles se formariam os líderes que conduziriam os destinos de seus respectivos povos, de acordo com o que o tempo demonstraria como suas inclinações ideológicas, mais à direita, mais à esquerda, ou ao centro. Tanto quanto requisito para candidaturas, os Partidos deveriam operar como escolas de formação de dirigentes públicos e de destilação daqueles que demonstrassem virtudes pessoais para o exercício destas nobres funções. Lembremo-nos que nas velhas monarquias os Príncipes eram educados com muito rigor para suas futuras incumbências. Aristóteles, por exemplo, lá na Antiga Macedônia fora convocado como tutor de Alexandre , o Grande, ensinando-lhe todas exigências de um bom heleno. Nos Modernos Estados Nacionais esperava-se dos Partidos que cumprissem esta função a contento. Não só não cumpriram, com raras exceções, como, de resto, foram superados, ao longo do século XX, por outras formas de organização da Sociedade Civil que os superaram, como, por exemplo, os Sindicatos e outras formas de organização social, como as ONGs de defesa ambiental, de promoção de direitos de minorias ou de fomento à determinadas causas. Além disso, a Política é um dos Reinos da Arte e não da Razão, sendo um lugar em que o talento se revela através do que se convencionou denominar carisma, marca dos deuses. Como, pois, compatibilizar uma organização burocrática, que é o Partido, com a eclosão de líderes que sozinhos são maiores do que o Partido? A pergunta faz sentido. No Brasil, três Presidentes elegeram-se com base na sua imagem pessoal: Jânio Quadros, pelo inexpressivo PTN, em 1960, Fernando Collor, em 1989, pelo não menos expressivo PRB e, agora Bolsonaro, pelo PSL. Ora, nem esses Partidos

capitalizaram estruturas sólidas para a aceitação destes candidatos, nem detêm a capacidade de sobreviverem sem eles. Daqui a alguns anos ninguém mais saberá, no Brasil, o que foi o PSL, como não sabe do PTN e do PRN.

Mas sobre este pano de fundo há interesses.

Os Partidos, no Brasil recebem dinheiro vivo do Governo. Há, anualmente, um festim de perto de R\$ 1 bilhão, distribuído às Direções Nacionais, de acordo com o número de deputados que elegeram na Câmara dos Deputados. O PSL, por exemplo, receberá, neste ano R\$ 70 milhões e terá recebido nos quatro anos 2019-2022 a bagatela de R\$ 700 milhões. Dinheirinho que nem o Deputado Bivar, um abnegado defensor das causas públicas, nem seus correligionários querem abrir mão. Além desses recursos do Fundo Partidário Nacional, os Partidos recebem, a cada ano eleitoral, uma verba para o financiamento – público – de suas campanhas. Na última este valor ficou em torno de R\$ 1,5 bilhão mas há indícios de que, em 2020, este valor salte para R\$ 3,5 bilhões. Ou seja, nesta briga de marido e mulher, há uma clara disputa que, longe de temperamentos ou falta de afinidades afetivas, aponta para o seguinte: Quem, enfim, vai controlar esse dinheiro...? E daí a expressão que ganha hoje as ruas: BRASIL, O PAÍS DOS PEQUENOS PARTIDOS E GRANDES NEGÓCIOS.

17. ECONOMIA NA ORDEM DO DIA

Paulo Timm – Pub. A FOLHA, Torres RS OCT 18

Na vida temos muitas paixões e algumas razões. Uma das minhas paixões foi a Política, como expressão do livre arbítrio coletivo, bem distante da politicagem do toma-lá-dá-cá. Se temos, cada um de nós, a capacidade, ainda que sob certas circunstâncias, de moldar nossas vidas, por que não teríamos a possibilidade de moldar também estas próprias circunstâncias através da Política? Sonho meu...Sonho meu!!! Mas dentre as razões da minha vida, a formação como Economista, deu-me o chão da minha existência. Foi através dela que cumpro minha vocação acadêmica e profissional. Curiosamente, a Política me tentava, enquanto a Economia me alimentava. E não por acaso. Ambas exigem uma grande dose de arte, mas enquanto a Política se espicha para o canto da sereia, a Economia se cinge ao Reino da Necessidade. É a própria definição de Economia que a situa como o estudo de recursos escassos para a satisfação de necessidades ilimitadas. E por falar nisso, o que dizem os economistas sobre o andamento do mundo? E o que dizem sobre os rumos da Economia no Brasil?

A economia mundial, para os que se detêm a analisá-la, inspira cuidados. Houve tempo, entre o final da II Guerra – 1945- e final da década de 1970, que tudo ia muito bem: Altas taxas de crescimento, redistribuição dos aumentos de produtividade para os salários dos trabalhadores, reanimando as sociedades de produção e consumo de massas, baixa inflação e contas públicas relativamente sob controle. Foi a Era do Welfare State, sociedades de bem-estar sem grandes conflitos sociais internos. Mas a década de 1970 trouxe

muitos desarranjos, começando pela elevação do preço do petróleo de US\$ 2,5 dólares o barril para US\$ 30, com duas más consequências : 1. Geração de uma massa de dólares em mãos de países produtores de petróleo sem capacidade de gastá-los produtivamente, gerando uma explosão de bancos encarregados de emprestá-los em escala global; 2. Endividamento em espiral de países importadores de petróleo, submetidos a sucessivas crises, dentre os quais o Brasil que acabou recorrendo à Moratória no Governo Sarney. Esses desarranjos projetaram novos líderes mundiais com novas consignas - mais conservadoras - e que viriam restaurar o império do que se denominou neoliberalismo, Ronald Reagan nos USA e Margareth Thatcher, no Reino Unido. Para eles, o Governo não poderia mais ser a solução, pois era o principal problema das economias, submetidas, crescentemente, à três pressões: acirrada concorrência, benefícios sociais crescentes e interesses financeiros. Tratava-se, pois, de privatizar, desregular e privatizar tudo. Desde então, a economia mundial vive de espasmos, ora de crise, como em 2008, ora de curta euforia, sendo de se ressaltar que nos momentos de maior euforia os ricos ficam cada vez mais ricos e os trabalhadores perdem poder aquisitivo, enfraquecendo os mercados consumidores e aprofundando a crise. Esse será o cenário, também, segundo o Fundo Monetário Internacional, para o próximo ano, que prevê um crescimento do PIB mundial de apenas 3%, mercê da disputa comercial entre os gigantes Estados Unidos e China. Para o Brasil, a projeção de crescimento não chega a 1%, ridícula, levando a perda ainda maior da nossa renda per capita já muito baixa.

Enquanto isso, sabe-se que, no Brasil, os últimos anos foram trágicos. Pesquisa PNAD do IBGE, divulgada nesta semana ,confirma que, em 2018, os 30% mais pobres ficaram ainda mais pobres e o 1% mais rico, ficou mais rico. Ou seja, a crise penaliza os mais vulneráveis. E a esperança de estes seriam beneficiados pelos recursos do petróleo, anunciada quando da descoberta do Pré Sal, esfumou-se. Os R\$123 bilhões que entrarão no Tesouro nas próximas semana, dita “Cessão Onerosa”, em vez de se destinarem ao Ministério da Educação, já foram pulverizados para cobrir rombos da União, Estados e Municípios, além, claro, de uma “mãozinha” para Emendas Parlamentares... Grosso modo, no Brasil, com isso, reafirmamos uma elite de cerca de 200mil famílias que detém a maior parte dos grandes negócios, das propriedades e dos ativos financeiros em funções, este na ordem de R\$10 trilhões, que, aplicados à uma taxa imaginariamente baixa de 10% ao ano lhes garante um rendimento anual R\$ 1 trilhão, cerca de 15% do valor do PIB. Metade destes rendimentos é oriunda dos Títulos do Governo, corroendo a capacidade fiscal do Estado para novos investimentos, em benefício dos rentistas. Enquanto isso, a vigorosa classe média nacional, algo em torno de 50 milhões de pessoas, encolhe, abrindo mão dos Plano de Saúde e das escolas caras para seus filhos. E a grande massa de trabalhadores, cerca de 100 milhões, fica sob o teto do salário mínimo, com uma renda mensal de meio salário, sendo que uns 15 milhões sob a miséria de apenas R\$ 90,00 por mês.

Diante deste cenário, me penitencio de não ter falado dos filmes que vi na semana e no encanto de ter passado o fim de semana em Brasília com meus filhos. Teria sido mais animador. Mas a Economia é estúpida, mas é a Economia...

18. AUTO CONTENÇÃO COMO SINAL DE MATURIDADE

Paulo TIMM – Publicado em 31 outubro A FOLHA, Torres RS

A flecha lançada, a pedra atirada e a palavra proferida não têm volta. Direção única... Se a flecha for envenada, a pedra for pontiaguda e a retórica, furiosa, muito pior. Alguém já disse, até, que há três coisas que falecem a melhor das razões: a falsa premissa, o excesso de argumentos e a falta de jeito, na qual se insere a ira, sempre carregada de impropérios ofensivos.

O assunto vem à baila à propósito da explosão pública do Presidente Bolsonaro, no último dia 27, ao saber, alta madrugada, no Oriente Médio, que seu nome havia sido divulgado pela Rede Globo como implicado no assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes. Um vazamento da investigação policial sobre o assunto, que deveria estar protegido por segredo de Justiça, dava conta que o Porteiro do Condomínio, onde reside o Presidente Bolsonaro, o indicara, por reconhecimento de sua voz, de ter autorizado um dos assassinos de Marielle e Anderson a entrar no referido Condomínio, de onde sairia minutos depois, acompanhado de outro comparsa – ambos já presos –, para cometer o bárbaro crime. A matéria da Globo indicava a contradição do depoimento do porteiro visto que, na data, o então deputado Bolsonaro se encontrava em Brasília. O Presidente ficou chocado e explodiu em impropérios contra a Rede Globo advertindo-a sobre os riscos de não renovar sua concessão em 2022. Um horror. Logo depois, a referida Rede emitia Nota de Esclarecimento lamentando não conseguir o Presidente entender o papel da emissora na divulgação de notícias precisas de interesse público. Um dia antes, aliás, a emissora condenara, repercutindo diversas críticas ao Presidente, inclusive do Ministro Celso de Mello, do STF, a publicação de um vídeo, de péssimo gosto, no qual um leão, denominado patriótico, era açoitado por um bando de hienas famintas, todas identificadas com instituições respeitáveis do País, inclusive o próprio Supremo. Bolsonaro, ao perceber o grotesco do vídeo o retirou do ar, desculpando-se, apenas, com o Supremo. Mas ficaram os registros: do vídeo, das escusas do Presidente, do vazamento do depoimento do porteiro e, pior de todas, do surto presidencial, inenarrável.

Não vale entrar a fundo no mérito da questão, embora, com as informações posteriores fique evidente que, ou a Globo cometeu uma baita barrigada, que deve custar o emprego do responsável, ou a Direção sabia o que estava fazendo e tinha “outras intenções” ao divulgar a matéria. Barrigada, no jargão jornalístico, é uma mancada: notícia divulgada sem a devida checagem e avaliação de conveniência. “Outras intenções” diz respeito à oportunidade de trazer à público uma notícia. Essa última questão foi muito bem tratada num clássico do bang-bang, “O homem que matou o facínora”, quando um jovem jornalista, depois de muitos anos descobre que um homem, cuja carreira na cidade o torna influente político depois de matar em duelo um famoso bandido,

na verdade não o matara. Outro, escondido, o havia feito para poupá-lo. No fundo, sempre, uma história de amor... Faceiro com a revelação, contada em "rápidas pinceladas", o jornalista corre ao Editor, que a rejeita com a seguinte desculpa: -"No Velho Oeste, entre a verdade e a lenda, ficamos com a lenda".

Jornais experientes, como a Rede Globo, sabem o que publicam, mas o tiro, desta vez, talvez saia pela culatra, como a fachada durante as eleições. Bolsonaro prova que é "perseguido". Lamentavelmente, porém, nada o desculpa pela falta de civilidade com que reage às adversidades. Civilidade é o conjunto de formalidades, palavras e atos, não sujeitos à Lei, que os cidadãos adotam na sua convivência como animais sociais, tais como boas maneiras, cortesia, polidez e palavras limpas. Um Presidente da República ainda está sujeito às servidões do cargo público que ocupa, exigindo-lhe redobrada urbanidade. A isso tudo se dá o nome de auto-contenção, sinal de maturidade frente aos limites físicos, legais e convencionais da vida. Mas Bolsonaro é um homem de confronto, bruto, não gosta nem de boas maneiras, nem muito menos de perder. Estranha que tenha sido um bom esportista na juventude. Mas isso explica porque não foi longe na carreira militar. Militares são brutos em combate, não em casa. Meu velho pai, por exemplo, militar de carreira, jamais falou um palavrão junto à família e era, por todos, tido como um gentleman, o que, modestamente, tento copiar-lhe.

19. ROCK IN RIO – oct 02

Quando, em 1985, o Brasil ingressou na era dos grandes espetáculos com ROCKINRIO 85, temi pelo pior. Estávamos saindo do regime militar, abertos para uma maior integração com o resto do mundo, o neoliberalismo ensaiava seus primeiros passos e pensei: Lá se vai o samba..

Passaram-se muitos anos, o mundo girou com grande velocidade, muitos gêneros musicais se somaram ao samba, o ROCK IN RIO teve outras edições e o que se viu? O samba não morreu. Samba, aliás, que não foi também senão uma síntese de múltiplas determinações musicais como ensinam Tinhorão e Hermano Vianna: regionais, internacionais, sociais e até mesmo religiosas. E então assistimos, neste ROCK IN RIO 2019, o brilho de ELZA SOARES e ALCIONE MARRON.

"Por exemplo, em pouco tempo, (o samba) alcançou a posição de música nacional e colocou em plano secundário os outros gêneros "regionais". ..Em 1932 a dupla Jararaca e Ratinho ...juntou-se ao dançarino de maxixe Duque, a Pixinguinha e à atriz Dercy Gonçalves para criar na PRAÇA TIRADENTES RJ, a Casa do Caboclo, ..O cenário do primeiro espetáculo ali apresentado era uma casa caipira. Em 35 oi palco já era ocupado pela peça Reino do

Samba(...) A vitória do samba era também a vitória de um projeto de nacionalização e modernização da sociedade brasileira. O Brasil saiu do Estado Novo com o elogio (pelo menos em ideologia) da mestiçagem nacional, a CSN, o Conselho Nacional de Petróleo, partidos políticos nacionais, um ritmo nacional. Na música popular, o Brasil tem sido, desde então, o Reino do Samba." - Hermano Vianna em " O mistério do samba" - Zahar, 1999.

Em tempo :Em 1985 o ROCK IN RIO saudou a redemocratização inscrevendo-se como um de seus marcos. Também não se calou desta vez, apesar do protesto dos organizadores, amedrontados...

- **Paulo Timm Não deixe o samba acabar, nem o Brasil ir pro brejo - <https://g1.globo.com/.../iza-e-alcione-no-rock-in-rio...>**

20. ONDE FOI PARAR O \$ DO PRÉ SAL...

Quando o então Presidente Lula anunciou a descoberta de petróleo em camadas profundas da costa brasileiras, alardeou-se a ideia de que, enfim, conseguiríamos os recursos para dar o grande salto ao futuro através da aplicação destes recursos em educação. Era a tão sonhada redenção. Com mais educação pública e gratuita elevaríamos a capacidade concorrencial das camadas mais pobres da população para a ocupação de melhores e mais bem pagos postos de trabalho: A salvação da lagoa, o ajuste histórico com aqueles que haviam carregado nas costas o Brasil Colonial e a Modernização Republicana.

Ontem se soube de ACORDO para a distribuição da famosa CESSÃO ONEROSA, que mais se assemelha a uma SESSÃO VESPERTINA de Cinema: Dos R\$123 bilhões a serem arrecadados, tudo pulverizado em demandas generalizadas de União, Estados, Municípios e Emendas Imperativas Parlamentares, além, o que seria até justo, de uma fatia de cerca de R\$ 33 bilhões para a Petrobrás. Um ou outro trocado talvez acabem em educação mas a maior parte deste recursos vai se destinar a cobrir rombos de gastos correntes da União, Estados e Municípios. Só o Estado do Rio, como eco da gritaria pelo direito exclusivo dos royalties feita àquela época pelo Governador Sergio Cabral, vai levar R\$ 3 bi líquidos. Isso porque o petróleo é extraído numa projeção imaginária de sua costa sobre o mar. Oressa! O petróleo, como todo o sub-solo, é patrimônio nacional. Se ele é refinado em algum lugar o Projeto deve prever compensações ambientais e sociais, jamais melhores parcelas de royalties, caso, como tem sido com o petróleo,, se decida transferi-los para Estados e Municípios. Eu sou contra. Acreditei que seriam destinados à Educação e continuarei defendendo esta posição, pelo menos durante uma geração, para que o BRASIL se capacite ao III Milênio. O resto é silêncio cúmplice diante do esbulho do que poderia ser a "salvação da lagoa" . Tudo para salvar no SENADO a aprovação da Reforma da Previdência....

A precaução da consciência objetivante é adversária da idealização que anima o sujeito, tanto quanto as cautelas do realismo defensivo que o poeta armazena surgem como

21. À reflexão do dia, à propósito de dois filmes em cartaz ; "BACURAU" e "CORINGA":

" Minha resposta é que se deve tratar seriamente o que é sério, mas não o que não é sério, que somente a Divindade e por natureza digna de nossa mais séria estima e que o homem, como já dissemos, foi fabricado como um objeto de **divertimento** para a Divindade, e de fato, é isso que constitui realmente o que há nele de melhor: que é, pois,, de acordo com esta ideia, quer dizer, divertindo-se com os mais belos jogos, que homens e mulheres devem passar a vida - ou seja, exatamente o contrário do que pensamos hoje... Hoje se pensa: o jogo é o fim para o qual tendem as ocupações sérias. Por exemplo, a guerra é vista como uma coisa séria e se está convencido de que a paz é o fim necessário da guerra. Ora, como sabemos, o que se faz na guerra não é, na realidade nem por sua natureza, um jogo, uma brincadeira, nem é por outro lado uma educação que valha a pena ser considerada por nós, não sendo, nem devendo ser, o que nós afirmamos ser, pelo menos, a nosso ver, a coisa mais séria.

Cada um deve, portanto, percorrer sua existência da melhor maneira e durante o maior tempo possível num estado de paz. Visto que é assim, em que consistirá a retidão?

Consistirá na obrigação de passar a vida inteira brincando com certos jogos, oferecendo sacrifícios, cantando, dançando , em condições propícias a conseguir o favor dos Deuses e, por outro lado, a afastar o inimigo e alcançar a vitória na batalha.

PLATÃO,IN "As leis"."

22. Reflexão sobre O CONTRATO/Hobbes

7 oct FB

"Hobbes não é um aliado nem objetivo nem subjetivo de Maquiavel, cuja razão de Estado é ..apenas uma razão estatal.Sem dúvida, é necessário reduzi-los para conservá-los.Sem dúvida, é necessário mentir para cativá-los. Mas esses meios não são fins.A ambição de Hobbes é de outra ordem, é a que institui a eternidade no instante, a legitimidade na palavra, aforça na justiça. A obra científica e a preocupação moral de Hobbes demandam uma interpretação mais nobre que esta da eficácia política"

(Anne-Laure Angoulvent in HOBBS E A MORAL POLITICA, Ed. Papyrus, pg118)

Comentário P.TIMM

Se isso vale para a Teoria do Estado e para a Ciência Política, com igual razão se aplica à Economia, quando se centra na perseguição da eficácia de suas fórmulas em detrimento da perseguição dos fins a que tudo se destina: o Homem.

23. Brasil x Chile: Dois processos de redemocratização

FB oct29

Sempre nutrimos, diante da abertura chilena, em 1991, um sentimento de que eles teriam ido mais adiante do que nós ao condenarem alguns militares responsáveis pelas atrocidades da ditadura. Agora, diante da convulsão da sociedade chilena nos damos conta de que se não conseguimos encarcerar alguns facínoras e seus responsáveis, tivemos, em contrapartida as grandes mobilizações pelas "Diretas Já", em 1983. Elas trouxeram no seu bojo a Constituinte de 1986 e a "Constituição Cidadã" de 88 como alma da nossa abertura. É isso que os chilenos querem agora enquanto, aqui, o conservadorismo tenta soterrar os nossos avanços democráticos. Lá, eles continuam amarrados neste mesmo conservadorismo que os levou ao esgotamento social. Querem se livrar dele.

24. PACTO FEDERALISTA

Paulo Timm FACE BOOK OCT

PACTO FEDERALISTA

Muito se tem falado nos últimos dias, a propósito da redistribuição - pulverização improdutivo - dos recursos da CESSÃO ONEROSA, sobre o PACTO FEDERALISTA. Em seu "santo" nome resolveu se diluir um precioso recurso NACIONAL medidas de suporte ao déficits da União, Estados, com prioridade para o rombo do Estado do RJ, Municípios, além de pequenas fatias para a excrescência denominada EMENDAS PARLAMENTARES - sic - e mais R\$33 milhões para a PETTROBRÁS. Esquecem-se de explicar melhor o que se entende por FEDERALISMO, reduzido no Brasil à uma verdadeira caricatura.

O Federalismo se inscreve na História da República, no ocaso dos regime absolutistas, como uma das peças da fragmentação do Poder. Tratava-se, à época de conceber um modelo em que nenhum SOBERANO se tornasse e se perpetuasse como DONO DO PODER. Então conceberam-se mecanismos para a fragmentação do Poder. Em primeiro lugar, uma divisão entre ESTADO e SOCIEDADE CIVIL, à qual caberia, desde T.Hobbes assegurar a legitimidade do primeiro com vistas ao fim último da paz entre os signatários do PACTO. O Estado em HOBBS não é o Estado de Maquiavel, que se justifica por si mesmo e que trata, portanto, da sua "eficiência". Mas além desta divisão, haveria que dividir também o próprio Estado em várias instâncias "regionais", começando pela divisão entre EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO e complementando-se pela organização de instâncias (entes) intermediários, daí o federalismo (Veja-se Dicionário Política de N.BOBIO).

O Estado moderno e , sobretudo o brasileiro e mais ainda o atual governo, romperam os laços entre ESTADO e SOCIEDADE CIVIL - vida supressão de Conselhor - e domesticaram a AUTONOMIA do Judiciário e Legislativa. Veja-se o absurdo do PACTO DE GOVERNABILIDADE que saiu há alguns meses do Planalto, sublinhado pelos Presidente do Supremo, do Senado e da CÂMARA. Federalismo, pois, não tem nada a ver com o que foi NEGOCIADO no ACORDÃO, lamentavelmente subscrito por parlamentares da OPOSIÇÃO , que acabou com nossa esperança de que os recursos do PRÉ SAL se destinasse - REALMENTE- à educação.

Nossa ignorância, enfim, perdurará, por décadas. Ou séculos. Não por falta de recursos. Mas por falta de VONTADE NACIONAL...

Paulo Timm FB3 de outubro às 15:04 -

25. EM SING SING TODOS SE CONSIDERAM INOCENTES

Bolsonaro indignado com policiais militares presos no Presídio de Niterói, condenados na forma da Lei. Para ele, em virtude dos excessos das autoridades de acusação e das regras do nosso Judiciário.. Disse: "Isso tem que acabar!" Deviam, para ele, ser condecorados por terem morto delinquentes. Aparentemente, ele nunca soube que no corredor da morte da Prisão de Sing Sing, todos, lá também, se consideram inocentes e culpam advogados preguiçosos e juizes carrascos por estarem em tal situação..Finge, de resto o Presidente, desconhecer que grande parte dos militares naquele Presídio são corruptos ou membros de milícias.

Paulo Timm

10 de outubro às 07:53 -

26. Reflexão matinal para o 10.X.2019

"Conquistara longa sabedoria da idade, a experiência da velhice, são dádivas supremas e reservadas aos eleitora, mesmo que essa sabedoria e experiência venham, por vezes,, impregnadas de problemas cognitivos e de falhas de memória; ou de lapsos quase sempre suavizados pela genial invenção e pelo espírito de entreajuda entre os cansados neurônios..." pg171

**POEMAS INCOMPLETOS PARA UMA VELHICE QUASE PERFEITA -
(fragmentos)**

**QUANDO A SOLIDÃO SE AUSENTAVA DOS TEUS GESTOS
ERAS MANHÃ**

**QUANDO A POESIA TE PERCORRIA
NA IMESIDÃO GEOMÉTRICA
DOS TEUS LÁBIOS
ERAS PICASSO**

**QUANDO NO TEU REGAÇO NASCIAM
AS TONALIDADES
QUE SERENAMENTE SABOREÁVAMOS
ERAS JARDIM**

**E QUANDO ENFIM
NO ENVOLVIMENTO SILENCIOSO DOS TEUS OLHOS
ENTRISTECIAS
ERAS UMNOTURNO DE CHOPIN**

**Joaquim Manuel Pinto Serra em Crônicas do Envelhecer, Ed.Mar da Palavra -
Coimbra - PT- 2017**

pintoserra02@gmail.com

27. CURIOSIDADE: Empatia 02 oct fb

Uma palavra tão importante para o universo político não se encontra como conceito ou elemento teórico em vários compêndios que tratam da Política. Procuro, em vão, o verbete, no DICIONÁRIO DE POLÍTICA de N. Bobbio - Ed. UnB. Alguém tem alguma pista?

Eis o significado de empatia no DR. Google:

"O que é ter empatia?"

Empatia significa a capacidade psicológica para sentir o que sentiria uma outra pessoa caso estivesse na mesma situação vivenciada por ela. Consiste em tentar compreender sentimentos e emoções, procurando experimentar de forma objetiva e racional o que sente outro indivíduo."

Acho que merece mais, sobretudo nestes tempos tão anti-empáticos...

Mas como desenvolver a empatia?

<https://www.ibccoaching.com.br/.../conheca-o-poder-da.../>

Como foi mencionado no parágrafo acima, é sabido que é possível desenvolver o sentimento de empatia por outra pessoa. Porém, pode ser que isso leve tempo e exija um esforço maior daquele que está em busca deste desenvolvimento.

É importante ter em mente, que o que vale neste processo é a busca e o interesse pela evolução pessoal, pois, de certa forma, sentir empatia por outra pessoa é um sinal de que você está crescendo, já que ao enxergamos as necessidades e os sentimentos dos outros, abrimos nossa mente e o nosso coração para o mundo à nossa volta e caminhamos em direção a um desenvolvimento maior e mais completo.

Com o tempo e com algumas técnicas, a empatia consegue ser desenvolvida e fixada no interior de uma pessoa. Veja algumas dessas técnicas que podem ser trabalhadas desde já:

- 1) Esteja disposto a ouvir na essência o que aflige a outra pessoa. Quando ouvimos o outro, damos abertura para que ele nos mostre o seu mundo e sua realidade, fazendo deste um lugar seguro para o outro.
- 2) Tente deixar de lado os preconceitos e julgamentos. Ouvir o que o outro tem a dizer, sem uma carga prévia, nos faz entender melhor o que ele vive e porque age como age.
- 3) Não faça comparações com outros casos. Cada pessoa possui uma carga emocional própria, quando comparamos diminuímos a

situação do outro.

- 4) Passe a conversar com pessoas diferentes. Ao conversarmos com diversas pessoas vemos diversos pontos de vista e variadas vivências, expandindo nossos horizontes.
- 5) Estabeleça um laço de confiança com as pessoas, seja sincero e gentil. A gentileza é capaz de grandes maravilhas na vida dos seres humanos.

Sentir empatia por uma pessoa ou por um fato que esteja acontecendo com alguém, pode fazer bem tanto para ela quanto para quem tem a capacidade de expressar esse sentimento extraordinário.

O poder que a empatia tem dentro do ser humano é enorme. Se você sente que consegue ter empatia por alguém, passe a prestar mais atenção no que vem acontecendo a sua volta. Caso você não sinta, ou tenha dificuldade neste ponto, comece com pequenos exercícios e gestos, como os que acabei de citar, pois isso mudará seu ponto de vista acerca das pessoas ao redor.

Autoconhecimento é o primeiro passo para poder compreender melhor as outras pessoas. Aprenda a conhecer mais de si através desse material feito para você.

Pequenas transformações acontecem ao longo do tempo, as pessoas passam a te procurar com mais frequência para desabafar ou contar algo que as tem incomodado. Elas confiarão e respeitarão sua opinião cada vez mais e você passará a ser a primeira opção para aqueles que precisam se sentir mais acolhidos.

Para a pessoa que sente empatia por outra, isso pode ser algo transformador. Muitas vezes sentir que está sendo útil para outra pessoa pode ser o que faltava para se sentir verdadeiramente vivo. Perceba que os benefícios existem tanto para quem busca por colo quanto para quem oferece o ombro e viva o lado bom da humanidade.

Basta que seja dado um pequeno passo de cada vez, não é necessária uma revolução para que haja o início.

E aí? Conseguiu saber se você sente empatia pelas pessoas? Use o espaço abaixo para deixar seu comentário, conte-nos suas experiências.

Achou o artigo interessante e quer mostrar a um amigo que possui todas as características de uma pessoa empática? Curta e compartilhe nas redes sociais.

Copyright: Cole Hutson

Edite ou exclua isso

IBCCOACHING.COM.BR

Conheça o poder da empatia - Portal

28. PARABÉNS à Renata Loprete no comando do GLOBONEWS PAINEL.

Sou economista formado há 50 anos. Poucas vezes, neste tempo todo, vi e ouvi nos veículos de comunicação de massa, pra não falar só no G1, um programa de debates tão interessante como o deste sábado no GNEWSPAINEL, reunindo Rogério Werneck, economista da PUC, Elida Graciane, advogada do TCSPAULO e Antonio Augusto Queiroz, do DIAPP, a quem conheço desde que iniciou sua carreira como jornalista especializado em assuntos parlamentares. Time bem escolhido, embora sempre falte. um porta voz assumido como representante dos partidos de esquerda. Só não dou NOTA DEZ ao Programa dedicado ao amplo tema FEDERALISMO porque são inevitáveis as lacunas no curto tempo do programa. Faltou, aliás, uma conceituação doutrinária mais rigorosa do

que se entende por federalismo- e suas origens-e de como ele opera (com imensas distorções) no Brasil, **PRINCIPALMENTE O ABSURDO DE SE ENTREGAR RECURSOS RETIRADOS DE ESTADOS MAIS DESENVOLVIDOS, através do FPE e FPM a título de RECEITA PRÓPRIA ÀS RESPECTIVAS ADMINISTRAÇÕES, sabidamente manipuladas por oligarquias política. Em todo o caso devo dizer que aprendi muito com as intervenções em pauta e me convenço de que a substituição de WILLIAM WAACK por RENATA , que temi no início, valeu a pena. Para o BRASIL, pois não entendo de televisão. Segunda observação: a sinceridade conservadora de Werneck ao defender, com galhardia, as teses de Paulo Guedes, todas respondidas com igual elegância e competência pelos dois outros participantes.**

Tempos estranhos estes: Aprendemos com a REDEGLOBO. Axé!

29. REFORMA (Arrocho) DA PREVIDÊNCIA

FB 22 OCT

Hoje capítulo final da novela da REFORMA DA PREVIDÊNCIA.

Resultado financeiro, dito "economia" para os cofres da UNIÃO, às custas dos trabalhadores, sem cortar nenhum privilégio das verdadeiras castas do serviço público civil e até elevando estes privilégios para os níveis superiores das FFAAs: R\$ 800 bilhões em 10anos., ou R\$ 80 bilhõrd ao ano.

O que significa ISSO diante de uma RECEITA FEDERAL superior a R\$ 2 trilhões?

Quase nada. Tudo fantasia, sobre os ombros dos que mais trabalham e menos ganham.

Dir-se-á que dos mais de dois trilhões, praticamente tudo é comprometido com Transferências Constitucionais a Estados (FPE) e Municípios (FPM) e Despesas Obrigatórias. Tanto que se espera, agora, Projeto do Governo desobrigando o Governo quanto à vinculações e indaxações, a chamada PEC 3D, à qual uma corajosa Procuradora do Governo de São Paulo acrescentou um terceiro "D", que simboliza a "desconstitucionalização" em marcha forçada sob o comando de Paulo Guedes.

O que nunca falam é que a maior parte da arrecadação da União, de caráter mais do que vinculado, **CONSTITUCIONALMENTE OBRIGATÓRIO**, é o pagamento de juros da dívida pública, cujo valor anual é um múltiplo da tal "economia" gerada pela Reforma da Previdência.

Quem quiser é só calcular:

Valor da Dívida : R\$ 6 trilhões
Taxa de Juros contratada, sempre maior do que a SELIC.....10% a.ano
Juros anuais.....R\$ 600 bilhões
Quebra de cálculo.....10%
Juros presumidos.....R\$ 500 bilhões
"Economia anual c/ Previdência..... R\$ 80 bilhões

Uma gracinha!

Maiores informações : www.dividacidade.org.br

30. Juiz Federal feliz e tranquilo...

Como diz um velho amigo meu, Juiz Federal, bolson

Paulo Timm FB 27 de outubro às 10:50 ·

arista emérito e firme defensor da Lava Jato como instrumento da
"mudança" política no país:

- " Ufff! Andava preocupado com a amarração da Reforma da Previdência
naque P. do Congresso Nacional. Agora tô tranquilo, feliz mesmo. Tenho
certeza de que vão sobrar recursos da União para os "nossos" salários e
aposentadorias".

É isso aí...

Notem que nas últimas matérias da Grande Mídia estão corrigindo a
dicção. Já não dizem que haverá mais recursos para a União com a R.da
Previdência, mas que haverá mais recursos devido aos cortes de 800 bi
em dez anos nas despesas "obrigatórias" pois os gastos com Previdência
eram os mais altos a tal título. TÊM RAZÃO a Previdência era econtinuará
sendo o item mais caro dos gastos obrigat'rios, mas não dos GASTOS EM
GERAL da União, pois aos obrigatórios se somam os constitucionalmente
IMPERATIVOS, que são os Juros da Dívida Pública. Tudo sutil como a
tromba de um elefante...

Anexo

- **Morre Wanderley Guilherme dos Santos, Patrono dos Cientistas Políticos no Brasil**

Morre, no Rio, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos

3 minExibição em 26 Out 2019

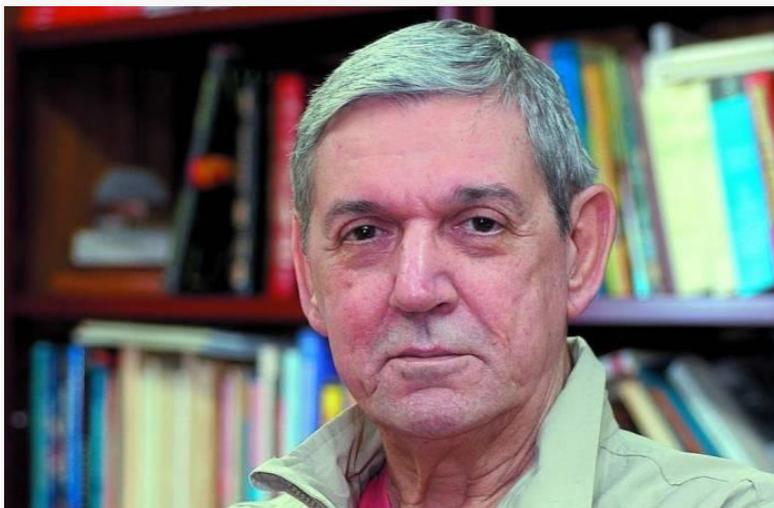
O intelectual tinha 84 anos e morreu em decorrência de uma pneumonia

<https://globoplay.globo.com/v/8038087/programa/?fbclid=IwAR0F3a32X2FD0tHKi0rfrMJ6nA2ezkrZvIK-OovAIRVuasiBi7pIYtivvyM>

- **A morte de Wanderley Guilherme dos Santos, um grande brasileiro**

<https://jornalggn.com.br/wanderley-guilherme-dos-santos/a-morte-de-wanderley-guilherme-dos-santos-um-grande-brasileiro-por-luis-nassif/>

Luis Nassif - 26/10/2019



Haveria pelo menos meia dúzia de motivos para Wanderley Guilherme dos Santos entrar para a história das ciências políticas brasileiras.

A maior razão é o fato de ter sido não apenas o grande intérprete político do país, mas o professor de várias gerações de cientistas políticos, e coordenador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Quando o ambiente político nublou completamente, com o advento das redes sociais e das manifestações de rua, Wanderley foi dos primeiros a prospectar os novos tempos, a ousar análises e interpretações.

Mas não apenas isso. Wanderley tinha uma extraordinária percepção sobre os fatos do momento, e uma base teórica sólida que lhe permitia interpretar com acuidade o que acontecia, e os desdobramentos.

Foi assim no trabalho célebre de 1962, “Quem vai dar o golpe”, quando previu o golpe militar com precisão. Antes, com Carlos Araújo (futuro marido de Dilma Rousseff) foi conhecer as supostamente temíveis ligas camponesas do Nordeste, a grande esperança da revolução popular. E constatou que não passava de meia dúzia de camponeses, movimento sem expressão que servia apenas para a imprensa da época brandir o fantasma da revolução cubana.

Em seu estudo, trazia um dado relevante: a análise dos discursos de Carlos Lacerda. Os intelectuais de esquerda ironizavam as análises simplistas e superficiais de Lacerda. Wanderley mostrava que residia ali sua eficácia, pois podia ser disseminado em qualquer ambiente, por qualquer leigo. Só recentemente, com a disseminação das fake News e das redes terraplanistas, o país entendeu melhor a eficácia política dos bordões primários.

Por sua capacidade de analisar os diversos aspectos da realidade, Wanderley foi um visionário também nos anos 70 quando, através do IUPERJ, apresentou um plano educacional revolucionário, englobando conceitos que só seriam assimilados nos países centrais em pleno século 21.

Leia também: [Wanderlei Guilherme dos Santos, em entrevista de 2017 para a TV GGN](#)

Seu trabalho constatava a diferença de ritmo de aprendizado das pessoas. Por isso mesmo, considerava ineficaz o modelo tradicional de escola, com o

conteúdo compartimentalizado em 50 minutos de aula, apresentado de forma única para todos os alunos.

Mas como permitir um modelo que respeitasse o ritmo de aprendizado de cada aluno? Recorrendo à informática, dizia ele. E isso muito antes dos computadores pessoais serem inventados. Segundo ele, todo o conteúdo ficaria armazenado em computadores, e seriam acessados pelos alunos cada qual no ritmo próprio de aprendizado. Permitiria ao Brasil não apenas um salto educacional, mas se inserir, com políticas públicas, na nascente indústria da informática.

Esse trabalho se perdeu no tempo. Quando escrevi sobre Salma Khan, após uma apresentação dele no país, em 2012 ou 2013, Wanderley me mandou um e-mail com o trabalho. Ali se comprovava que o maior desperdício brasileiro é com as ideias inovadoras, que não germinam em solo pátrio.

Quando a noite se impôs sobre o país, Wanderley não deixou a peteca cair. Continuou batalhando, entrando nas grandes discussões, com a segurança dos que sabem que, assim como em outros momentos críticos, o país sobreviverá à selvageria.

[Leia os artigos de Wanderley publicados pelo GGN](#)

Abaixo, os dois trabalhos mencionados, sobre 1962 e sobre a educação.

Page 1 / 17

Zoom 100%

Page 1 / 17

Zoom 100%

Page 1 / 103

Zoom 100%

Page 1 / 103

Zoom 100%

Page 1 / 7

Zoom 100%

Você pode fazer o Jornal GGN ser cada vez melhor

Assine e faça parte desta caminhada para que ele se torne um veículo cada vez mais respeitado e forte.

**LEIA TAMBÉM: WANDERLEI GUILHERME DOS SANTOS, NO
BRASILIANAS**